

**RICARDO BIANCONI**

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS DE  
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PARA A MODALIDADE  
A DISTÂNCIA– 2003 A 2010**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
Campo Grande – MS  
junho – 2013**

**RICARDO BIANCONI**

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS DE  
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PARA A MODALIDADE  
A DISTÂNCIA– 2003 A 2010**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado,  
do Programa de Pós-Graduação em Educação  
– Mestrado e Doutorado – da Universidade  
Católica Dom Bosco como parte dos requisitos  
para obtenção de grau de Mestre em Educação.

**Área de Concentração: Educação**  
**Orientadora: Profa. Dra. Mariluce Bittar**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**  
**Campo Grande – MS**  
**junho – 2013**

### Ficha catalográfica

Bianconi, Ricardo  
B578p Produção científica sobre as políticas de educação superior no Brasil  
para a modalidade a distância – 2003 a 2010 / Ricardo Bianconi; orientação,  
Mariluce Bittar, 2013.  
127 f. + Anexos

Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Católica Dom  
Bosco, Campo Grande, 2013.

1. Ensino a distância – Produção científica 2. Educação e Estado  
I. Bittar, Mariluce II. Título

CDD – 378.01016

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS DE  
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PARA A MODALIDADE  
A DISTÂNCIA– 2003 A 2010**

**RICARDO BIANCONI**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Mariluce Bittar (UCDB)**

---

**Profa. Dra. Carla Busato Zandavalli M. Araujo (UFMS)**

---

**Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB)**

**Campo Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
UCDB**

## DEDICATÓRIA

Pela amizade, gratidão e apoio, dedico este trabalho a Lícia Mara, por tanto ter me incentivado nos momentos mais difíceis.

Também dedico a Sizenando Alberto (*in memoriam*), meu avô que, infelizmente, não teve a oportunidade de estar ao meu lado nessa etapa, mas que nunca esteve ausente nos meus pensamentos.

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Mariluce Bittar, por nunca ter deixado de acreditar na minha capacidade e por ter sido exigente o suficiente para que este trabalho apresentasse a qualidade necessária.

Ao meu pai, Sidnei Alberto, sem cujo apoio material e amizade este trabalho não seria possível.

Às Professoras Doutoras Carla Busato Zandavalli M. Araujo, Regina Tereza Cestari de Oliveira e Maria Cristina Lima Paniago Lopes pela participação por ocasião da Banca de Exame de Qualificação e Defesa da Dissertação e pelas contribuições tão importantes para a finalização desta pesquisa.

A todos aqueles que de uma forma ou de outra, ao longo do tempo, puderam me auxiliar, ajudar, criticar e colaborar comigo e me manter no caminho certo.

A todos o meu muito obrigado.

BIANCONI, Ricardo. *Produção científica sobre políticas de educação superior no Brasil para modalidade a distância– 2003 a 2010*. Campo Grande, MS, 2013. 130 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

## RESUMO

Esta Dissertação, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPE/UCDB), tem como objeto de estudo a análise da produção científica sobre as políticas públicas de Educação Superior no Brasil na modalidade a distância, no período de 2003 a 2010, momento que corresponde aos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à intensificação e expansão da oferta de EaD no país. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar a política de educação a distância no âmbito das políticas de educação superior no Brasil; b) identificar as principais bases de dados para a pesquisa e quais são as principais temáticas presentes na produção científica em política de EaD no Brasil, no período selecionado e c) investigar a característica dessa produção: autoria, origem institucional, tendências teóricas e metodológicas. O procedimento metodológico adotado foi a análise de conteúdo de Teses e Dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal da Capes, bem como dos trabalhos do GT11 da ANPEd e das produções Qualis A1 e A2 publicadas nos periódicos brasileiros na área de Educação. Com base no material obtido, os resultados indicam três temáticas principais: a primeira voltada para a formação de professores em que se evidencia a busca por qualificação em obediência às determinações do modelo neoliberal, porém esta é inviabilizada pela presença de modelos flexíveis de instituições de educação superior e de cursos de graduação. A segunda aponta para a expansão da modalidade a distância determinada pela lógica do mercado e pelas imposições dos organismos internacionais que favorecem o setor privado em detrimento do público. Por fim, a terceira temática evidencia as discussões acerca da legislação que trata da EaD, fazendo emergir as discussões sobre a democratização da educação superior contrapondo-se à escassez de investimento para o setor público. Conclui-se que a produção científica sobre as políticas de educação superior no Brasil para a EaD, no período selecionado, evidenciam um campo marcado por práticas condizentes a atender um modelo de educação superior que obedece às determinações do ideário neoliberal.

**Palavras-chave:** Política de Educação Superior. Educação a Distância. Produção Científica.

BIANCONI, Ricardo. *Scientific literature on higher education policies in Brazil for distance education-2003-2010*. Campo Grande, MS, 2013. 130 p. Dissertation (Master) Dom Bosco Catholic University.

### ABSTRACT

This dissertation is linked to the Educational Policy Research Line, School Management and Teacher Training and the Group for Research and Higher Education Policies (GEPPEPES / UCDB), has as its object of study the analysis of scientific literature on public policy education Superior in Brazil in the distance in the period 2003-2010, the time that corresponds to the two terms of President Luiz Inacio Lula da Silva and the intensification and expansion of distance education in the country. For this, we defined the following objectives: a) to contextualize the political distance education in the context of higher education policies in Brazil, b) Identify the major sources of data bases for research and what are the main themes present in the scientific literature in distance education policy in Brazil, in the selected period.c) to investigate the characteristics of this production: authorship, institutional origin, theoretical and methodological trends. The methodological procedure adopted was content analysis of Theses and Dissertations in the Graduate Programs in Education available in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and CAPES portal as well as the work of the GT11 and ANPEd Productions Qualis A1 and A2 published in Brazilian journals in the field of Education. Based on material obtained results indicate three main themes: the first focused on teacher training that emphasizes the search for qualification determinations in obedience to the neoliberal model, but this is not feasible due to the presence of flexible models of education institutions upper and undergraduate courses. The second point is the expansion of distance mode determined by the logic of the market and the imposition of international organizations that encourage the private sector to the detriment of the public. Finally, the third theme highlights the discussions about the legislation that deals with the DL, giving rise to discussions about the democratization of higher education in contrast to the lack of investment in the public sector. It is concluded that the scientific literature on the politics of higher education in Brazil for the period selected DL expose a field marked by consistent practice to meet a model of higher education that meets the stipulations of the neoliberal ideology.

**Keywords:** Higher Education Policy. Distance Education. Scientific Production.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantidade de estudos produzidos sobre políticas para EaD por regiões brasileiras.....	74
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de polos/IES por regiões do Brasil.....	38
Tabela 2 – Número de cursos, de IES credenciadas e de matrículas na EaD no período de 2003 – 2010.....	38
Tabela 3 – Quantidade de produções identificadas na BDTD sobre políticas para EaD.....	61
Tabela 4 – Programa X Nível .....	62
Tabela 5 – Pesquisas selecionadas por temática.....	75

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Produções selecionadas no GT11/ANPEd sobre políticas para EaD no Brasil entre 2003-2010.....	53
Quadro 2 –	Dissertações selecionadas no Bando de Teses e Dissertações da Capes de 2003-2010.....	57
Quadro 3 –	Dissertações selecionadas no Bando de Teses e Dissertações da Capes de 2003-2010.....	60
Quadro 4 –	Produções selecionadas no BDTD sobre políticas para EaD entre 2003-2010.....	62
Quadro 5 –	Produções selecionadas nas Revistas A1 e A2 sobre políticas para EaD entre 2003-2010.....	67
Quadro 6 –	Trabalhos selecionados para o <i>corpus</i> de análise.....	72

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Expansão das matrículas na educação superior, no Brasil, por modalidade de ensino.....	39
Gráfico 2 – Tipos de fontes.....	74
Gráfico 3 – Incidência de trabalhos sobre políticas para EaD por ano e temática.....	76
Gráfico 4 – Incidência de trabalhos por temática.....	76

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 .....	106
Anexo 2 .....	119
Anexo 3.....	122

## **LISTA DE SIGLAS**

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BM – Banco Mundial

BMDs – Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DED – Diretoria de Educação a Distância

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

GT – Grupo de Trabalho

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IES - Instituições de Educação Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMs – Organismos Multilaterais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual

PPGE – Programa de Pós Graduação em Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SIEAD – Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para Educação a Distância

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO I – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL PÓS LDB/96 NO CONTEXO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> .....	24
1.1 Características da política de Educação Superior no Brasil pós LDB/1996.....	25
1.2 Educação Superior na modalidade a distância.....	33
1.3 Políticas de Educação Superior no período de 2003 a 2010.....	43
<b>CAPÍTULO II – PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EAD NO BRASIL – PRINCIPAIS BASES DE DADOS</b> .....	50
2.1. Bases de dados relacionadas para investigar a produção científica sobre EaD	50
2.1.1 ANPEd – GT11.....	52
2.1.2 Banco de teses e dissertações da CAPES.....	57
2.1.3 BDTD.....	61
2.1.4 Periódicos Qualis A1 e A2.....	66
<b>CAPÍTULO III – TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS</b> .....	71
3.1 Agrupamento da produção com base nas temáticas.....	71
3.2 Políticas de EaD e Formação de professores.....	78
3.3 Políticas de EaD e Expansão da Educação Superior.....	83
3.4 Políticas de EaD e Legislação para EaD.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	97
<b>ANEXOS</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas relativas à educação superior no Brasil, mais especificamente relacionadas à modalidade de Educação a Distância (EaD), têm proporcionado, no âmbito da pesquisa acadêmica, uma série de reflexões que visam a apontar as temáticas e as especificidades nelas contidas. Essa preocupação se justifica na medida em que a expansão dessa modalidade no Brasil, impulsionada pelos novos parâmetros estabelecidos para o setor educacional, caminha a passos amplos, fato comprovado pelo aumento do número de Instituições de Educação Superior credenciadas para oferta de EaD que, em 2003, era de 38, passando para 135, em 2010, como também o número de matrículas o qual, no mesmo período, apresentou um salto de 49.911 para 930. 179. (INEP/MEC, 2011).

Nesse contexto, esta Dissertação levanta o seguinte problema: quais as temáticas desenvolvidas na produção científica sobre as políticas públicas de Educação Superior, no Brasil, na modalidade a distância, no período de 2003 a 2010?

O interesse por esse tema surgiu da experiência profissional do pesquisador como professor universitário ligado à educação a distância há mais de cinco anos, passando por três grandes Instituições de Educação Superior (IES) que oferecem EaD. Durante esse período pode-se analisar e vivenciar os problemas da educação a distância, as questões enfrentadas por alunos e professores, bem como a evolução das mídias e demais recursos. Por meio da orientação desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB) e da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEPES), observou-se a

importância desta pesquisa devido à relação da EaD com as políticas públicas da educação superior, já que este segmento cresce consideravelmente no Brasil, atendendo às novas configurações das políticas que têm sido implementadas pelo modo de produção capitalista.

A importância da EaD como projeto institucional segue as diretrizes determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, na qual consta o artigo 80, que trata especificamente da EaD. Posteriormente a LDB foi normatizada pelo Decreto n. 2.494, de 1998 – que regulamenta o Art. 80 da LDB/96; pelo Decreto n. 2.561, de 1998 – que altera a redação dos Arts. 11 e 12 do Decreto n. 2.494/98 e pela Portaria Ministerial 301, de 1998 – a qual normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

Esses documentos serviram para estabelecer seus fundamentos, suas políticas de funcionamento sua legislação e suas principais diretrizes. Essas diretrizes dizem respeito ao Decreto n. 5.622/2005 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da LDB; ao Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino e ao Decreto n. 6.303, de 12 de dezembro de 2007, o qual altera os dispositivos do Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e as diretrizes n. 5.773, de 9 de maio de 2006.

Esta pesquisa vincula-se à Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente e insere-se no GEPPE/UCDB. Seu objetivo geral consiste em analisar a produção científica sobre as políticas de educação superior no Brasil para a modalidade a distância, no período de 2003 a 2010.

Os objetivos específicos encontram-se assim definidos: a) contextualizar a política de educação a distância no âmbito das políticas de educação superior no Brasil; b) identificar as principais bases de dados para a pesquisa e quais são as principais temáticas presentes na produção científica em política de EaD no Brasil, no período selecionado e c) investigar a característica dessa produção: autoria, origem institucional, tendências teóricas e metodológicas.

O período selecionado corresponde aos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), por entender, a priori, que nesse período intensificou-se e expandiu-se a oferta de EaD em todo o país, especialmente pelas chamadas "empresas educacionais", definidas por Sguissardi (2004) como instituições privadas (empresas comerciais) concentradas principalmente no Sudeste, tendo em vista a atingir um

número maior de clientes, de renda e de lucro, fato este favorecido por ações do governo, o qual abriu espaço para o surgimento de “modelos” de EaD mais rentáveis.

A pesquisa do tipo “estado da arte” tem tanto um caráter quantitativo por apresentar dados numéricos dos trabalhos levantados, quanto qualitativo, pois expressa a compreensão do autor a respeito dos dados obtidos.

Ao utilizar esses dois procedimentos o pesquisador tem inúmeras vantagens para confirmar suas premissas de pesquisa. Conforme Chizzotti (2001, p. 79):

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2001, p. 79).

Outra característica importante do estado da arte é que os estudos são assim denominados quando se referem a toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que possibilitaram produções. Isso implica afirmar, segundo Ens e Romanowski (2006, p. 39) que

[...] não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’. (ENS; ROMANOWSKI, 2006, p. 39, grifos das autoras).

Essa estratégia ajuda o pesquisador a conhecer e acompanhar o desenvolvimento da produção acadêmica em diversas áreas do conhecimento, o que possibilita a discussão, avaliação e reflexão sobre esses trabalhos.

Nessa perspectiva é possível fazer um balanço da produção e contribuir para que novas pesquisas sejam realizadas e lacunas preenchidas. Ao mesmo tempo, indicam experiências inovadoras, diferentes ênfases do mesmo tema e distintas referências teóricas.

Conforme Romanowski (2002, p.15-16 apud ENS; ROMANOWSKI, 2006), para a concretização de uma pesquisa do tipo estado da arte, é preciso entre outros procedimentos: escolher descritores para nortear as buscas; realizar a investigação em bases de dados reconhecidas como confiáveis; ler as pesquisas encontradas e preparar uma síntese que considere, sobretudo, o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias e conclusões.

Portanto, esse tipo de estudo justifica-se por possibilitar um amplo conhecimento do que vem sendo produzido, indicando desdobramentos de pesquisas, suas características e as necessidades de futuras investigações.

Definiu-se como procedimento técnico-metodológico desenvolver a presente pesquisa atendendo as seguintes fases:

- a) Escolha dos bancos de dados para o levantamento dos trabalhos;
- b) Definição do tema e palavras-chave para nortear as buscas;
- c) Organização de quadros apresentando o corpus de análise e comentários dos trabalhos;
- d) Leitura dos resumos da produção que compõe os critérios para definição da amostra;
- e) Configuração de categorias analíticas;
- f) Análise de conteúdo.

A primeira fase consistiu na definição dos bancos de dados que seriam utilizados para a consulta. A cada fase da pesquisa em que não se obtinha um volume considerável de trabalhos, outros bancos de dados foram sendo escolhidos, ampliando assim o campo de busca, porém sem sucesso para agregar muitas outras produções.

Outro critério para a escolha dos bancos de dados esteve relacionado à viabilidade de consulta ao material, por isso utilizaram-se somente materiais divulgados na internet, uma vez que as bases pesquisadas são consideradas fontes fidedignas no que se refere ao acesso e à divulgação da produção científica nacional.

Assim, as primeiras consultas foram realizadas no Banco de Teses e dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Posteriormente, foram consultados todos os índices das publicações disponíveis online dos periódicos brasileiros de Educação classificados como Qualis A1 e A2, os quais apresentavam publicações durante o período de interesse (2003-2010).

Em seguida, consultou-se o portal da CAPES, especificamente o banco de Teses e Dissertações, os trabalhos disponíveis no GT 11 da ANPED<sup>1</sup>, e ainda todos os índices da Revista da Associação Brasileira de Educação Aberta e a Distância (Abed)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Embora o GT 16 “Educação e Comunicação” também contemple temas que tratam do uso das tecnologias na educação, optou-se pelo GT 11, porque esse GT trata especificamente das políticas de Educação Superior.

<sup>2</sup> Segundo o site, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) é uma sociedade científica, sem fins lucrativos, criada em 21 de junho de 1995 por um grupo de educadores interessados em novas tecnologias de aprendizagem e em educação a distância, que tem por objetivos: “a) estimular a prática e o desenvolvimento de projetos em educação a distância em todas as suas formas; b) incentivar a prática da mais alta qualidade de serviços para alunos, professores, instituições e empresas que utilizam a educação a distância; c) apoiar a “indústria do conhecimento” do país procurando reduzir as desigualdades causadas pelo isolamento e pela distância dos grandes centros urbanos; d) promover o aproveitamento de “mídias” diferentes na realização de educação a distância; e) fomentar o espírito de abertura, de criatividade, inovação, de credibilidade e de experimentação na prática da educação a distância.” Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/>. Acesso em 05 jul. 2013.

Após o estabelecimento dos bancos de dados, foram definidas as palavras-chave para a busca. A princípio “EaD” foi a palavra empregada, mas como a partir dela houve um volume muito grande de trabalhos, a busca foi refinada utilizando-se os descritores “políticas + EaD”; “EaD + políticas” e também “EaD + tendências”, ressaltando-se que ao inverter a posição do termo EaD nos dois primeiros descritores, possibilitou-se a obtenção de diferentes resultados.

A opção pelo uso do termo Educação a Distância justifica-se com base no estudo de Belloni que, ao abordar as definições desse termo, admite que os teóricos<sup>3</sup> o apontam de modo descritivo, por entenderem que a característica principal dessa modalidade é a distância entre professor/aluno em termos de espaço, sem considerar que a separação no tempo talvez seja talvez a mais importante nesse processo. Para ela, entre os autores pesquisados, apenas Peters (1973) é capaz de definir com propriedade a EaD:

Educação a distância é um método de transmitir conhecimento, competências e atitudes que é racionalizado pela aplicação de princípios organizacionais e de divisão do trabalho, bem como pelo uso intensivo de meios técnicos, especialmente com o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o que torna possível instruir um maior número de estudantes, ao mesmo tempo, onde quer que eles vivam. É uma forma industrializada de ensino e aprendizagem. (PETERS, 1973, apud BELLONI, 2009).

Vale ressaltar que o termo “ensino a distância” só foi abordado uma única vez, advindo de um documento francês de 1971 e não referenciado pela autora. Esse termo é assim definido:

Ensino a distância é o ensino que não implica a presença física do professor indicado para ministra-lo no lugar onde é recebido, ou no qual o professor está presente apenas em certas ocasiões ou para determinadas tarefas (Lei francesa, 1971). (BELLONI, 2009)

Com base na análise dessas duas acepções, depreende-se que a definição de Peters é a que serve para atribuir a EaD as características que lhe são próprias, ou seja, um modo industrializado de educação que, por conseguinte, reflete em sua organização institucional e pedagógica os princípios que a aproximam da produção industrial.

Após essa definição, o próximo passo foi realizar, nos *websites* dos bancos de dados, a leitura flutuante, assim definida por Franco (2007, p. 52):

---

<sup>3</sup> Belloni baseia-se nos estudos de Holberg (1977), Moore (1973/1990) Cropley e Kahl (1983), Rebel (1983) Perriault (1996), Malcom Tight (1988) e Peters (1973) os quais abordam a definição do termo EaD.

A primeira atividade da pré-análise consiste em estabelecer contatos com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidas, deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos.

Optou-se, após essa leitura, em escolher como relevantes os trabalhos que tratam especificamente do tema políticas públicas para EaD e, dessa forma, estabeleceu-se o *corpus* de análise.

O passo seguinte foi a organização do resumo de todos os trabalhos selecionados em um único arquivo e sua leitura atenta. Esses resumos se encontram no Anexo A desta Dissertação.

A escolha da leitura dos resumos baseou-se em Ferreira (2002, p. 268) que afirma que os resumos cumprem a finalidade de “[...] informar ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam”. E ainda,

Eles trazem, enquanto gênero do discurso, um conteúdo temático, que é o de apresentar aspectos das pesquisas a que se referem; trazem uma certa padronização quanto à estrutura composicional: anunciam o que se pretendeu investigar, apontam o percurso metodológico realizado, descrevem os resultados alcançados; e, em sua maioria, seu estilo verbal é marcado por uma linguagem concisa e descritiva, formada de frases assertivas, em um certo tom ‘enxuto’, impessoal, sem detalhamento, com ausência de adjetivos e advérbios. (FERREIRA, 2002, p. 268).

Porém, a leitura dos resumos que, a princípio, demonstrou-se como uma grande possibilidade para a realização da pesquisa, aos poucos foi apontando seus limites, pois alguns eram incompletos, ou seja, sem informações relevantes quanto a pesquisa desenvolvida, ou continham informações confusas. Tais limitações, em alguns casos, fizeram com que o trabalho integral fosse consultado para que a categorização e análise de conteúdo não fossem prejudicadas.

Mesmo assim, é possível indicar as contribuições dos resumos. Segundo Miranda (2007, p. 1):

A leitura dos resumos das dissertações revelou as limitações já conhecidas (Warde, 1995, Moroz e outros, 1999), relativas à utilização dessa fonte de pesquisa: a grande incidência de resumos mal elaborados, incompletos, e, portanto, insuficientes para que se possa identificar com clareza o tema tratado, o enfoque teórico, os procedimentos metodológicos, além de outras informações importantes para a compreensão do trabalho. Ainda, assim, entendeu-se que, para uma apreensão global dos dados da produção na área, seria adequada sua utilização para um primeiro rastreamento da área, desde que um estudo posterior fizesse um aprofundamento dos dados obtidos.

Logo depois, houve a configuração de categorias analíticas retiradas com base nos temas tratados em cada um dos trabalhos, e esses temas deram suporte para a análise de conteúdo, bem como para a elaboração das conclusões finais.

Para Franco (2007), a análise de conteúdo parte da mensagem emitida em um texto ou enunciado ou até mesmo em um discurso e essa mensagem se condiciona às condições contextuais de seus produtores. Essas condições contextuais

[...] envolvem a evolução histórica da humanidade, as situações econômicas e sócio culturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos lingüísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. (FRANCO, 2007, p. 19).

Para a autora, toda mensagem falada, escrita ou sensorial carrega consigo uma grande quantidade de informações de seu produtor/autor, o qual seleciona as informações que considera mais importantes de forma não arbitrária, assim:

Da multiplicidade de manifestações da vida humana, seleciona o que considera mais importante para ‘dar o seu recado’ e as interpreta de acordo com seu quadro de referência. Obviamente, essa seleção é preconcebida. Sendo o produtor, ele próprio, um produto social, está condicionado pelos interesses de sua época, ou da classe a que pertence. (FRANCO, 2007, p. 25).

Portanto, após estabelecidas as unidades de análise, procedeu-se à organização dessas análises para a definição de categorias que, para Franco (2007, p. 59) consiste na “[...] operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos.”

A construção de “boas categorias”, segundo a autora, obedece a alguns requisitos para a constituição de um *corpus* de análise. O primeiro deles diz respeito à “exclusão mútua”, em que é preciso definir um único princípio de classificação para orientar a organização das categorias. O outro, refere-se à “pertinência” da categoria. Segundo Franco (2007, p. 67):

Uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido e ao quadro teórico definido. O sistema de categorias deve também refletir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características da mensagem.

Nesse requisito a objetividade e a fidedignidade são tidas como princípios relevantes aliadas à “produtividade”.

Um conjunto de categorias é produtivo desde que concentre a possibilidade de fornecer resultados férteis. Férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados relevantes para o aprofundamento de teorias e para a orientação de uma prática crítica, construtiva e transformadora. (FRANCO, 2007, p. 67-68).

Com base nessas orientações, optou-se pela categorização partindo da distribuição das informações contidas nos resumos em planilhas para que fosse efetuado o agrupamento em uma matriz de análise. De posse das frequências das unidades de registro, emergiram três categorias: 1) Políticas de Educação a Distância e Formação de Professores; 2) Políticas de Educação a Distância e Expansão da Educação Superior e 3) Políticas de Educação a Distância e Legislação para EaD.

Esta pesquisa encontra-se organizada em três capítulos. O primeiro, intitulado “Políticas de educação superior no Brasil pós LDB/1996 no contexto das políticas de educação superior”, analisa a expansão da educação superior no Brasil, com vistas a compreender o cenário político, econômico e social que em que essa expansão se desenvolve. São abordadas as políticas públicas que norteiam o campo da educação, sobretudo a partir da década de 1990, com a aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apresenta-se, ainda, um breve histórico dessa modalidade de ensino e o crescimento da Educação a Distância no Brasil com base nas determinações da LDB (1996). Por fim, apontam-se as políticas de Educação a Distância no Brasil no período de 2003 a 2010.

No capítulo II, “Produção científica em EaD no Brasil – principais bases de dados”, explicita-se o levantamento nas principais bases de dados relacionado à política de EaD no Brasil no âmbito das políticas de educação superior, no período de 2003 a 2010.

No último capítulo – “Tendências da produção científica: principais características” – analisam-se as temáticas expressas na produção científica selecionada, optando-se por agrupar essa produção com base nas incidências dos temas nelas contidos para, posteriormente, chegar-se aos indicativos que possibilitam apontar suas características.

Nas considerações finais são apresentadas as percepções da análise proposta acerca da produção científica sobre políticas de educação superior no Brasil para a modalidade a distância no período de 2003 a 2011, retomando o objetivo geral e procedendo às sínteses da pesquisa.

## CAPÍTULO I

### **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL PÓS LDB/1996 NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Neste capítulo analisa-se a expansão da educação superior no Brasil, buscando-se primeiramente a compreensão do cenário político, econômico e social que baliza essa expansão. Para isso, é necessário abordar as políticas públicas que norteiam o campo da educação, sobretudo a partir da década de 1990, com a aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na sequência, aborda-se um breve histórico da Educação a Distância no Brasil e discute-se o crescimento dessa modalidade de ensino<sup>4</sup> com base nas determinações da LDB (1996). Por fim, apontam-se as políticas de Educação a Distância, no Brasil, no período de 2003 a 2010.

---

<sup>4</sup> A Educação a Distância é definida como modalidade educacional no Decreto 5.622/2005 que regulamenta o art. 80 da LDB No capítulo I, artigo 1º lê-se: “Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como **modalidade educacional** na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” (BRASIL, 2005, p. 1, grifo nosso).

## 1.1 Características das políticas de educação superior no Brasil pós LDB/1996

O desenvolvimento de políticas públicas de caráter social (saúde, educação, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor) desempenha papel estratégico na gestão do Estado capitalista, segundo afirmam Shiroma, Moraes e Evangelista (2004).

Para as autoras, essas políticas revelam características próprias da intervenção de um Estado que se submete aos interesses gerais do capital na organização da *res publica* e colaboram para assegurar e ampliar os mecanismos de aliciamento e controle social e não podem desobrigar o Estado dos comprometimentos com as distintas forças sociais em confronto, uma vez este não pode se definir por estar à disposição de uma ou outra classe para o seu uso alternativo. Dessa forma, as políticas públicas sociais são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas.

Segundo as referidas autoras, para se analisar as políticas sociais há a necessidade de se considerar além do aspecto dinâmico do movimento do capital, seus meandros e articulações, também os embates que ocorrem entre os antagônicos e complexos processos sociais.

Com esse entendimento, defendem que as políticas educacionais muitas vezes são apresentadas com um semblante humanitário e benfeitor, mas não deixam de expressar as contradições citadas anteriormente, visto que, ao longo da história,

[...] a educação redefine seu perfil reprodutor/inovador da sociabilidade humana e se adapta aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 9).

De posse desses pressupostos, as autoras apontam que a política educacional do Estado brasileiro dos anos 1990, principalmente as que foram implantadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram marcadas por iniciativas reformistas, materializadas por meio da legislação e também pelo financiamento de programas de governo, em suas três esferas, e por uma série de ações não governamentais.

Essas reformas foram intituladas pelas autoras em questão de “revolução copernicana<sup>5</sup>” e foram operadas capilarmente, envolvendo:

---

<sup>5</sup> “Revolução copernicana da educação” é o termo dado por Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) para se referir às reformas implementadas pelo Governo que estão sempre interligadas à legislação como também ao financiamento de programas governamentais e ações não governamentais.

[...] inúmeros intelectuais em análise de projetos curriculares, em fóruns, em reuniões da área, na exploração midiática de iniciativas educacionais desenvolvidas por empresas, campanhas específicas e no processo de difusão de suas propostas em publicações oficiais e oficiosas. Ao fim e ao cabo, essa “revolução copernicana” indica a presença e a orientação das ideias veiculadas pelos diversos arautos, nacionais e internacionais. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 11).

Surge, dessa maneira, uma orientação de perspectiva neoliberal, segundo a qual se exige uma educação que desenvolva no indivíduo a capacidade de empregar convenientemente os conhecimentos adquiridos e, para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de “competências”, tais como: capacidades de comunicação, de raciocínio lógico-formal, de criatividade, de articulação de conhecimentos múltiplos e diversificados com vistas à formação de um educando apto para enfrentar sempre novos e desafiantes problemas.

As autoras afirmam que essas exigências deixaram transparecer dois movimentos simultâneos e articulados:

[...] de um lado, a afirmação da ideia de educação continuada que rompe as fronteiras dos tempos e locais destinados a aprender. A educação torna-se processo para a vida inteira, a tão propalada *long life education*. [...] Afinada aos novos tempos, a própria LDBEN estabelece que sejam reconhecidas e certificadas as aprendizagens realizadas em outros espaços que não o escolar e, antevendo os diferentes e não programados períodos de estudo, propõe o ensino, por módulos, que permite a alternância entre períodos de ocupação e estudo. [...] Por outro lado, reafirma-se a importância do sistema de ensino. Se o sistema que tínhamos perde a serventia na ‘sociedade cognitiva’, ou em suas denominações equivalentes, “sociedade da informação”, “do conhecimento”, ‘aprendente’, e que tais, trata-se então de pensar um outro mais adequado, um ensino flexível onde a ordem é reduzir o insucesso para alcançar menor desperdício de recursos humanos e materiais. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 12-13, grifos das autoras).

No que diz respeito às políticas que promoveram mudanças no interior do sistema de ensino brasileiro, apontam que talvez o propósito mais determinante tenha sido o de induzir a modernização do sistema de ensino superior. Essa intenção ficou latente mediante a proposta “Mãos à Obra Brasil<sup>6</sup>”, de 1994, do então candidato Fernando Henrique Cardoso que propunha uma “revolução administrativa” no setor. Seu objetivo era:

---

<sup>6</sup> Segundo Vieira (2000, p. 173): “O documento **Mãos à obra Brasil: proposta de governo** é um texto de 300 (trezentas) páginas, constituído de uma apresentação, cinco capítulos e dois anexos.” Os capítulos são assim intitulados: I – *Um novo projeto de desenvolvimento*; II – *A construção do novo país*; III – *As cinco metas prioritárias e setores complementares*; IV – *A reforma do Estado*; V – *A parceria Estado-sociedade*.

Racionalizar, sobretudo nas IES públicas, a gestão interna, o uso de recursos, a capacidade ociosa e, fundamentalmente, flexibilizar a criação de alternativas de cooperação e formação de parcerias no âmbito da sociedade civil. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 93).

Ao analisar tal proposta a fim de explicitar o projeto político empreendido no campo da educação, Vieira (2000) pontua que a redefinição do projeto de desenvolvimento empreendida pelo citado governo visava a uma reforma educacional e ao estímulo à ciência e tecnologia e que, para tal, a prioridade máxima que estabelecia era uma política voltada para dois princípios básicos: a descentralização – em que as atribuições das três esferas do Poder Público necessitariam de redefinição – e novas formas de articulação da sociedade civil com o setor privado.

Dessa forma, no documento no que tange a questão destinada ao ensino superior são encontradas referências ao público/privado com vistas a propor a integração, a consolidação e a expansão dessa modalidade de ensino tanto no que diz respeito ao setor público quanto no privado. A autora observa que, embora a “reforma de Estado” proposta no documento tenha como uma das iniciativas a privatização, o que se pode perceber é que o que se propõe no referido documento são parcerias estabelecidas entre o poder público e o privado, o qual passa a ser considerado como “uma presença significativa” por ser visto como capaz de investir em infraestrutura. Vieira (2000) ressalta que no capítulo intitulado “Um novo projeto de desenvolvimento” é anunciada a parceria entre o setor público e o privado, entre universidade e indústria, tanto no que diz respeito à gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico.

Outro aspecto ligado à reestruturação da educação superior no governo FHC é apontado por Catani, Oliveira e Dourado (2004) os quais consideram que a efetivação dessa reestruturação ocorreu com base em dois princípios articulados, a saber: a diversificação e a diferenciação institucional, responsáveis por alterar, acima de tudo, o sistema organizacional acadêmico, as finalidades institucionais, a oferta de cursos, os quais passam a contar com novas modalidades como os sequenciais e os tecnológicos. Além disso, segundo os autores, essa reestruturação proporciona o rompimento com o padrão de educação superior que, segundo a Lei 5540/68, contava com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fator este fundamental para assegurar um padrão básico de qualidade.

Com a aprovação da LDB (1996), segundo os autores, concretiza-se o movimento de diversificação da organização acadêmica do sistema federal de ensino superior e as IES passam a ser classificadas como universidades, centros universitários e faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores por meio do Decreto n. 3869/2001. O que se

observa, na prática, é que as mudanças na legislação vêm normatizando e tornando natural a dissociação entre ensino e pesquisa, sobretudo quando responsabilizam as universidades – por sua função de oferta regular das atividades de ensino, pesquisa e extensão – pela produção do conhecimento, enquanto que às demais instituições ficam destinadas a oferta regular de ensino. Os autores observam ainda que:

[...] as reformas empreendidas pelo governo, articuladas a um processo de aperfeiçoamento da organização e da gestão acadêmica em curso no interior das IES, desde o final da década de 1980, acentuam os aspectos da *eficiência*, da *eficácia*, da *produtividade* na gestão universitária e no trabalho acadêmico, o que pode ser aferido mediante as ações adotadas no sentido de adequar, registrar, controlar e uniformizar o desempenho docente no tocante ao ensino, à pesquisa, à extensão e, conseqüentemente, aos padrões de regulação e gestão. (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2004, p. 254, grifo nosso).

Para Saviani (2008, p. 17), a introdução do termo “centros universitários” constitui um eufemismo para as universidades de ensino, ou seja:

[...] uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa, enquanto alternativa buscada pelo atual governo para viabilizar a expansão e, por conseqüência, a “democratização” da universidade a baixo custo, em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as “universidades de pesquisa”, que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o seu caráter elitista.

O que se observa, antes da LDB e depois dela é um número de leis, medidas provisórias, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções que passaram a definir os rumos do ensino superior brasileiro com o intuito de tornar as universidades mais ágeis, eficientes e produtivas e atender aos anseios das IES privadas, garantindo-lhes maior autonomia.

Nesse sentido, Ristoff (2008), ao analisar o sistema de ensino superior 10 anos pós-LDB, adverte que as transformações desencadeadas, nesse período, oriundas das políticas educacionais implantadas sob orientação de organismos econômico-financeiros multilaterais, configuram um quadro de elitização e privatização desse nível de ensino. Em sua análise, são apontados dez itens básicos para expressar as características desse nível de ensino, a saber: a) Expansão; b) Privatização; c) Diversificação; d) Centralização; e) Desequilíbrio regional; f) Ampliação do acesso; g) Desequilíbrio de oferta; h) Ociosidade de vagas; i) Corrida por titulação; j) Lento incremento na taxa de escolarização superior.

Torna-se oportuno abordá-las, mesmo de maneira sucinta, pois elas expressam de maneira crítica as características da educação superior que servirão de base para a discussão sobre a produção científica acerca da EaD seu processo de expansão e privatização.

A definição de Ristoff (2008) para **expansão** refere-se ao crescimento expressivo do referido sistema de ensino que alcançou, entre os anos de 1996 e 2004, aproximadamente 120% para as instituições e para as matrículas e 180% para os cursos de graduação presencial. Já o item **privatização** relaciona-se ao crescimento das instituições privadas que atingiram no ano de 2004 a marca de 90% do total das instituições do país; 65% do total dos cursos e 70% do total das matrículas.

A **diversificação** condensa a superação do modelo único de instituição de educação superior e a aguda banalização do termo universidade. Isso é resultado da perda de centralidade sofrida pelas universidades<sup>7</sup>, as quais devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por definição da Constituição Brasileira de 1988. Para o autor, a **centralização** volta-se à questão expansionista da educação superior que ocorreu principalmente por intermédio da iniciativa privada que na época de sua pesquisa representava 93% das instituições de educação superior do país.

Isso significa afirmar que 93% das cerca de 2.300 IES dependem da União para o seu sistema regulatório, com evidentes e sérias implicações sobre o processo de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento, credenciamento e recredenciamento e, igualmente, sobre os processos avaliativos. (RISTOFF, 2008, p. 42).

No que se refere ao item **desequilíbrio regional**, observa-se que a região sudeste contempla cerca de metade das instituições, cursos e matrículas do Brasil, embora esse índice venha diminuindo desde 1996. Em relação à **ampliação do acesso**, esta está ligada não apenas ao sentido de ampliação geográfica, mas também ao sentido de ampliação de oportunidades de acesso para setores da classe média que foram excluídos desse nível de ensino. Ristoff (2008, p. 43) aponta que: “Esta ampliação do acesso confunde-se em grande parte com o próprio processo de privatização, pois ocorreu principalmente como resultado da forte exclusão historicamente reinante nas universidades públicas.”

---

<sup>7</sup> O termo universidade refere-se às “[...] instituições autônomas de ensino, pesquisa e extensão, de preferência com espaços para estudos avançados, com programas de mestrado e doutorado e com linhas de pesquisa clara e fortemente definidas [que passam a ser] confundidas no imaginário popular com centros universitários e pequenas faculdades – instituições exclusivamente dedicadas ao ensino de graduação.” (RISTOFF, 2008, p. 42).

O item **ociosidade**<sup>8</sup> das vagas é apontado pelo autor como um das mais chocantes realidades desde 2003, uma vez que a busca de milhares de jovens pela educação pós-média e, em 2004, das 2.320.421 vagas disponíveis na educação superior, apenas 1.303.110, ou seja, 56,2% foram preenchidas, sendo que 1.017.311 permaneceram ociosas.

O que se observa em relação à **corrida por titulação**, segundo o autor, é que, mediante as exigências feitas pelo MEC na LDB/96, para as universidades, os docentes estão se qualificando em um ritmo que acompanha o crescimento do sistema de educação superior. O autor utiliza dados do Censo da Educação Superior (2005) para afirmar que a busca por titulação de doutores cresce acelerado nas instituições públicas.

Referindo-se ao incremento na **taxa de escolarização superior**, Ristoff pontua que este, embora muito distante daquilo que foi apregoado pelo Plano Nacional de Educação 2001-2010 (PNE), vem ocorrendo a passos lentos. O autor afirma que:

A incorporação de significativos contingentes de pessoas acima de 24 anos, que estiveram excluídos da educação superior, além de revelar a grave e crônica defasagem idade-série em algumas regiões do País, tem pouco efeito sobre a população que entra no cômputo do PNE, pois 40% de nossos estudantes estão fora da idade apropriada (18 a 24 anos). Em 2004, apenas 10,4% da população de 18 a 24 anos estavam matriculados na educação superior. Esses percentuais não só estão entre os mais baixos do mundo, mas colocam o País na vexatória situação de desperdiçar o potencial de milhões de pessoas que poderiam contribuir com o desenvolvimento nacional e com a melhoria da qualidade da vida. (RISTOFF, 2008, p. 43-42).

Tomando como base dados do censo 2011 (MEC/INEP, 2011), observa-se que esses dados sofreram um crescimento que ainda pode ser considerado muito baixo, pois a taxa de escolarização líquida – que identifica o percentual da população de 18 a 24 que declara cursar a graduação – é de 14,6%. Dentro dessa mesma faixa etária, o percentual de concluintes incluídos na taxa de escolarização líquida em curso superior é de 17, 8%.

De posse das características apresentadas, é necessário compreender a sua origem, ou seja, entender de que forma são elaborados os projetos e programas educacionais que são impostos às instituições de ensino no país que configuram o atual cenário da educação superior brasileira. Para isso, recorre-se ao estudo de Rosemberg (2000) que visa sensibilizar pesquisadores da área de educação acerca de seu papel na negociação de programas e projetos educacionais orientados/financiados por organizações multilaterais (OMS).

---

<sup>8</sup> Essa ociosidade acontece mais na esfera privada do que na pública, conforme constata os dados do Censo da Educação Superior de 2011.

A autora adverte que há quatro fatores que envolvem o estabelecimento desses projetos e programas, a saber:

A preponderância atual dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)<sup>9</sup> no financiamento e orientação de políticas educacionais nacionais, relegando a segundo plano as Oms tradicionais como Unesco e Unicef, cuja influência não era acompanhada de recursos econômicos tão importantes; a legislação brasileira determina que ‘toda e qualquer contratação de financiamento externo tem que ser analisada e aprovada pelo Senado Federal’, não obstante o fato de que nenhuma operação tenha sido rejeitada até hoje (Soares, 1998, p. 17); a transformação do mandato dos BMDs, a partir do ano de 1980/90, que passou a incluir transparência, fiscalização e participação não só em relação aos clientes mas também à sociedade civil (Nelson, 1997; Soares 1998); o impacto da mobilização de Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais e nacionais, especialmente das ambientalistas, na alteração de rumo de programas e projetos que recebem apoio dos BMDs. (ROSEMBERG, 2000, p. 64, grifos da autora).

Segundo Rosemberg (2008), o que se observa é que o poderio político, econômico e técnico dos BMDs oferecem intimidação aos que atuam na área de educação no sentido de estes oferecerem resistência técnica aos “pacotes educacionais” impostos.

A autora aponta também que nos estudos levantados em sua pesquisa, frequentemente há denúncia quanto à submissão brasileira às orientações ou imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do Banco Mundial (BM) deixando evidente que o Bird sustenta seu projeto político às custas do dinheiro nacional. Porém, a autora evidencia que, entre os estudos selecionados, fica claro que as orientações das OMS não são impostas sem a anuência dos governos nacionais e tampouco que as estas são “[...] instituições homogêneas e que suas orientações sejam formuladas em base perfeitamente harmônica.” (ROSEMBERG, 2000, p. 65).

Diante do exposto, a autora sinaliza que as reformas neoliberais contemporâneas envolvem uma dimensão institucional composta por chefes de Estados, governos, ministros (especialmente das finanças e das relações exteriores) e também relações diplomáticas bilaterais, por meio de embaixadas, consulados missões diplomáticas e ainda por intermédio de organizações internacionais (ou regionais) intergovernamentais e empresas multinacionais ou transacionais e o que se estabelece entre esses pares é uma política de “toma lá da cá”, ou seja, segundo Rosemberg (2000, p. 72) “[...] os empréstimos atuais do BM na área social

---

<sup>9</sup> A autora esclarece que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento englobam o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o conglomerado do Banco Mundial (BM) que é composto por 5 instituições: O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Agência Multilateral de Garantias de Investimento (AMGI) e o Centro Internacional para Conciliação de Divergência nos Investimentos (CICDI).

impõem condições prévias na área econômica (o que se denomina de condicionalidade) que devem ser seguidas pelos países demandatários.”

Embora se tenha estabelecido até aqui a década de 1990 e o governo de Fernando Henrique Cardoso como os responsáveis por uma reforma de Estado que visava a uma reforma educacional como eixo estratégico de desenvolvimento, Dourado (2002), em sua discussão acerca da reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 1990, adverte que as interlocuções com os organismos internacionais – que propiciaram a referida reforma – particularmente o Banco Mundial, ocorreram a partir da década de 1980, momento de abertura das economias aos novos marcos do capital sem fronteiras.

O Banco Mundial é apontado pelo autor como o principal responsável pela propagação no âmbito educacional na América Latina e, particularmente, no Brasil com uma orientação visando à “[...] articulação entre educação e produção do conhecimento, por meio do binômio **privatização** e **mercantilização** da educação. (DOURADO, 2002, p. 238, grifos nossos).

O autor defende ainda que a atuação do Banco Mundial tem indicado seu papel como importante interlocutor da política macroeconômica, em sintonia com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Dessa forma, o que se tem observado, segundo o autor, é que o Brasil tem se colocado, desde a época em questão, como “parceiro e fiel depositário” (2002, p. 240) das diretrizes impostas pelos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial.

Nessa mesma direção, Souza (2004), ao analisar proposta para a reforma da educação superior do governo Lula, adverte que ela esteve comprometida com a pauta apresentada pelos organismos internacionais como o BM e o FMI, durante a década de 1990, que tinha como meta investir o mínimo no combate ao analfabetismo e no financiamento da educação superior; diversificar as fontes de financiamento da Educação Superior e abrir o setor educacional, principalmente a Educação Superior, à participação de empresas estrangeiras por meio da educação superior a distância. A autora assim define essa proposta:

Esta proposta, maquiada pelo discurso de ‘democratização’ da educação, encobre a estratégia de privatização das instituições públicas de ensino superior através da retomada ‘envernizada’ do conceito de público não-estatal presente na Reforma do Estado Brasileiro, elaborada por FHC-Bresser Pereira, via parcerias público-privado; regulamentação das fundações de direito privado; proposta de autonomia universitária como autofinanciamento das Instituições de Ensino Superior; Lei de Inovação Tecnológica que viabiliza a transferência das universidades e centros de pesquisa para as empresas, entre outros. (SOUZA, 2004, p. 4-5)

Souza (2004) aponta que a reforma da educação superior no governo em questão foi utilizada como uma política de governo que se valeu de estratégias como o uso do documento intitulado “Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira” no qual se pode observar a defesa da diversidade das fontes de financiamento da Educação Superior pública como também a alocação de verbas públicas para as universidades privadas.

Nesse contexto, a autora afirma que a educação a distância foi apresentada pelo governo do presidente Lula como “[...] uma estratégia de ‘democratização’ do acesso à educação superior, no cenário da ‘sociedade do conhecimento’”. (SOUZA, 2004, p. 5).

## 1.2 Educação Superior na modalidade a distância

Os estudos sobre o surgimento da EaD apresentam controvérsias a partir de diferentes concepções. Enquanto alguns apontam que a Educação a Distância seja uma modalidade surgida recentemente, outros defendem que seu surgimento já possui uma longa trajetória<sup>10</sup>. Maia e Mattar (2007), na obra “ABC da EaD: a educação a distância hoje”, afirmam que a EaD tem a idade da escrita, uma vez que ela rompe com a necessidade de que as pessoas estejam presentes para estabelecerem comunicação uma com as outras. A invenção da imprensa serviu para facilitar esse processo, pois permitiu que “[...] as idéias fossem compartilhadas e transmitidas para um maior número de pessoas, o que intensificou os debates, a produção e a reprodução do conhecimento.” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 22).

O surgimento efetivo da EaD é apresentado pelos referidos autores, na obra em questão, a partir de meados do século XIX por ocasião do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Nessa obra, ao abordarem o histórico da EaD, dividem-no em três gerações.

O surgimento dos cursos de correspondência são apontados como responsáveis pela delimitação da **primeira geração** da EaD, marcada pela presença de materiais impressos e encaminhados pelo correio. Nessa fase, foram criados vários cursos à distância – como exemplo os cursos técnicos de extensão universitária - estimulados pelo surgimento de sociedades, institutos e escolas. Como exemplo podem ser citadas as “escolas internacionais” (1904) que representavam organizações norte-americanas e eram instituições privadas que ofereciam cursos pagos por correspondência em jornais. Sua implantação justifica-se por um momento de crise na educação nacional em que se necessitava de reformas. Entretanto, pouca

---

<sup>10</sup> Cumpre esclarecer que a Educação a Distância como meio de ensino não é uma atividade recente, porém como modalidade de ensino e mediada pelo uso da Web só foi possível com o surgimento da Internet.

importância foi atribuída à educação a distância e muitas dificuldades foram enfrentadas com o uso dos correios, dessa forma o ensino por correspondência não recebeu incentivo por parte das autoridades nacionais e órgãos governamentais.

Outro exemplo a ser citado é o Instituto Universal Brasileiro fundado em 1941, tradicionalmente ocupando espaço na educação a distância até os dias de hoje. Em seu histórico consta mais de 4 milhões de egressos e, de acordo com dados de Maia e Mattar (2007), possui ainda hoje cerca de 200.000 alunos matriculados em seu Instituto. O Instituto oferece cursos profissionalizantes (auxiliar de contabilidade, desenho artístico e publicitário, fotografia, inglês, espanhol, etc.) e supletivos. Uma de suas marcas registradas e popularmente conhecida é o envio de suas mídias de ensino (apostilas, CDs, DVDs, etc.) pelos correios, fato este bem conhecido e divulgado por décadas em propagandas de revistas, jornais, anúncios televisivos.

Já a **segunda geração** é marcada pela presença de novas mídias como a televisão, o rádio, as fitas de áudio e vídeo e o telefone. Nesse momento há a criação das universidades abertas de ensino a distância, influenciadas pelo modelo da *Open University* britânica, fundada em 1969, o qual possibilitou o surgimento de megauniversidades em diversos países do mundo. (MAIA; MATTAR, 2007)

A educação a distância *on-line* corresponde à **terceira geração**, a qual passa a utilizar o videotexto, o microcomputador, a tecnologia de multimídia, o hipertexto e as redes de computadores. Essa geração é caracterizada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e, em 1995, com o desenvolvimento explosivo da internet, há uma ruptura na história da educação, uma vez que proporciona o espaço virtual de aprendizagem, digital e baseado “na rede”. Essa conquista favorece o surgimento de várias instituições de ensino a distância.

No século XXI, a EaD é utilizada por milhões de pessoas distribuídas em diversos países do mundo e pertencentes às mais diversas classes sociais e é oferecida nas mais diferentes formas que vão desde o oferecimento de disciplinas isoladas, cursos de graduação, especialização, pós-graduação como também cursos corporativos, oferecidos por empresas privadas e públicas.

No que diz respeito à história da EaD no Brasil, esta surge acompanhando o movimento internacional, a princípio oferecendo cursos por correspondência, porém, o país utilizou-se largamente das mídias como o rádio e a televisão para que essa modalidade fosse expandida antes da utilização da internet.

Sua oficialização para a oferta de todos os níveis de ensino regular aconteceu por meio da LDB n. 9.394 (1996). Posteriormente, essa lei foi normatizada pelo Decreto n. 2.494, de 1998, pelo Decreto n. 2.561, de 1998 e pela Portaria Ministerial 301, de 1998. Esses documentos serviram para estabelecer os fundamentos, as políticas de funcionamento, a legislação e as principais diretrizes da EaD. Na LDB de 1996 consta um artigo específico para a essa modalidade de ensino:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I -- custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II -- concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III -- reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996, p. 28).

A referida Lei, no § 4º do artigo 87<sup>11</sup>, estabelece ainda que, a partir de 2006, todos os professores que fossem contratados para atuar no ensino fundamental e médio deveriam ser habilitados em nível superior concluído, impulsionando, dessa forma, a busca de qualificação dos professores que já estavam atuando, valendo-se da modalidade a distância.

Em relação aos Decretos n. 2.494 e 2.561 (1998) e a Portaria 301 (1998), esses documentos formaram:

[...] o conjunto de instrumentos que indicaram os procedimentos que deveriam ser adotados pelas instituições para obter o credenciamento do MEC para a oferta de cursos de graduação a distância. Em abril de 2001, o Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 01, que disciplina a oferta dos cursos de pós-graduação a distância no país, fixa limites e estabelece exigências para o reconhecimento de cursos a distância ofertados por instituições estrangeiras. Ainda em 2001, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 2.253, que permite a universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos oferecer até 20% da carga horária de cursos já reconhecidos na modalidade a distância. Essa Portaria

<sup>11</sup> O § 4º foi revogado pela Lei n. 12.796 de 2013.

foi atualizada pela nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. (MORAN, 2011, p. 2).

Para que o artigo 80 da LDB fosse regulamentado, em 1997 o MEC formou um grupo de especialistas que foram responsáveis pela criação dos Decretos n. 2494<sup>12</sup> e 2561<sup>13</sup>, ambos de 1998, e pela Portaria 301<sup>14</sup>, de 1998 que determinaram os procedimentos que deveriam ser adotados a fim de que as instituições interessadas pudessem obter o credenciamento para oferecer cursos de graduação a distância.

Em agosto de 2002, os Decretos n. 2.494 e 2.561 (1988) foram revogados, propondo-se mudanças em relação a EaD, a saber:

- a) revisão dos critérios e procedimentos adotados pelo MEC para autorizar e reconhecer cursos a distância;
- b) construção de Padrões Nacionais de Qualidade para EaD;
- c) eliminação da necessidade de credenciamento específico em EaD para as instituições já autorizadas pelos sistemas a atuar no ensino presencial;
- d) integração da EaD ao planejamento pedagógico das instituições, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional, referenciado pelas diretrizes curriculares e pelos padrões de qualidade nacionais de cursos;
- e) comprometimento dos projetos pedagógicos com a justiça social e com a heterogeneidade, em direção a um patrimônio social comum. (MORAN, 2011, p. 5).

A EaD foi finalmente regulamentada, pelo Decreto n. 5.622, de 20 de dezembro de 2005 que contempla, entre outras, as seguintes alterações:

- § 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:
- I - avaliações de estudantes;
  - II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
  - III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
  - IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.
- Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:
- I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
  - II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

<sup>12</sup> O Decreto n. 2.494/1998 foi revogado pelo Decreto n. 5.622/2005 tratava do credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância dirigidos a educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico

<sup>13</sup> O Decreto n. 2.561/1998 também foi revogado pelo Decreto n. 5.622/2005. Nele o governo define o que é EaD.

<sup>14</sup> A Portaria n. 301/1998 foi revogada pela Portaria do MEC n. 4.361/2004. Ela normatizava os procedimentos de credenciamento de instituições para oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

- III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
  - a) técnicos, de nível médio; e
  - b) tecnológicos, de nível superior;
- V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:
  - a) seqüenciais;
  - b) de graduação;
  - c) de especialização;
  - d) de mestrado; e
  - e) de doutorado.

Em 2007, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto nº 6.303<sup>15</sup> foi publicado para atualizar algumas questões do decreto anterior, cujas principais diretrizes são:

- a) instituição de Ensino Superior com autonomia universitária não necessita de autorizações para ofertar novos cursos superiores, uma vez que esteja credenciada para EaD, em sua sede;
- b) o ato de credenciamento definirá a abrangência de sua atuação no território nacional, que poderá ser modificada mediante pedido de aditamento.(BRASIL, 2007).

O Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído por meio do Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, e sua função é expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Os objetivos desse sistema, especificados no Parágrafo único, são:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006, p. 1).

De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2011<sup>16</sup> – realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) -

<sup>15</sup> O Decreto n. 6.303 alterou dispositivos dos Decretos n. 5.622/2005 e 5.773/2006, dando nova redação aos artigos 10, 12, 14, 15 e 25. As principais alterações referem-se o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

<sup>16</sup> Embora o período delimitado para esta investigação tenha sido de 2003 a 2010, optou-se aqui por informar os dados atualizados obtidos no último Resumo Técnico disponível no Portal do INEP/MEC sobre a expansão da EaD.

atualmente fazem parte desse sistema 7511 polos pertencentes a 142 Instituições de Educação Superior, divididas entre o setor público e privado distribuídas nas 5 regiões do país. A Tabela 1 evidencia esses dados:

**Tabela 1 – Número de polos/IES por regiões do Brasil**

<b>Região</b>	<b>Polos</b>	<b>Instituições públicas</b>	<b>Instituições privadas</b>
Centro-Oeste	769	160	609
Norte	626	164	462
Nordeste	1.736	472	1264
Sudeste	2671	542	2129
Sul	1709	363	1346
<b>Total</b>	<b>7511</b>	<b>1.701</b>	<b>5810</b>

Fonte: INEP/MEC 2011.

Organização: Bianconi, 2013.

Dados do Censo em questão apontam também a evolução no número de IES, Cursos e Matrículas na Educação a Distância no período delimitado para ser investigado nesta pesquisa. A Tabela 2 expõe essa evolução:

**Tabela 2 – Número de cursos, de IES credenciadas e de matrículas na EaD no período de 2003 - 2010**

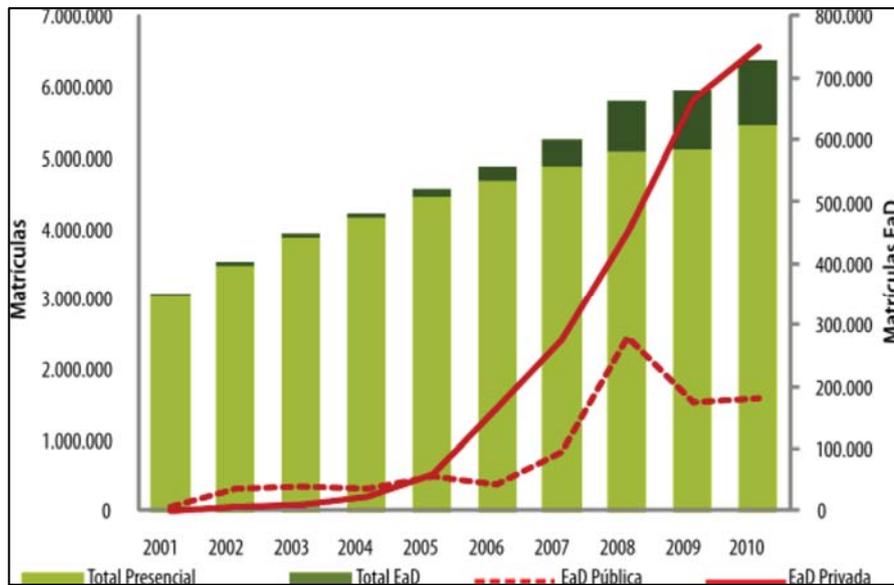
<b>Ano</b>	<b>Número de Cursos</b>	<b>IES (públicas e privadas)</b>	<b>Número de Matrículas</b>
2003	52	38	49 911
2004	107	47	59 611
2005	189	73	114 642
2006	349	77	207 206
2007	408	97	369 766
2008	647	115	727 961
2009	844	Não informado	838 125
2010	930	135	930 179

Fonte: Censo da Educação Superior INEP/MEC (2003-2011).

Organização: Bianconi, 2013

O Censo da Educação Superior do ano de 2010 preocupou-se em registrar a evolução do número de IES ao longo de dez anos (2001 a 2010) e, por meio do gráfico 1, é possível perceber que uma significativa expansão das matrículas na modalidade a distância no período de 2005 a 2009, com um ligeiro declínio no ano de 2010. Nesse ano, das 930.179 matrículas realizadas na EaD, 80,5% foram oferecidas pelo setor privado.

**Gráfico 1 – Expansão das matrículas na Educação Superior, no Brasil, por modalidade de ensino**



Fonte: Censo da Educação Superior (resumo técnico) INEP/MEC (2011)

Dourado (2008), ao problematizar as políticas e gestão atuais para educação básica e superior, enfoca os novos marcos regulatórios do processo expansionista e analisa as políticas direcionadas à formação de professores, principalmente no que diz respeito à educação a distância no setor público.

Com base na análise do contexto da globalização, o referido autor afirma que este se encontra marcado por paradoxos e contradições capazes de retratar o caráter difuso e articulado desta nova fase de acumulação capitalista. Essa fase tem como característica uma dinâmica social marcada por apropriação econômica em escala mundial, e essa dinâmica

[...] potencializa o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação e, ao alterar as formas de sociabilidade, propicia, paradoxalmente, a emergência de “grupos sociais, classes sociais, estruturas de poder, acomodações, tensões e lutas em escala mundial.” (DOURADO, 2008, p. 892, grifos do autor).

Para o referido autor, nesse cenário desenvolvem-se oportunidades desiguais entre os espaços geopolíticos e, conseqüentemente, um avanço tecnológico também desigual, ocasionando

[...] um espaço contraditório, em que se generalizam e desenvolvem tecnologias favoráveis à integração e, paradoxalmente, a novas formas de inclusão dependente. Tal processo não é resultante, em si mesmo, do avanço

tecnológico, mas sim das novas formas de acomodação histórica do modo de produção capitalista que alteram as formas de sociabilidade e, conseqüentemente, a relação entre as forças sociais, que, sob a hegemonia do *ethos* privado, sofrem a influência das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas. (DOURADO, 2008, p. 893, grifos do autor).

Ainda segundo o autor, no caso de países como o Brasil, que apresenta alto desenvolvimento tecnológico e possui uma parcela significativa da população vivendo em extrema pobreza, o relacionamento entre Estado e sociedade se configura de maneira patrimonialista<sup>17</sup> e, dessa forma, sob o domínio dos interesses da esfera privada em detrimento da pública. Isso significa que há, no Brasil, a necessidade de que os direitos sociais e coletivos, dentre os quais se encontra a educação, sejam ampliados.

Nesse sentido, o autor aponta que a expansão vivenciada pela educação superior a distância foi incentivada pela aprovação da LDB n. 9394/96 e que esta se efetivou, sobretudo, após 2002, mediante o processo de credenciamento de instituições de educação superior que oferecem cursos em EaD, ocasionando uma forte presença de cursos na modalidade a distância na esfera privada. Segundo o autor esse processo de expansão tem ocorrido principalmente na área da educação.

Adverte-se aqui que as questões que favorecem o avanço da EaD não se limitam apenas à imposição de uma legislação, mas, sobretudo a questões expansionistas do setor privado da educação superior proporcionadas, como foi citado, a partir da década de 1980, momento em que as ações dos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, ficam encarregados de promover os processos de globalização do capital.

Esse período é marcado, segundo Santomé (2003), pelo avanço do pensamento neoliberal o qual propõe que o Estado abra mão daquilo que diz respeito às medidas que tragam maiores parcelas de justiça social e democracia à sociedade e encarrega o setor privado, principalmente, das questões relacionadas à educação e à cidadania, eliminando, dessa forma, uma conquista social que custou muito esforço: o Estado de Bem-Estar.

O autor afirma que, a partir da década de 1980, os Estados Unidos passam a exercer o seu poder hegemônico de maneira ilimitada, uma vez que possuíam, em seu território, os principais grupos industriais e financeiros e, com isso, suas elites políticas, econômicas e militares optam por obrigar o restante do mundo a adotar o seu ritmo. É nesse cenário que são criados diversos órgãos supranacionais como o FMI e o Banco Mundial, os quais foram responsáveis por coordenar a reconstrução das economias mundiais.

---

<sup>17</sup> Para Dourado (2002, p. 247). “Estado patrimonial é entendido como espaço de prevalência dos privilégios, mediados pela égide clientelística, em detrimento do Estado de direito.”

O que se pode constatar, ainda segundo o autor em questão é que, a partir do final do século XX

[...] vivemos em uma sociedade em que a esfera econômica, por meio de instituições como o FMI, o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Organização Mundial do Comércio (OMC), dita as linhas-mestras que os governos devem adotar, se não quiserem ficar à margem ou serem considerados inimigos (o que também é possível) dessas estruturas mundiais. (SANTOMÉ, 2003, p. 16-17).

Santomé (2003) considera ainda que a atuação desses organismos internacionais, além do forte poder econômico que possuem, trabalham ainda em prol da elaboração de discursos que possam convencer a população de que a atuação deles visa o bem-comum e, por isso é neutra e desinteressada. Porém, para o autor esse tipo de organização funciona como

[...] o verdadeiro cérebro das políticas neoliberais, construindo uma grande trama de redes para obter o consentimento da população com relação às suas propostas. O controle dos recursos financeiros que elas têm em suas mãos lhes permite dirigir as linhas de pensamento da imensa maioria dos meios de comunicação de massa, controlar as publicações de numerosas editoras, exercer a sua autoridade sobre os partidos políticos governistas com base em créditos e “doações” para suas campanhas, influenciar sensivelmente o trabalho de instituições de formação e educativas, especialmente as universitárias, por meio da concessão de subvenções econômicas para a promoção de determinadas linhas de pesquisa, etc. Em suma, os organismos econômicos de caráter mundial também financiam a elaboração de discursos que estejam de acordo com os interesses privatistas e de exploração, que divulgam de forma insistente e contínua. (SANTOMÉ, 2003, p. 19).

Nessa direção, o que se observa no Brasil, a partir da década de 1990, com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) é a implementação das políticas neoliberais e sua grande influência no campo educacional, principalmente no que se refere ao financiamento da educação e a relação entre as esferas (municipal, estadual e federal) envolvidas nesse processo. Vieira (2000) afirma que, a eleição do referido presidente, representa, no cenário econômico, um divisor de águas em relação ao governo anterior, já que é responsável por

[...] inserir o Brasil dentro de um quadro internacional que impõe novas perspectivas de competitividade no cenário da globalização. Se antes o tema da reforma do Estado era posto timidamente, agora é escancarado com todas as letras [e] a privatização emerge como palavra de ordem. (VIEIRA, 2000, p. 90).

Logo, nesse contexto, o projeto neoliberal ganhou, de acordo com Marrach (1996), um novo programa fundado nos seguintes elementos:

Qualidade total, modernização da escola, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, nova vocacionalização, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura da universidade aos financiamentos empresariais, pesquisas práticas, utilitárias, produtividade, essas são as palavras de ordem do discurso neoliberal para a educação. (MARRACH, 1996, p. 1).

Sguissardi (2008), ao analisar a expansão da educação superior no Brasil, afirma que se pode constatar um predomínio crescente de um modelo de expansão educacional marcado pela “corrida do ouro” da “educação mercadoria” e do “mercado educacional”. Dessa forma, o referido autor assevera que na atualidade as preocupações daqueles que detêm esse mercado estão interessados em “competir” e, no máximo, garantir a empregabilidade dos estudantes/clientes e, dessa forma, garantir a valorização indefinida de seu capital, como também fazer render ao máximo cada insumo/professor ou a mercadoria-educação os quais estão envolvidos na “indústria de ensino”.

O autor aponta ainda que, em face dessa questão, era de se esperar que o Estado assumisse sua função reguladora e de controle do “sistema” de educação superior, porém uma série de obstáculos se levanta para que essa regulação e esse controle não se efetivem e, entre elas são citadas:

[...] a natureza do Estado (se predominantemente público ou privado/mercantil); a concepção de educação superior (se um direito e bem público ou um serviço e bem predominantemente privado/mercantil); e, finalmente, a própria natureza da regulação e do controle (se privilegia a competição, a eficiência e eficácia típica do mercado ou o interesse público e cidadão). (SGUISSARDI, 2008, p. 1016).

Diante da falta de controle apontada, Sguissardi (2008) adverte que a predominância ou “hegemonia do mercado educacional” no “sistema” pode significar, a médio prazo, o suicídio da instituição universitária.

Nesse sentido, recorre-se novamente a Dourado (2008) que afirma que o sistema educacional brasileiro é bastante complexo e necessita de políticas articuladas direcionadas aos diferentes níveis e modalidades educativas. Para uma devida formação dos profissionais da educação, o autor propõe a construção de um sistema que contribua para o estabelecimento de parâmetros que visem a uma base comum nacional para toda a formação e isso implica o aprimoramento dos processos de acompanhamento e de avaliação com vistas a contribuir com o desenvolvimento institucional e com a melhoria dos processos de formação inicial e continuada de professores. Para tal, é necessário que a educação deixe de ser vista como

mercadoria e passe a ser discutida como política de Estado resultante da possível articulação entre sociedade civil e política.

### **1.3 Políticas de Educação Superior no período de 2003 a 2010**

O período que compreende os anos de 2003 a 2010 diz respeito aos dois mandatos empreendidos pelo Presidente Lula: o primeiro de 2003 a 2006, e o segundo de 2007 a 2010. No que diz respeito à educação superior, esse período é marcado por uma série de medidas instituídas pela União no sentido de organizar a educação nacional. Segundo Saviani (2008), as medidas de política educacional decorridas na primeira gestão do governo Lula estiveram ligadas à questão de regulamentação da LDB.

Dentre essas medidas, o autor destaca a criação e regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), pela Lei n. 10.861/2004 e pelo Decreto n. 5.773/2006, respectivamente, e a criação e regulamentação da implantação do ProUni pela Lei n. 11.096/2005 e pelo n. Decreto 5.493/2005. O autor pontua que a criação do Sinaes – cuja coordenação e supervisão é feita pela Comissão Nacional de Avaliação Superior (Conaes) – se justifica em cumprimento da Lei n. 10.861/2004, a qual em seu artigo 9º, incisos VI, VIII e IX da LDB instituiu a avaliação do ensino brasileiro em todos os níveis e modalidades. Sua principal função, segundo Saviani (2008, p. 10) é:

[...] promover a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes de nível superior (artigo 2º), regulada, respectivamente, no artigo 3º (avaliação das instituições), no artigo 4º (avaliação de cursos) e no artigo 5º (avaliação do desempenho dos estudantes).

Ao determinar a avaliação dos estudantes, o artigo 5º previu o Enade, em substituição ao “Provão”, extinto pela revogação dos artigos 3º e 4º da Lei 9.131/1995. Nessa direção, foi atribuída ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a incumbência de realizar a avaliação das instituições e dos cursos como também o do desempenho dos estudantes.

No que diz respeito à criação do Prouni, segundo o Plano Plurianual de 2008 a 2011, (BRASIL, 2007), as medidas concernentes à Educação Superior estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no referido período, têm como objetivo:

[...] ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior no País por meio da ampliação das vagas nas instituições federais de ensino superior e da oferta

de bolsas do **Programa Universidade para Todos** (Prouni), articulado ao Financiamento Estudantil (Fies). Com a ação de apoio à **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)** as universidades apresentarão planos de expansão da oferta para atender à meta de dobrar o número de alunos nas Instituições Federais de Ensino (IFES) no Brasil em 10 anos. O Prouni será ampliado oferecendo 100 mil novas bolsas por ano e permitindo o financiamento de 100% das bolsas parciais do **Prouni** por meio do Fies. (BRASIL, 2007b, p. 18, grifos do autor).

Saviani adverte que o Prouni se destina à concessão de bolsas de estudos para que alunos que não possuem nenhum diploma de nível superior e que pretendem cursar uma graduação em instituições de ensino superior particulares. Pela Lei 11.096<sup>18</sup>, foram previstas três modalidades de bolsas e as seguintes condições:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei n. 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda. (BRASIL, 2005a).

---

<sup>18</sup> A referida Lei institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Em relação à política de avaliação instituída pelo governo Lula, Morosini (2004) se manifesta apontando o posicionamento do Estado como um “Estado avaliador”<sup>19</sup> que atua em todos os segmentos da realidade educacional, exercendo maior impacto na educação superior com vistas a atender às imposições da globalização, a qual privilegia “[...] o conhecimento e as competências advindas da educação formal e de sua certificação continuada.” (MOROSINI, 2004, p. 147).

Ao abordar a Reforma da educação brasileira no governo Lula, Chaves, Lima e Medeiros (2004, p. 336-337), enfocam, além dos instrumentos legais anteriormente citados, outros que merecem ser mencionados:

Lei nº 10.973, de 2/12/2004 (que dispõe sobre incentivos à inovação tecnológica); Lei nº 11.079, de 30/12/2004 (que institui a Parceria Público Privada - PPP); o Decreto Presidencial nº 5.225, de 1º/10/2004 (que elevou os centros federais de educação tecnológica – Cefets – à categoria de instituições de ensino superior); [...] o Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 (que regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das Ifes); o Decreto Presidencial nº 5.622, de 19/12/2005 (que regulamenta a educação a distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro); e mais recentemente o Decreto nº 5.773, de 9/5/2006 (que estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior) e o Projeto de Lei nº 7.200/06, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em junho de 2006, que estabelece nova regulamentação para a educação superior brasileira.

As autoras defendem que o conjunto de medidas empreendidas durante a gestão do Presidente Lula conservam a característica da reforma privatista assumida na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, fortalecendo e dando continuidade à política de expansão do ensino superior sob a lógica da diversificação e da privatização.

Com base em uma análise voltada para as políticas de inclusão na Educação Superior na gestão do presidente Lula, Bittar e Maciel (2011), ao analisarem os Planos de Governo defendem que, em seus dois mandatos, Lula enfatizou a necessidade de diminuir as desigualdades sociais valendo-se da inclusão social e um dos instrumentos utilizados para tal seria por intermédio da educação, vista, no âmbito do discurso do governo, como estratégia para o exercício da cidadania. De acordo com as autoras os Planos Plurianuais referentes aos dois mandatos do Presidente (2003-2006; 2007-2010) são assim caracterizados:

---

<sup>19</sup> Expressão proposta inicialmente por Guy Neave, no âmbito de trabalhos relativos às políticas de ensino superior, “[...] visa sobretudo sinalizar o facto de estar em curso a transição de uma forma de regulação burocrática e fortemente centralizada para uma forma de regulação híbrida que conjuga o controle pelo Estado com estratégias de autonomia e auto-regulação das instituições educativas.” (AFONSO, 2001, p. 25).

- a) no período de 2004 a 2007, o Plano denominava-se *Gestão Pública para um Brasil de Todos*, que apresentava como objetivo ‘(...) inaugurar a seguinte estratégia de longo prazo: *inclusão social*; (...) e fortalecimento da cidadania e da democracia’ (BRASIL, 2004, grifos nossos).
- b) no período de 2008 a 2011 o Plano intitulou-se Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade, cujo objetivo consistiu em promover o ‘(...) desenvolvimento com *inclusão social* e educação de qualidade’ (BRASIL, 2007, grifos nossos). (BITTAR; MACIEL, 2011, p.139, grifos das autoras).

O que as autoras pretendem ressaltar é que, nos objetivos dos Planos, a educação é vista como meio possibilitador da inclusão social, devendo ser universalizada. Enfatizam ainda que essa preocupação já se fazia presente nas metas registradas na campanha do Presidente Lula em 2002 as quais, mais tarde, foram incorporadas em seus planos, programas e ações de governo.

Para as autoras, a expressão “inclusão social” foi utilizada com destaque nos PPAs do governo Lula, comprovando ser essa meta

[...] um dos eixos norteadores do desenvolvimento das políticas de seu governo. Em seu primeiro mandato, verifica-se, ademais, que se enfatiza a necessidade de colocar o Estado como o ‘(...) principal protagonista de uma *política de inclusão social* (...)’, mas, ressaltando a colaboração das organizações da sociedade, lucrativas ou não-lucrativas. (BITTAR; MACIEL, 2011, p. 141, grifos das autoras).

O ponto relativo à inclusão que mais interessa a esta pesquisa relaciona-se à análise que as autoras fazem no PPA de 2004 a 2007. Nesse documento, a educação é vista como favorecedora do desenvolvimento social, portanto o ingresso à educação superior é apontada como favorecedora da “inclusão social”,

Em consulta ao PPA 2008 a 2011, intitulado “Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade” e assinado pelo Presidente Lula, pode-se perceber também a preocupação com a inclusão social por intermédio da educação, uma vez que o projeto de lei indica o processo de inclusão social e o desenvolvimento sustentável do País pode ser viabilizado por uma educação universal e de qualidade. Para isso, “[...] elevar a qualidade da educação nacional é estratégico e urgente, de modo a preparar em especial nossas crianças e jovens para os desafios da vida em sociedade, a inclusão cidadã e a inserção no mundo do trabalho.” (BRASIL, 2007b, p. 75).

Porém, o acesso à educação superior ainda é “bastante restrito e desigual” se for levada em conta a expansão das matrículas realizadas na segunda metade da década de 1990 e como justificativa, no documento adverte-se que:

O modelo de expansão da educação superior, adotado no período 1995-2002, orientado pela via privada, guardava em si mesmo limites de ordem econômica impostos pela decrescente capacidade de consumo da classe média brasileira, além de não ter associado expansão com qualidade. Isso pode ser corroborado pelo fato da oferta de vagas ter crescido para além da demanda efetiva. Se, em 1995, 18% das vagas ofertadas no ensino superior privado não haviam sido preenchidas, em 2004, chegou a 50%. Trata-se, pois, de uma coexistência aparentemente paradoxal, entre a baixa inserção de jovens de 18 a 24 anos na educação superior e o elevado nível de ociosidade das vagas ofertadas pelo conjunto das instituições privadas. (BRASIL, 2007b, p. 80).

Dessa forma, a proposta do governo Lula é “recuperar a universidade pública e democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil.” Nesse sentido, o Plano em questão cita as seguintes medidas: a criação do ProUni como uma maneira de beneficiar jovens de baixa renda, a recomposição do quadro de pessoal das universidades desde 2003, com a contratação de 5,6 mil professores e 13 mil técnico-administrativos, a criação de quatro novas universidades, a transformação de seis faculdades em universidades e a implantação ou consolidação de 48 campi em todo o País, ações apontadas como elemento de concretização da política de interiorização da universidade pública. Ainda, segundo o documento,

Com a expansão, 30 mil novas vagas passaram a ser oferecidas nas universidades públicas na modalidade de ensino presencial. Soma-se ainda 97.210 vagas criadas pela UAB para formação superior na modalidade semi-presencial e 31.500 vagas do Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio Pró-licenciatura oferecidas para formação em nível superior de professores das séries finais do ensino fundamental e ensino médio. (BRASIL, 2007, p. 81).

No texto em questão são citados ainda dois programas voltados à Educação Superior: o **Programa Brasil Universitário**, criado para manter e ampliar o acesso à educação superior. Com ele, a Ação de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) possibilitará que as universidades públicas federais obtenham o dobro do número de alunos nas salas de aula.

Outro programa a ser citado é o **Programa Acessibilidade nas Universidades** citado no Plano como responsável pela criação de fomento para projetos de promoção da acessibilidade nas universidades públicas federais, no que diz respeito a

[...] comunicação, aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos, adequações arquitetônicas nas edificações, aquisição e adaptação de mobiliários, formação, elaboração e produção de material

pedagógico, organização e/ou criação de programas e núcleos de acessibilidade. (BRASIL, 2007b, p. 80).

Embora esteja claro na política empreendida na gestão do Presidente Lula o objetivo de propiciar à população brasileira o acesso à educação e ao conhecimento com “equidade”, qualidade e valorização da diversidade, o que pode ser observado é que uma das tendências da educação superior, nas últimas décadas, tem sido estabelecer relação entre avaliação e qualidade de ensino. Essa preocupação é justificada por Peixoto (2004, p. 172) em virtude da

[...] crise institucional vivida pelas universidades em todo o mundo, a partir da década de 1980, em consequência da crise do Estado do bem-estar social e da desaceleração da produtividade industrial nos países centrais (Santos, 1996). A deterioração progressiva das políticas sociais, que resultou da crise do Estado, fez com que ele passasse da condição de produtor de bens e serviços para a de comprador desses mesmos bens e serviços do setor privado.

Como consequência disso, a autora observa que, como as universidades públicas vêm sofrendo cortes orçamentários significativos e são obrigadas a atrair investimentos no setor privado e conviver com a notória concorrência das universidades privadas, as quais, em muitos casos são financiadas pelo Estado.

A autora adverte ainda que Organismos Internacionais como o Banco Mundial e a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations (UNESCO)

[...] têm desempenhado um papel importante na consolidação dos estilos avaliativos adotados pelos diferentes países. [Para esses Organismos] a avaliação tem como vetor a responsabilidade das instituições de ensino superior de prestarem contas à sociedade e se orienta para o aperfeiçoamento permanente no cumprimento de suas funções. Enquanto, para o Banco Mundial, a mudança exigida implica que as universidades passem a ser organizações mais eficientes do ponto de vista de seus resultados, para a UNESCO, a questão da avaliação reside na obtenção de uma maior eficácia social, isto é, numa resposta, cada vez melhor, às necessidades e demandas sociais, oferecendo uma educação de excelência, pertinente e equitativa, sem exclusão de nenhuma parcela da população. É por isso que os documentos mais recentes dessas organizações insistem na necessidade da realização de mensurações da aprendizagem dos alunos, bom como dos méritos dos docentes, dos cursos e da produção científica e tecnológica. As palavras-chave de seus projetos avaliativos são: eficiência, modernização, eficácia, efetividade dos custos, produtividade e prestação de contas. (PEIXOTO, 2004, p. 174-175).

No que diz respeito à reforma da educação superior do governo Lula e

O que se pode depreender é que as reflexões trazidas até aqui confirmam a tese de Sguissardi (2004) de um modelo de educação com as seguintes características: que encara as universidades e as instituições de pesquisa como um setor de serviços “não exclusivos do Estado e competitivos”; que adere à sugestão do Banco Mundial de definir o ensino superior como “um bem antes privado que público, espécie de quase-mercadoria no quase-mercado educacional”; que é vista como um serviço educacional incluído na agenda dos serviços comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e ainda que adota mecanismos de avaliação regulamentados por leis, decretos e medidas provisórias que promovem processos avaliativos de instituições e entre pesquisadores universitários. Ou seja: o modelo que se impõe pode ser caracterizado não como um direito social, mas sim como um privilégio concedido aos indivíduos que têm a oportunidade de “sobreviver” nesse novo modelo.

O próximo capítulo tem como objetivo levantar as principais temáticas da produção científica sobre as políticas de EaD no Brasil, tendo como base as discussões abordadas até o momento acerca dos motivos que têm proporcionado a expansão dessa modalidade de ensino.

## **CAPÍTULO II**

### **PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EAD NO BRASIL – PRINCIPAIS BASES DE DADOS**

O objetivo deste capítulo é identificar nas principais bases de dados a produção sobre as políticas de EaD no Brasil, no âmbito das políticas de educação superior, no período de 2003 a 2010. Para isso, foram selecionados cinco bancos de dados *on-line*, a fim de se investigar a característica dessa produção, no período selecionado.

#### **2.1 Bases de dados relacionadas para investigar a produção científica sobre EaD**

O processo de levantamento dos trabalhos aconteceu durante o primeiro semestre de 2012, que a princípio tinha outro foco. Foi somente ao final do primeiro semestre que as buscas foram direcionadas com a temática das políticas de EaD. Assim, iniciou-se, paralelamente, a pesquisa em bancos de dados *on-line*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Periódicos Qualis A1 e A2.

Posteriormente, a busca ampliou-se para outras bases de dados como: Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE - UCDB).

Para realizar o levantamento dos trabalhos completos aceitos pela ANPEd, no GT 11 – Política de Educação Superior – foram visitadas todas as páginas eletrônicas desde a 26ª

Reunião Anual, que aconteceu em 2003, até a 33ª Reunião Anual, do ano de 2010. O total de trabalhos aceitos para as reuniões foi de 151.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) é uma base de dados mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e, portanto, representa o mesmo local de pesquisa. Este *website* indexa 51.138 teses e 143.212 dissertações de 97 Instituições de Educação Superior (IES) do país, totalizando 194.350 trabalhos, cujos anos de publicação variam entre 1966 até 2012. Desse total geral, apenas 0,22% pesquisas tem a sigla EaD como tema relacionado<sup>20</sup>.

A CAPES foi criada em 11 de julho de 1951 e, dentre os trabalhos desenvolvidos por ela se encontram: a avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o acesso e a divulgação da produção científica, os investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior e a promoção da cooperação científica internacional. Assim, o portal da CAPES disponibiliza o acesso às dissertações e teses desenvolvidas por instituições de Pós-Graduação em todo o país desde 1987.

O portal da CAPES disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção, chamado Qualis, o qual afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa pelo processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

Já o *website* – disponibiliza as dissertações desde 1996 até 2012. O Programa tem 18 anos e seu objetivo maior é formar o docente-pesquisador qualificado para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assessoria na área da educação.

A pesquisa realizada apontou para uma grande lacuna nas discussões das políticas de EaD no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB), uma vez que, no período de 2003 a 2010, verificou-se que apenas Caparróz (2009) vinculou seu objeto de estudo à EaD, com o foco voltado para a análise da profissionalidade docente na educação *online*.

Caparróz (2009) mostrou, com os resultados da pesquisa, que o modelo de educação *online* adotado pela instituição investigada mantém a integridade do fazer docente,

---

<sup>20</sup> Esses dados correspondem à pesquisa realizada em julho de 2012.

apesar das interferências externas e controle sobre a sala de aula *online*. E, portanto, demonstrou que a modalidade adotada em um curso (seja ela presencial ou *online*) é apenas um dos aspectos em uma gama de relações que se estabelecem, capaz de tensionar a proposta de ensino para o lucro, prejuízo, ou para uma educação libertadora de emancipação de alunos e professores.

Ou seja, seu trabalho não discutiu as políticas de EaD, e não pode contribuir com essa pesquisa. Assim, sem a pretensão de exaurir o tema proposto nesta dissertação, apontam-se os resultados obtidos nas diferentes bases de dados pesquisadas.

Portanto, o acesso *online* dos trabalhos foi essencial para se conhecer o objeto desta pesquisa. A pesquisa demonstrou que apesar da EaD ser tida “[...] como uma possibilidade viável na construção de mecanismos que favoreçam a aprendizagem e a qualificação contínuas ao longo da vida, bem como apresenta, enquanto modalidade de ensino, condições de ensino adequadas para adultos.” (ABADD; ZERBINI; SOUZA, 2010, p.291), ainda não é um tema muito discutido no Brasil, e mais, adverte acerca da falta de pesquisas direcionadas às políticas de EaD.

A seguir, apresentam-se os trabalhos levantados nos *websites* já citados.

### 2.1.1 ANPEd – GT11

A ANPEd, segundo seu *website*<sup>21</sup>, foi fundada em 1976 e dentre suas finalidades está a de promover o desenvolvimento e a consolidação da pós-graduação e da pesquisa na área da educação no Brasil, como também incentivar a divulgação de pesquisas científicas em educação.

Para cumprir tais objetivos, a Associação promove reuniões anuais, nas quais 23 grupos de trabalhos reúnem-se em mesas redondas, sessões especiais, conferências, minicursos e outras atividades, além de outros encontros científicos de menor porte.

A busca de trabalhos completos a respeito da política de EaD foi realizada no GT 11 de Política da Educação Superior, que hoje é coordenado pelo professor da USP/SP Afrânio Mendes Catani<sup>22</sup>.

Segundo Fávero (1998), foi a partir de 1981 que o GT 11 começou a estruturar-se como grupo de discussão, contestação, troca de ideias sobre pesquisas, permuta de

---

<sup>21</sup> <http://www.ANPEd.org.br/home>

<sup>22</sup> <http://www.ANPEd.org.br/internas/ver/gts>

informações bibliográficas e outras atividades que envolviam as produções científicas relacionadas à Educação Superior. A autora ainda aponta em relação ao GT11:

[...] seu primeiro encontro na 5ª Reunião Anual, em 1982, tendo como preocupação consolidar sua criação através da definição de tarefas a ele afetas e do conhecimento das atividades acadêmicas e de pesquisa de seus membros, definir suas atividades a curto e médio prazos, bem como apresentar e discutir os trabalhos inscritos nessa Reunião Anual. (FÁVERO, 1998, s/p).

Desde então, esse GT tem se reunido promovendo debates, seminários e demais eventos os quais articulam esforços de investigação e produção de estudos sobre Educação Superior.

A seguir estão os trabalhos pesquisados nesse GT os quais apresentaram maior relevância, em relação ao objeto proposto, para o levantamento das produções a respeito da política de EaD organizados por ano da publicação no Quadro 1.

**Quadro 1 – Produções selecionadas no GT11/ANPEd sobre políticas para EaD no Brasil entre 2003 – 2010**

Autores/as	Título	Descritores	Reunião	Ano
Stella Cecilia D. Segenreich	Educação Superior à Distância: políticas públicas e realidades institucionais	TIC; formação de professores; EaD	26ª Reunião	2003
Stella Cecilia D. Segenreich	Desafios da educação a distância ao sistema de educação superior: o triplo papel da avaliação	Avaliação; EaD; políticas públicas	29ª Reunião	2006
Dirce Maria Falcone Garcia	Educação a distancia, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades	Expansão do ensino superior; EaD; TIC; competências	31ª Reunião	2008
Daniela Motta de Oliveira	Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil	Formação de professores; EaD; nova sociabilidade	32ª Reunião	2009

Fonte: site ANPEd. Disponível em: <http://www.anped.org.br/internas/ver/publicacoes-da-anped?m=3>  
Organização: Bianconi, 2012

O primeiro trabalho do quadro é de Segenreich (2003), que apresenta, em seu texto, uma reflexão sobre dois aspectos ligados à EaD: a formação de professores e as TICs.

Como ponto de apoio a autora utiliza dois textos, o primeiro, elaborado por Vianney e colaboradores, em que seu objetivo foi definir um histórico da implementação da Educação a Distância (EaD) no Brasil, focalizando a utilização das Novas Tecnologias de

Comunicação e Informação (NTIC) na Educação a Distância. O segundo é o “[...] relatório sobre proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta da Educação a Distância no nível Superior” (SEGENREICH, 2003, p. 2), organizado por especialistas e representantes do MEC em 2002.

Na sequência, a autora aponta que, com base na Portaria 2253/2001, algumas mudanças seguiram a tendência do MEC de manter a EaD como um sistema paralelo ao sistema presencial, com credenciamento institucional específico mesmo para universidades consolidadas. E afirma que:

[...] é importante que as experiências institucionais de formação de professores à distância sejam analisadas a partir de seu modelo referencial de formação que, em alguns casos, parecem se constituir em um espaço de resistência à racionalidade instrumental dos seus mentores iniciais. Em compensação algumas experiências de introdução de NTIC na educação presencial, mencionadas neste documento, apontam para uma racionalidade mercantil mas não tem sido objeto da devida atenção. A marginalização da EAD, como um sistema paralelo de ensino, está criando um mundo paralelo, subterrâneo, cada vez mais difícil de ser avaliado em termos de suas intencionalidades e impacto na educação. (SEGENREICH, 2003, p. 2)

Levando-se em conta a incorporação da EaD como parte do sistema educacional brasileiro é que Segenreich (2006), em seu artigo enviado à 29ª Reunião da ANPEd, procura analisar as políticas públicas para a Educação Superior, tendo em vista que uma nova regulamentação da Educação a Distância foi aprovada em 2005.

Para refletir sobre as melhores estratégias para lidar com a realidade da inserção da EaD no país, a autora expõe alguns fatores da expansão dessa modalidade, nos últimos três anos, apresentou os desafios da regulamentação sobre EaD e discutiu cinco pontos: a manutenção do credenciamento específico para a modalidade de EaD; a abertura do leque de oferta de cursos e de novos tipos de instituições credenciáveis; a definição da territorialidade geográfica e institucional dos cursos; a manutenção dos momentos presenciais; e a oferta de 20% de disciplinas na modalidade semipresencial nos cursos existentes. (SEGENREICH, 2006).

Assim, aponta a necessidade de discussões para a avaliação de IES e seus cursos, em que a

[...] avaliação tem que levar em consideração estes dois âmbitos:  
 · Âmbito do referente – nele são definidas as características, por exemplo, do que deve ser um curso de EAD para um determinado modelo de proposta pedagógica (incluindo os critérios que o definem);

· Âmbito do referido – nele se procuram aspectos do funcionamento real do curso ou indicadores que dão conta das características procuradas (critérios de qualidade). (SEGENREICH, 2006, p.16).

Para além da avaliação da EaD, o trabalho de Oliveira (2009), apresentado na 32ª Reunião, ressalta que a EaD tem ocupado um espaço estratégico nas políticas públicas para expansão do ensino superior e principalmente nos cursos voltados para a formação de professores.

Seu estudo partiu da análise da Universidade Aberta do Brasil (UAB), trazendo sua trajetória histórica e sua relação com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Aponta também para dados que evidenciam a expansão da EaD por meio do número de cursos de graduação oferecidos por IES públicas e privadas.

Oliveira (2009) afirma ainda que a EaD, durante segundo mandato de Lula como presidente do Brasil entre 2007 a 2010, fortaleceu-se como estratégia de formação de professores com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) — Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, e, então, a Nova Capes passa a ser o órgão responsável pela gestão da UAB. Portanto concluiu que:

A ênfase na EaD como política pública para a formação de professores respondeu a pelo menos dois pressupostos importantes: a possibilidade de minimizar rapidamente a falta de qualificação dos professores (já que atende a um grande contingente de pessoas com custos bem menores que a formação presencial), e a de ampliar o acesso à educação superior. Assim, os programas de formação em larga escala não somente difundiram os conteúdos, competências, habilidades e valores necessários ao homem de novo tipo, como consolidaram a formação do novo intelectual necessário à coesão social. (OLIVEIRA, 2009, p.11)

Para a autora, tal afirmativa, ajuda a pensar que a EaD pode sim contribuir para que aqueles que precisam de formação em nível superior sejam atendidos, principalmente os que se encontram em locais de difícil acesso.

O último trabalho, de Garcia (2008), foi realizado com base em dados empíricos e exhibe desdobramentos no que tange à política de expansão do ensino superior em curso no Brasil. Focaliza a articulação de três aspectos que subjazem a esse processo: o currículo por competências, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a EaD.

A princípio a autora observa que a implementação de reformas sociais, dentre elas as educacionais, principalmente as ocorridas a partir da década 1990, no Brasil, foram direcionadas por agências multilaterais, especialmente a Organização Mundial do Comércio

(OMC). A nova ordem está embasada em princípios da competitividade, do individualismo e tendo a perspectiva do mercado como força regulatória das relações sociais.

Tais aspectos, para a autora, apontam para algumas fragilidades dessas políticas como, por exemplo, seu caráter compensatório de acesso à educação para os segmentos mais pobres da sociedade e, conseqüentemente, pouco inclusiva. Sugere mudanças na formação e trabalho docentes no sentido de sua precarização.

A referida autora trata também sobre a noção de competências na educação como uma maneira de substituir uma escola subsidiada pela reprodução de conhecimentos, presencial, por uma escola que seja criativa e propícia para a possibilidade da construção do conhecimento pelo aluno.

Garcia (2008, p. 13) conclui que:

[...] a obtenção de resultados não meramente estatísticos com a expansão do ensino superior na modalidade de educação a distância depende de elevados investimentos iniciais. Portanto, em nossa realidade, é ilusória a expectativa de conseguir uma educação a distância de boa qualidade com baixo custo; e caso isso não seja considerado é grande a possibilidade de maior fracasso, embora dissimulado por elevados índices quantitativos, no campo educacional, causando um maior distanciamento nos níveis educacionais atingidos pelos segmentos sociais mais pobres em relação aos mais bem posicionados socialmente.

Portanto, sinaliza que Educação a Distância está sendo promovida nos discursos oficiais e de alguns teóricos, tendo por pressuposto a disponibilização de uma base operacional que inclui o uso das TIC e um currículo centrado nas competências<sup>23</sup>. Porém, ao mesmo tempo reforça um discurso ambivalente que, por um lado, visa os aspectos da irreversibilidade das tecnologias, do caráter avançado destas, dos interesses democráticos, e, de outro, omite a predominância dos interesses privados na expansão do ensino superior<sup>24</sup>.

Analisando os trabalhos completos aceitos no GT11 da ANPED, é possível afirmar que as discussões que vêm sendo tratadas em relação à política de EaD estão atreladas à formação de professores; TIC; avaliação e expansão da educação superior.

No próximo tópico estão os dados levantados no site do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

---

<sup>23</sup> É necessário esclarecer que no âmbito da Educação Superior, os currículos dos cursos na modalidade a distância seguem as mesmas diretrizes curriculares dos cursos presenciais, portanto não é possível afirmar que todas as diretrizes estão centradas na pedagogia das competências.

<sup>24</sup> A EaD tem sido utilizada nas esferas pública e privada como meio de expansão do acesso.

### 2.1.2 Banco de Teses e Dissertações da CAPES

A seguir apresentam-se as dissertações selecionadas no site <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Ressalta-se que a maioria dos trabalhos desse site também estão disponíveis no <http://bdtd.ibict.br/>. As produções estão organizadas pelo ano de defesa.

**Quadro 2 – Dissertações selecionadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes de 2003 a 2010**

Autor/a	Título	Descritores	Instituição	Ano
Francisco Sylvio de Oliveira Barros	Educação, qualificação e formação docente: estudo da política de formação de professores em serviço	Formação dos professores; formação do educador em serviço	Universidade Estadual do Ceará	2003
Andréa Maria Mendes	A Educação a Distância nos meandros da Legislação Brasileira: 1988 – 1996	Educação a distância; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Universidade de Brasília	2005
Telma Maria da Cruz	Universidade Aberta do Brasil: implementação e previsões	Ampliação do acesso à universidade pública; Universidade Aberta do Brasil	Universidade de Brasília	2007
Marcos Pires de Almeida	Educação a Distância e Autonomia Universitária: políticas públicas e aspectos legais	Educação; Educação a Distância; Políticas Públicas	Universidade Estadual de Maringá	2008
Gerusa Soares Pinheiro	Políticas Públicas e EaD: transposição de conceitos matemáticos na formação de professores	Ambiente virtual de aprendizagem, conceitos matemáticos	Universidade do Estado da Bahia	2009

Fonte: Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>  
Organização: Bianconi, 2012

Os trabalhos do Quadro 2 foram selecionadas a partir da busca realizada com as palavras-chave: EaD + políticas públicas, com data de defesa delimitada entre os anos de 2003 e 2010. O total de dissertações sobre a temática disponíveis no site foi de 39<sup>25</sup>. Dentre elas, apresentaremos um breve comentário a respeito de cinco, por se aproximarem do objeto de estudo desta dissertação.

Barros (2003) apresenta uma análise acerca da formação dos professores do ensino fundamental no Estado de Ceará, destacando o Curso de Formação de Professores em Caucaia, na modalidade Educação a Distância (EaD), ministrado pelo Núcleo de Educação à

<sup>25</sup> Ver a lista completa das dissertações no Anexo 2, na qual pode ser constatado que muitos dos trabalhos em que constam o descritor políticas públicas tratam de outras questões que não estas, como por exemplo o trabalho de Pereira (2005) que trata dos Impactos da Abertura Comercial sobre o Crescimento da Economia de Cabo Verde ou ainda a pesquisa de Costa (2008) que aborda A educação a distância e a formação do sujeito.

Distância (NECAD), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Contextualiza a formação no âmbito das políticas educacionais, interferindo na formação do educador em serviço.

Mendes (2005) discute a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a partir de duas questões centrais: o que a lei anterior proponha? O que a atual LDB propõe agora? A partir de 1996, com o governo Fernando Henrique Cardoso, uma LDB de orientação neoliberal (SEVERINO, 2003; SAVIANI, 2004). Ao longo de seu trabalho propõe desvelar a racionalidade subjacente às leis para a EaD no Brasil no período entre 1988 e 1996 pois, apesar do ceticismo e desânimo que no Brasil se alimenta com relação às leis, elas se configuram em uma importante conquista social.

O paradigma metodológico adotado é o marxismo histórico-dialético na ótica da teoria crítica, uma vez que nele está implícita a análise das condições de regulação social, desigualdade e poder e, a ênfase no papel da intencionalidade da ciência na transformação da sociedade.

A pesquisa é descritiva e tem como característica central a análise documental das leis brasileiras que regulamentam a EaD no país. Constituição Brasileira, LDBEN compreendendo sua trajetória no Congresso Nacional (Câmara e Senado), entre 1988 e 1996.

Por fim, concluiu que o texto final da LDB, que versa sobre a EaD, está impregnado pela orientação neoliberal que recebeu no Senado, não apresentando preocupação com a questão da cidadania e da qualidade. Aponta também para a necessidade de uma redefinição política para as lideranças que governam o país no sentido de um maior comprometimento com as necessidades e direitos dos cidadãos por uma educação de qualidade, pública, gratuita, obrigatória, laica, cidadã, com inclusão tecnológica e digital.

Cruz (2007) procura mostrar as facetas da implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que pretende: a ampliação do acesso à universidade pública, a formação e atualização de professores da educação básica, a interiorização da educação superior pública. Expõe o ideário oriundo de um Fórum de Estatais pela Educação, as articulações decorrentes até o desencadeamento da política pública em si, além dos desafios e as dificuldades da expansão da universidade pública num modelo não tradicional, por meio de redes de universidades públicas consorciadas na modalidade da EaD.

O estudo traz ainda as influências e os aspectos do sistema de financiamento da UAB via consórcio de estatais financiadoras. A metodologia utilizada, segundo a autora, possibilitou previsões a partir dos dados coletados na aplicação das entrevistas semiestruturadas. A conclusão mais importante do trabalho destaca o fato de a UAB depender

economicamente de empresas estatais e não de previsão orçamentária do MEC para sua subsistência. Isso apontou a seguinte previsão geral: se a implantação do Sistema da UAB tiver garantida sua sustentabilidade estrutural (econômica e de recursos humanos), ela terá efetividade (lei universal). Isso implicará o planejamento de demandas, etapas programadas de implementação e a previsão orçamentária governamental e regulamentação da participação financeira das estatais, adequadas a essa política pública educacional, além da capacitação e atualização dos profissionais de educação das universidades públicas em gestão e disseminação do ensino superior na modalidade EaD (condições iniciais). Ou seja, teoricamente, o Sistema da UAB terá sustentabilidade.

Almeida (2008) discute as políticas públicas para a Educação no Brasil de 1996 a 2007, em especial aquelas voltadas para a Educação a Distância (EaD). Partindo do pressuposto de que a Educação é expressão da forma como os homens, por intermédio do trabalho, se organizam e constroem historicamente suas relações, objetivou analisar e compreender o papel do Estado em um contexto de crise do capital, de reestruturação das Instituições de Educação Superior (IES) e as influências dos Organismos Internacionais nesse processo. Buscou entender ainda em que contexto histórico a EaD passa a ser prioridade nas estratégias do governo para a educação e qual o impacto no seio das IES públicas e ainda como os seus atores reagem a essas mudanças. Com base na análise da legislação para a EaD, documentos e estatísticas do Ministério da Educação (MEC) e referenciais teóricos de diversos autores que discutem o tema, conclui que a EaD se apresenta como um meio viável para a expansão da oferta educacional, o que estatisticamente tem se dado. Essa proposta é legitimada com a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC e pela regulamentação da modalidade, passando a figurar como estratégia prioritária do governo para a educação. As IES públicas têm aderido à modalidade de forma expressiva e não ficou evidenciado que estas têm sua autonomia violada, pelo menos do ponto de vista legal, pois não há obrigação de oferta de EaD por elas. Porém, há uma resistência a essa modalidade no seio dessas instituições, o que indica a necessidade de uma ampla discussão sobre seus limites e possibilidades, sob pena de marginalização de alguns setores e de profissionais que trabalham com a modalidade.

Pinheiro (2009) faz um estudo sobre a ressignificação de conceitos matemáticos no ambiente virtual de aprendizagem, trazendo noções que remetem à discussão das relações entre pensamentos e linguagem. Seu objetivo principal foi investigar, na perspectiva do aluno professor, como os conceitos matemáticos são desenvolvidos mediante a interação com os espaços coletivos e individuais do ambiente de aprendizagem “Moodle”.

Após a pesquisa das dissertações foram pesquisadas as teses depositadas no Banco da CAPES<sup>26</sup> entre 2003 e 2010, utilizando-se as palavras-chave: EaD + políticas públicas. Das 15 teses disponibilizadas<sup>27</sup>, apenas 2 tratam das políticas públicas de EaD, as quais estão no Quadro 3:

**Quadro 3 – Teses selecionadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes de 2003 a 2010**

Autor/a	Título	Descritores	Instituição	Ano
Antônio Roberto Faustino da Costa	O discurso da industrialização do ensino na política nacional de Educação a Distância	EaD, industrialização, ensino, política, nacional, discurso	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	2008
Maria Luisa Furlan Costa	Políticas públicas para o ensino superior a distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná	Políticas públicas, Educação a Distância, ensino superior	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Araraquara	2010

Fonte: Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>  
Organização: Bianconi, 2012

A pesquisa de Costa (2008) reflete como a industrialização do ensino constitui-se em formação discursiva dominante do discurso em torno da política nacional de Educação a Distância. Seu referencial é a Teoria da Industrialização do Ensino que entende a EAD como uma forma caracterizada pelo modelo de produção industrial.

A partir da análise de discurso, examina dez textos e documentos que tratam da política de EaD e aponta que o discurso da industrialização do ensino predomina entre as práticas discursivas que se debatem em torno da política dessa modalidade. Indica ainda que a prática discursiva influencia as práticas não discursivas refletidas em tal política. Conclui que o discurso da industrialização do ensino governa a prática discursiva que norteia a política nacional de Educação a Distância.

Costa (2010) teve como objeto de análise as políticas públicas para o Ensino Superior a Distância (EaD) e a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para tanto, tomou como ponto de partida a oficialização dessa modalidade de ensino na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).

O foco do estudo foram as ações desenvolvidas no estado do Paraná para a oferta de cursos superiores a distância em trinta e sete polos selecionados por dois editais publicados

<sup>26</sup> <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

<sup>27</sup> O quadro contendo as 15 teses encontra-se no Anexo 2.

pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) em 2005 e 2006.

A metodologia adotada para a aquisição dos dados desta pesquisa envolveu a leitura e a análise do arcabouço legal que institui o Sistema UAB, o que caracteriza este estudo como uma pesquisa documental. Além disso, foram aplicados questionários aos coordenadores de polos, os quais acompanham cotidianamente as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) responsáveis pela oferta dos cursos.

O resultado da pesquisa reforça a premissa básica de que a expansão da oferta de cursos superiores a distância por meio da modalidade a distância é um fato incontestável. Mais do que isto, verifica-se que a abertura de vagas por instituições públicas devidamente credenciadas para a modalidade a distância confere credibilidade ao Sistema UAB e reforça o discurso em defesa da universidade pública e gratuita. A pesquisa demonstra que é preciso estabelecer regras e condições mais precisas para que os polos de apoio presencial localizados no estado do Paraná tenham a estrutura física adequada para a oferta de cursos superiores que possuam o selo de qualidade das Instituições de Ensino Superior que integram o sistema UAB. No tópico seguinte estão os dados levantados no site do IBICT.

### 2.1.3 BDTD

Neste tópico, apresentam-se os trabalhos que tratam das políticas de EaD no Brasil coletadas no site <http://bdttd.ibict.br/>.

A Tabela 3 apresenta a quantidade das produções encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações a partir das palavras-chave eleitas:

**Tabela 3 – Quantidade de produções identificadas na BDTD sobre políticas para EaD**

Palavras-chave	Resultados encontrados
EaD políticas públicas	46
Políticas EaD <sup>28</sup>	71
EaD tendências	17
Total	136

Fonte: IBICT. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/>

Organização: Bianconi, 2012

Dos trabalhos apontados no quadro, houve maior incidência de temas como: mídias na EaD; formação continuada e EaD; o tutor e a formação da EaD; mediação pedagógica e a expansão do ensino superior e a EaD.

<sup>28</sup> Cabe aqui destacar que ao realizar buscas no site do IBICT, quando se altera a disposição das palavras-chave, obtêm-se diferentes resultados, por isso buscou-se trabalhos por: EaD + políticas públicas e políticas + EaD.

Com base nesse levantamento foram separados 8 trabalhos que envolvem temas relacionados à política de EaD. Dessas 8 pesquisas, a Tabela 4 aponta que existe um volume maior de Dissertações de Mestrado do que Teses de Doutorado.

**Tabela 4 – Programa X Nível**

<b>Programa</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>
UFU	-	1
PUC/SP	1	1
UFRGS	1	-
UnB	-	1
UCG	-	1
UTP	-	1
<b>Total geral</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

Fonte: IBICT. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/>

Organização: Bianconi, 2012

Na Tabela 4, é possível indicar ainda que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é a única IES que apresenta mais de uma pesquisa que trata da política de EaD no Brasil.

Outra questão que cabe destacar é que 87,5% das oito pesquisas selecionadas estão relacionados a Programas de Pós-Graduação em Educação e apenas uma dissertação vincula-se ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração.

O Quadro 4 apresenta os 7 trabalhos selecionados, os quais estão dispostos em ordem alfabética pelo nome do autor:

**Quadro 4 – Produções selecionadas no BDTD sobre políticas para EaD entre 2003 -2010**

<b>Autor/a</b>	<b>Título</b>	<b>Descritores</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>
Juliene Silva Vasconcelos	Educação a Distância e formação de professores: um olhar sobre a inserção institucional da Universidade Federal de Uberlândia	Educação à Distância, formação de professores, inserção institucional, ensino a distância	Universidade Federal de Uberlândia	2006
Ednilson Aparecido Guioti	Educação a distância: tendências predominantes na sua expansão, Brasil e Espanha	Ensino a distancia, e, formação de agentes de aprendizagem, professores- formação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2007
Gustavo Pires Guimarães	Estado do conhecimento sobre formação de professores (2003-2004): a educação a distância e o uso de tic democratizam o saber?	Formação de professores, políticas educacionais, educação à distância.	Universidade Católica de Goiás	2007
Telma Maria da Cruz	Universidade aberta do Brasil: implementação e previsões	Ampliação do acesso à universidade pública, universidade aberta do Brasil	Universidade de Brasília	2007

		(UAB), municipalização da educação superior pública		
Ricardo Luiz de Bittencourt	Formação de professores em nível de graduação na modalidade EAD: o caso da pedagogia da UDESC - pólo de Criciúma-SC.	Professor, políticas de formação, ensino à distância	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2008
Susana Pitol Guasti	As políticas públicas da educação superior : a educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006)	Educação a Distância, educação superior, políticas públicas, neoliberalismo e sociedade do conhecimento	Universidade Tuiuti do Paraná	2009
Pedro Fernandes Saad	O estudo do papel potencializador da educação a distância na democratização do acesso à educação superior no Brasil	Educação superior, democratização do acesso, educação a distância	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2010

Fonte: IBICT. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/>  
Organização: Bianconi, 2012.

Vasconcelos (2006) teve como objetivo analisar a inserção da Universidade Federal de Uberlândia/UFU em programas de capacitação e formação de professores em exercício na modalidade a distância, dentro do quadro das políticas mineiras de reforma educacional implementadas a partir dos anos 1990.

Na pesquisa, buscou identificar teoricamente: o sentido da reforma educacional e a relação entre a reforma e reorganização atual do Estado, as tendências internacionais e nacionais para a educação, as mudanças na Educação Superior e a formação de professores no Brasil, as características das ações de formação em geral e de formação/capacitação de professores na modalidade à distância no Brasil, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei nº 9394/96), as características das ações de formação/capacitação de professores na modalidade a distância em Minas Gerais.

À guisa de conclusão, a autora destaca três aspectos evidenciados pelos entrevistados: a universidade vem fazendo esforços para participar dos programas, apesar das críticas de alguns gestores. Discute sobre o lócus institucional da gestão dos programas e sobre a autonomia da universidade em relação a projetos dessa natureza. Assim sendo, entende que há na Instituição paradoxos e desafios em relação a EaD na formação de professores, o que sugere ampliação de espaços institucionais para debates, estudos e pesquisas que envolvam todos os segmentos da universidade.

Guioti (2007) pretendeu com sua pesquisa analisar as tendências atuais no desenvolvimento de EaD no ensino superior no contexto brasileiro e, de forma complementar,

tendo como contraponto, a situação no contexto espanhol, mais especialmente em Barcelona. O estudo partiu da discussão e análise do conceito de Educação a Distância tomando por base definições de vários autores, com o objetivo de se chegar a uma concepção consensual, o que se mostrou razoavelmente difícil.

Guimarães (2007) realizou uma pesquisa teórico-bibliográfica, com análise de conteúdo. O objeto é a formação de professores. O objetivo proposto foi a realização do Estado do Conhecimento sobre Formação de Professores, com análise de teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, no período 2003-2004. Dessa produção discente definiu-se como amostra os trabalhos sobre Educação a Distância e o uso das novas tecnologias na prática docente.

O seu referencial teórico abordou o histórico da educação a distância, as políticas atinentes ao tema e a base legal com foco na formação de professores em Educação a Distância (EaD), ao mesmo tempo em que são apresentadas prescrições e diplomas legais que instituem a EaD como modalidade de ensino no Brasil. São também estudadas as concepções de EaD e o uso das tecnologias inovadoras como recursos didáticos do trabalho docente. As concepções da EaD e da formação dos professores, as exigências para essa formação, o papel do professor, com destaque à importância dos conhecimentos acerca da EaD, fazem parte do segundo capítulo.

Os resultados da investigação indicaram que a democratização do saber no campo de formação de professores se realiza por meio da EaD de boa qualidade e do uso das novas tecnologias na prática docente, como estratégia de apoio às atividades que se desenvolvem na sala de aula, nos ambientes virtuais educativos e no âmbito da instituição escolar.

Cruz (2007) procurou mostrar algumas facetas da implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB que pretende, para tanto o ideário oriundo de um Fórum de Estatais pela Educação, as articulações decorrentes até o desencadeamento da política pública em si são explorados, além dos desafios e as dificuldades da expansão da universidade pública num modelo não tradicional, por meio de redes de universidades públicas consorciadas na modalidade da EaD.

A conclusão mais importante destacou o fato de a UAB depender economicamente de empresas estatais e não de previsão orçamentária do MEC para sua subsistência, o que é um risco.

Bittencourt (2008) pesquisou sobre a formação de professores em nível da Graduação na modalidade Educação a Distância – EaD realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Trata-se de um estudo de caso que analisou como se dá o

processo de formação de professores no curso de Pedagogia, na modalidade EaD, no polo situado no município de Criciúma. Os tutores e estudantes apontaram que, para a melhoria do curso, requereria investimento na estrutura física, ampliação dos tempos presenciais para estudo, acesso às tecnologias e a construção de práticas de planejamento coletivo. Como conclusão tanto os estudantes quanto os tutores avaliaram de forma positiva a formação de professores realizada na modalidade EaD, apesar de perceberem limitações desse processo.

O trabalho de Guasti (2009) expõe, por meio de uma pesquisa bibliográfica e análise de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP), as diferenças e/ou continuidades das políticas públicas de EaD no Brasil, entre os anos de 1995 a 2006.

No primeiro momento, a autora apresentou uma análise histórica da educação superior no Brasil, tratando das políticas educacionais e, principalmente, a política do ensino superior a distância, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e no primeiro mandato de Lula, remetendo às influências e às intervenções do Banco Mundial nas políticas educacionais.

O referencial teórico utilizado para debater os dados encontrados foi o da Teoria Crítica, ou também conhecida como Escola de Frankfurt. Conforme explica Appolinário (2004, p. 183 apud GUASTI, 2009, p.17) nessa concepção

[...] a ciência deve-se engajar na transformação da sociedade e na emancipação do ser humano: para isso, deve desenvolver novos métodos de investigação que não estejam comprometidos com as estratégias de dominação presentes no capitalismo.

Nessa perspectiva, a autora defende que é preciso criar sociedades e organizações sem e/ou libertas da dominação, em que os indivíduos tenham a liberdade de colaborar e desenvolver-se.

Por isso foi necessário compreender o direcionamento dado às políticas educacionais no país para além das condições aparentes. Chegando assim a conclusão de que existe uma certa continuidade nas políticas públicas em EaD para o ensino superior de um governo para outro. Para Guasti (2009) existem algumas diferenças que são pontuais, como: enquanto Fernando Henrique Cardoso buscou a massificação do ensino superior, Lula levou essas políticas do ensino privado para o público. E ainda:

[...] outra diferença entre eles é o início de um processo de avaliação da EAD nas instituições privadas. Assim como FHC, que primeiro abriu o mercado para as IES privadas de maneira indiscriminada e depois procurou avaliá-las, também Lula seguiu esta mesma política, implantando um segundo estágio

das políticas para a EAD, a da avaliação, objetivando o aumento da qualidade. (GUASTI, 2009, p.105).

Tais conclusões demonstram que os objetivos propostos foram cumpridos e que ainda é preciso que novas pesquisas apontem para outras respostas a respeito da expansão do Ensino Superior a distância no país durante o período posterior ao trabalho de Guasti (2009).

Saad (2010) teve como hipótese que a Educação a Distância (EaD), graças à constante evolução e barateamento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), poderia exercer um papel potencializador para a democratização do acesso à Educação Superior (inicial e continuada) no Brasil em curto e médio prazos.

O estudo concluiu que a EaD atualmente integra diretrizes internacionais, regionais e nacionais de Educação Superior, bem como políticas públicas brasileiras de Educação Superior e de inclusão digital. Tal conjuntura, aliada às perspectivas futuras das TICs, deixam claro que a EaD pode, de fato, potencializar a democratização do acesso à Educação Superior (inicial e continuada) no Brasil já em curto e médio prazos, colaborando para conferir à sociedade do conhecimento um caráter aberto e inclusivo.

#### **2.1.4 Periódicos Qualis A1 e A2**

Neste tópico, expõem-se os trabalhos levantados em Periódicos que obtiveram sua classificação como Qualis A1 e A2.

Ao conjunto de procedimentos de análise realizados pela CAPES para medir a qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação dá-se o nome de Qualis. Nessa classificação, A1 representa a melhor classificação.

A partir da lista disponibilizada pela CAPES, foram visitados os sites dos periódicos brasileiros em educação com a classificação A1 e A2, e pesquisados trabalhos que tratassem das políticas de EaD, entre os anos de 2003 a 2010.

Nos sites visitados, foram localizados apenas sete trabalhos os quais se relacionam a EaD e tinham como uma das palavras-chave política. Abaixo estão dispostos os trabalhos em ordem cronológica:

**Quadro 5 – Produções selecionadas nas Revistas A1 e A2 sobre políticas para EaD entre 2003 -2010**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Descritores</b>	<b>Periódico</b>	<b>Ano</b>
João dos Reis Silva Junior	Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas	Reforma do Estado; política educacional ; formação de professores	Revista Brasileira de Educação	2003
Helena Costa Lopes de Freitas	A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada	Formação de professores; política nacional de formação; Universidade Aberta do Brasil	Educação e Sociedade	2007
Luiz Fernandes Dourado	Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios?	Educação superior a distância; Expansão pública; Regulação	Educação e Sociedade	2008
Bernardete A. Gatti	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	Educação continuada; política educacional; Educação a Distância	Revista Brasileira de Educação	2008
Jaime Giolo	A Educação a Distância e a formação de professores	Educação a Distância; formação de professores; política educacional	Educação e Sociedade	2008
Jaime Giolo	Educação a Distância: tensões entre o público e o privado	Educação a Distância; educação superior; política educacional	Educação e Sociedade	2010
Raquel Goulart Barreto	A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior	Políticas educacionais; Formação de professores; Tecnologias da informação e da comunicação.	Educação e Sociedade	2010

Fonte: website dos periódicos: Revista Brasileira de Educação; Educação e Sociedade  
Organização: Bianconi, 2012

Como o quadro 5 mostra, o periódico Educação e Sociedade, desde 2003, acumula 5 publicações que tratam da política de EaD. Também é possível perceber que a maioria dos artigos publicados concentra-se nos anos de 2008 e 2010, ou seja, indica que o tema da política da EaD é ainda muito recente nas pesquisas brasileiras.

Giolo (2008), em seu artigo, aborda a EaD no Brasil sob três ângulos distintos: começa pela apresentação sintética da legislação e, em seguida, descreve o panorama da educação superior a distância (graduação): sua breve história e sua performance atual, apontando que

A expansão da educação superior brasileira, no período pós LDB, foi, [...] movida predominantemente pela oferta e isso acirrou sobremaneira a concorrência e a busca de formas alternativas de educação com o objetivo de atrair alunos. A flexibilização foi, pois, a palavra de ordem. Por meio dela, os currículos foram diversificados e enxugados; novos cursos mais breves, baratos e alinhados com as demandas imediatas e locais da clientela. (GIOLO, 2008, p.1273)

Em seu texto o autor expõe os problemas que a EaD está criando para a atividade de formação docente, especialmente para o curso de Pedagogia, por não propiciar a experiência do ensinar e aprender constituído com base nas relações humanas, um vez que os futuros professores não têm a oportunidade de frequentar uma sala de aula em que essas relações são estabelecidas.

Gatti (2008), em seu artigo, traz algumas discussões em relação à educação continuada nos estudos educacionais. Muitos desses cursos associam-se a processos de Educação a Distância, que vão do formato totalmente virtual, via internet, até o semipresencial com materiais impressos.

Educação continuada foi colocada pela autora como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais. Incorporou-se essa necessidade também aos setores profissionais da educação, o que exigiu o desenvolvimento de políticas nacionais ou regionais em resposta a problemas característicos de nosso sistema educacional.

Em resposta a essa demanda, Gatti (2008) alerta para a necessidade de dar continuidade a debates com relação à questão dos financiamentos públicos destinados à educação continuada nas três esferas de poder.

O trabalho de Freitas (2007) examina as políticas e programas no campo da formação do governo da época, identificando linhas de uma política marcada por ações de formação focalizadas, de cursos a distância, pela Universidade Aberta do Brasil. Analisa suas relações com a transformação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em agência reguladora da formação de professores. Tomando por referência a base comum nacional, indica as condições para uma política global de formação e profissionalização dos profissionais da educação, nos termos defendidos pela área da educação e pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Giolo (2010) aborda a Educação a Distância (EaD) brasileira no contexto da expansão da educação superior, verificada depois da LDB/1996. O foco da análise são as ações avaliativas e regulatórias do Estado e o contraponto político da iniciativa privada, donde derivam três grandes tensionamentos, a saber: a prevalência do privado sobre o público; o problema da qualidade no binômio educação presencial *versus* educação a distância; e, finalmente, as controvérsias a respeito do modelo de EaD a ser assumido (ou não) pelo Brasil.

Silva Junior (2003) em seu trabalho expõe os processos de reformas que ocorreram principalmente na década de 1990 no Brasil, especialmente as do Estado e as da

educação e, conseqüentemente, a inserção da Educação a Distância. Esta põe-se como uma prática instrucional entre diferentes sujeitos, mediada por tecnologias de informação e comunicação com foco no processo de ensino-aprendizagem, num contexto tal em que a objetividade social apresenta um horizonte de possibilidades orientado pela racionalidade mercantil produzida pela mudança nas estruturas sociais.

Nesse processo de ensino-aprendizagem, o sujeito parece ser colocado em plano secundário, numa posição passiva, sem que tenha a oportunidade de enfrentar o conflito, a contradição e a tensão, intrínsecos a qualquer processo formativo. Assim, no que tange às implicações teóricas da educação a distância, esta se configura como uma forma de auxiliar a formação de professores em exercício, mas jamais poderá ser a única maneira de fazê-lo.

Dourado (2008), ao problematizar as políticas e gestão atuais para a educação básica e superior, enfoca os novos marcos regulatórios do processo expansionista e analisa as políticas direcionadas à formação de professores, com especial realce para a educação a distância no setor público. Nessa direção, apresenta e analisa alguns indicadores educacionais e busca apreender, no campo das políticas propostas pelo MEC, o papel da “Nova CAPES” como espaço de regulação das políticas de formação de professores, enfatizando a expansão pública, na modalidade EaD, por meio dos desafios da consolidação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O que se depreende é que os autores, em suas críticas, assumem uma postura

Barreto (2010), em seu artigo, visa a analisar as estratégias de regulação para a expansão da formação de professores, focalizando os modos pelos quais as TIC têm sido recontextualizadas nas políticas educacionais. Para tanto, inclui: (1) os pressupostos que tendem a não ser objeto de questionamento sistemático; (2) discursos e condições de possibilidade, enfatizando as mudanças contextuais para a sua articulação; (3) marcos regulatórios identificados nos documentos oficiais e nos movimentos para a sua operacionalização; (4) a educação a distância (EaD) como motor da expansão nos setores privado e público; e (5) a substituição tecnológica como chave para compreender o núcleo das políticas atuais.

Além da busca em periódicos A1 e A2, buscou-se o tema de políticas de EaD em uma revista especializada, a Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância (Abed) que tem a classificação Qualis B4.

E, mais uma vez a lacuna de pesquisas em relação ao tema deste trabalho foi comprovada, pois nenhum artigo relacionado a políticas de EaD no Brasil foi encontrado na Revista da Abed no período de 2003 a 2010<sup>29</sup>.

Em resumo, todos os trabalhos aqui apresentados contribuem com elementos para a problemática da política de EaD, pois trazem indicativos de como essa modalidade tem formado seus alunos, apontando seu percurso histórico, dificuldades para sua oferta, suas vantagens e as políticas desenvolvidas mais pontualmente nos últimos governos.

A pesquisa realizada mostrou também a necessidade de mais estudos na área de pesquisas sobre a política de EaD no Brasil, como ficou constatado com o resultado obtido nos sites do PPGE/UCDB e da Revista da Abed.

O presente capítulo, partindo do levantamento das pesquisas das bases de dados selecionadas, retratou as principais temáticas presentes na produção científica sobre as políticas de EaD no Brasil, no período de 2003 a 2010. No próximo capítulo pretende-se analisar as tendências dessa produção e apontar suas principais características.

---

<sup>29</sup> No Anexa 3 encontra-se a lista com o nome dos artigos e seus respectivos autores.

## **CAPÍTULO III**

### **TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**

Após exposição do levantamento da produção científica em EaD no Brasil, obtido nas principais bases de dados disponíveis para consulta online, o objetivo deste capítulo é analisar as tendências expressas na produção científica selecionada e suas principais características. Para isso, optou-se por agrupar essa produção valendo-se das incidências dos temas nelas contidos para, posteriormente, chegar-se aos indicativos que possibilitam apontar suas características, estas resultantes do processo de categorização.

#### **3.1 Agrupamento da produção com base nas temáticas**

A princípio, convém ressaltar que a escolha dos trabalhos que compõem o corpus de análise foi definida mediante a filtragem dos trabalhos para selecionar apenas aqueles que tratam especificamente de políticas públicas para EaD.

Para a organização desses trabalhos considerados relevantes e a apresentação do *corpus* de análise, contida no capítulo II e III, foram elaborados quadros ordenados cronologicamente com as seguintes informações: nome dos autores, título da publicação, descritores, nome do periódico/instituição, tipo do trabalho. Na sequência de cada um dos quadros, foi elaborada uma síntese prévia considerando as características gerais das publicações tais como: aspectos metodológicos, objetivos, problemática e conclusões.

Para a melhor visualização dos trabalhos selecionados mediante o critério exposto anteriormente, organizou-se quadro 6:

**Quadro 6 – Trabalhos selecionados para o *corpus* de análise**

N.	Autor/a	Título	Tipo*	Data
1.	Francisco Sylvio de Oliveira Barros	Educação, qualificação e formação docente: estudo da política de formação de professores em serviço	D	2003
2.	João dos Reis Silva Junior	Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas	AP	2003
3.	Stella Cecilia D. Segenreich	Educação Superior à Distância: políticas públicas e realidades institucionais	GT11	2003
4.	Andréa Maria Mendes	A Educação a Distância nos meandros da Legislação Brasileira: 1988 – 1996	D	2005
5.	Juliane Silva Vasconcelos	Educação a distância e formação de professores: um olhar sobre a inserção institucional da Universidade Federal de Uberlândia	D	2006
6.	Stella Cecilia D. Segenreich	Desafios da educação a distância ao sistema de educação superior: o triplo papel da avaliação	GT11	2006
7.	Ednilson Aparecido Guioti	Educação a Distância: tendências predominantes na sua expansão, Brasil e Espanha	T	2007
8.	Gustavo Pires Guimarães	Estado do conhecimento sobre formação de professores (2003-2004): a educação a distância e o uso de tic democratizam o saber?	D	2007
9.	Helena Costa Lopes de Freitas	A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada	AP	2007
10.	Telma Maria da Cruz	Universidade aberta do Brasil: implementação e previsões	D	2007
11.	Antonio Roberto Faustino da Costa	O Discurso da industrialização do ensino na política nacional de educação a distância	T	2008
12.	Bernardete A. Gatti	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	AP	2008
13.	Dirce Maria Falcone Garcia	Educação a distancia, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades	GT11	2008
14.	Jaime Giolo	A educação à distância e a formação de professores	AP	2008
15.	Luiz Fernandes Dourado	Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios?	AP	2008

16.	Marcos Pires de Almeida	Educação a Distância e Autonomia Universitária: políticas públicas e aspectos legais	D	2008
17.	Ricardo Luiz de Bittencourt	Formação de professores em nível de graduação na modalidade EAD: o caso da pedagogia da UDESC - pólo de Criciúma-SC.	T	2008
18.	Daniela Motta de Oliveira	Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil	GT11	2009
19.	Gerusa Soares Pinheiro	Políticas Públicas e EaD: transposição de conceitos matemáticos na formação de professores	D	2009
20.	Susana Pitol Guasti	As políticas públicas da educação superior: a educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006)	D	2009
21.	Jaime Giolo	Educação a distância: tensões entre o público e o privado	AP	2010
22.	Maria Luisa Furlan Costa	Políticas públicas para o ensino superior a distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná	D	2010
23.	Pedro Fernandes Saad	O estudo do papel potencializador da educação a distância na democratização do acesso à educação superior no Brasil	D	2010
24.	Raquel Goulart Barreto	A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior	AP	2010

\*T = Tese; D = Dissertação; AP = Artigo de Periódico; GT11 = Grupo de Trabalho da ANPEd

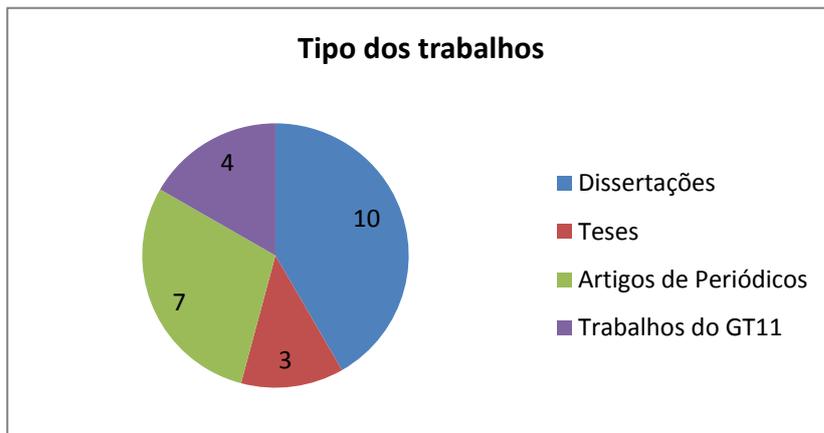
Fonte: Capítulo II desta dissertação

Organização: Bianconi, 2012

Com base no panorama dessas produções, foi possível fazer indicações de conclusões preliminares como a de que nenhum artigo da Revista da Abed ou dissertação do PPGE/UCDB, no período de 2003 a 2010, tratam de políticas de EaD no Brasil.

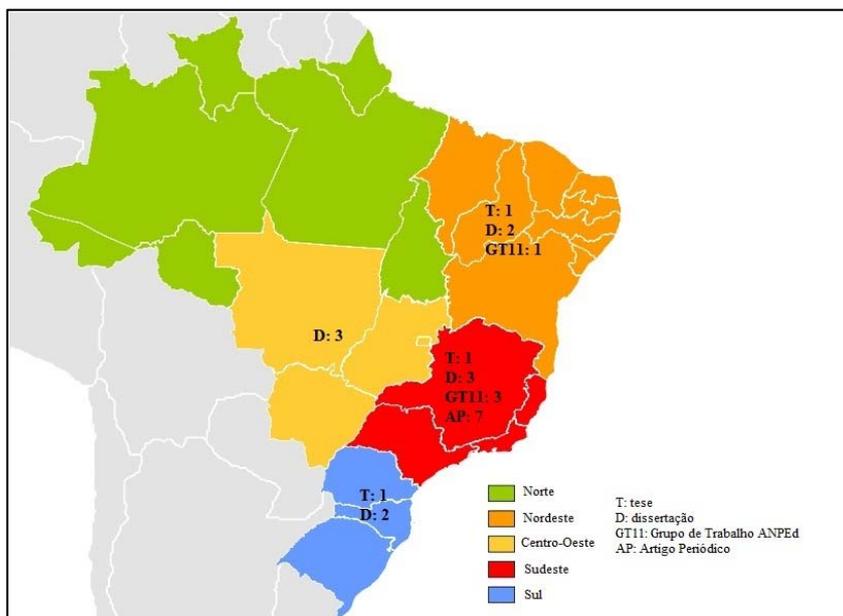
E ainda: observou-se a necessidade de fomentar o debate a respeito dos rumos que as políticas de EaD têm tomado no Brasil e, conseqüentemente, discutir até que ponto esta será ou não o tipo de educação capaz de atender as novas configurações impostas ao campo da Educação.

Os trabalhos indicados no gráfico 2 podem ser classificados quanto ao tipo, como mostra a figura 2:

**Gráfico 2 – Tipos de fontes**

Fonte: Capítulo II desta dissertação  
Organização: Bianconi, 2012

Observa-se uma proporção maior de teses e dissertações do que de artigos de periódicos e trabalhos do GT11 da ANPEd e, ao se considerarem as 24 produções, é possível detectar as regiões do país que durante o período de 2003 a 2010 mais produziram sobre políticas de EaD. O critério para definir o local dos trabalhos do GT11 da ANPEd foi relacionado com a instituição identificada pelo próprio autor em seu texto. Para os artigos dos periódicos, levou-se em conta o local em que o website de cada um indica para a publicação impressa, e o local das teses e dissertações foi definido de acordo com a instituição de defesa à qual o trabalho estava vinculado. A figura 1 mostra esses dados:

**Figura 1 – Quantidade de estudos produzidos sobre Políticas para EaD por regiões brasileiras**

Fonte: Capítulo II desta Dissertação  
Organização: Bianconi, 2012

De acordo com a figura 1, é discrepante a diferença na quantidade de trabalhos produzidos nas regiões brasileiras. Por exemplo, enquanto a região Sudeste tem um total de 14 pesquisas, a região Norte não tem nenhuma. Em segundo lugar, com mais produções está a região Nordeste e depois com o mesmo número de trabalhos a região Sul e Centro-Oeste.

A grande concentração de produções na região Sudeste não é algo de causar espanto, afinal, como afirma Guimarães (2007, p. 84) “[...] a maioria dos programas brasileiros de pós-graduação em Educação localiza-se exatamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro[...]”.

Os 24 trabalhos analisados foram dispostos na Tabela 5, de acordo com as categorias definidas:

**Tabela 5 – Pesquisas selecionadas por temática**

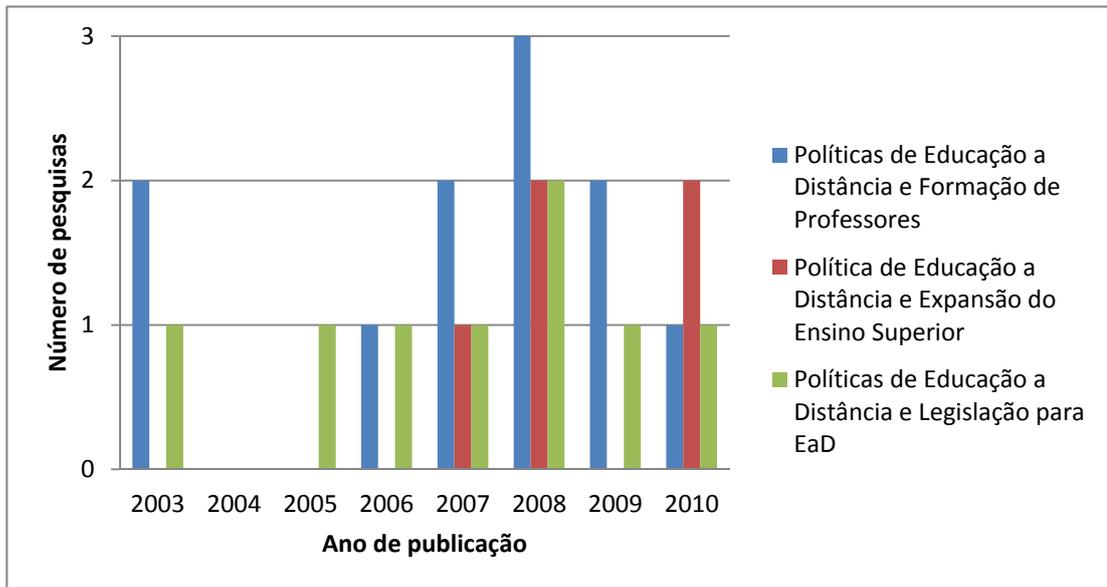
Ano	Políticas de Educação a Distância e Formação de Professores	Política de Educação a Distância e Expansão do Ensino Superior	Políticas de Educação a Distância e Legislação para EaD	Total de trabalhos por ano
2003	2	-	1	3
2004	-	-	-	-
2005	-	-	1	1
2006	1	-	1	2
2007	2	1	1	3
2008	3	3	2	8
2009	2	-	1	3
2010	1	2	1	4

Fonte: Capítulo II desta dissertação  
Organização: Bianconi, 2012

A Tabela 5 indica a quantidade de trabalhos por categoria e facilita a visualização do ano de sua publicação, o que demonstra que o ano de 2008 foi o mais produtivo no que tange a variedade das temáticas abordadas. No total foram 8 pesquisas publicadas nesse ano.

Esses mesmos números postos no gráfico 3 ajudam observar a dimensão das temáticas em relação ao ano que foram publicados:

**Gráfico 3 – Incidência de trabalhos sobre Políticas para EaD por ano e temática**

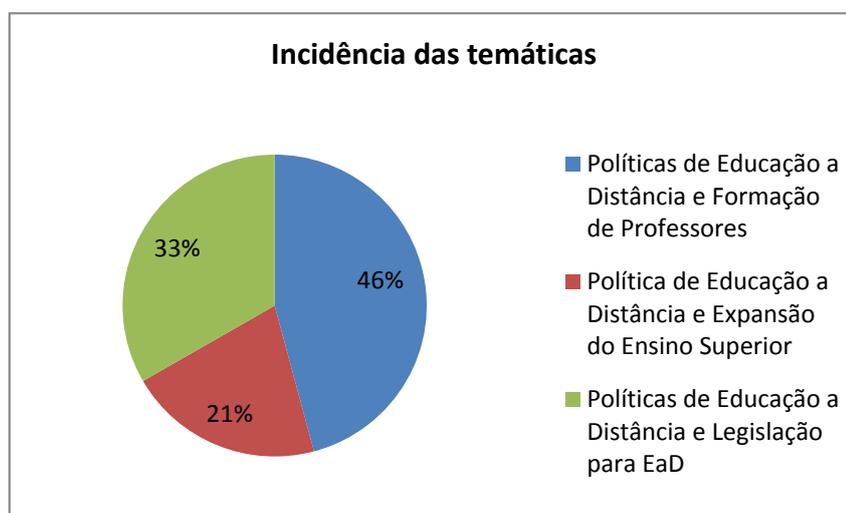


Fonte: Capítulo II desta dissertação  
Organização: Bianconi, 2012

Como se observa, a preocupação das pesquisas em abordar questões relacionadas à política de EaD e expansão só aparecem no ano de 2007, ano em que se inicia o segundo mandato de Lula. O ano de 2008, como já foi comentado, além de ter o maior número de publicações, foi o ano também que mais se produziu sobre as políticas de EaD e a formação de professores.

No geral é possível indicar a seguinte proporção em relação às temáticas no total dos trabalhos:

**Gráfico 4 – Incidências de trabalhos por temáticas**



Fonte: Capítulo II desta Dissertação  
Organização: Bianconi, 2012

De acordo com o gráfico das 24 pesquisas que compõem o *corpus* de análise desta dissertação, produzidas no Brasil no período entre 2003 – 2010, que estão relacionadas a políticas de EaD, trataram em maior número da formação de professores. Tal fato pode estar associado à importância que tem sido dada a essa temática no contexto educacional brasileiro, na maior parte delas voltadas para tentar entender como se caracteriza a formação do docente para atender a atual configuração do mercado de trabalho educacional.

Essa importância pode ser justificada ao se analisarem as intencionalidades do Estado no que diz respeito à formação de professores, utilizando-se da Educação a Distância, conforme previsto no artigo 80 da LDB/96 e reiterado pelo Plano Nacional de Educação 2000-2010 o qual foi consolidado pela lei 10 172 de 9 de janeiro de 2001. Segundo esse plano, a EaD é apontada como facilitadora do processo de universalização e democratização do ensino, já que “[...] especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia.” (BRASIL, 2000).

Pode-se observar ainda nos item “Objetivos e metas” do Plano em questão, as seguintes determinações que confirmam o estímulo ao desenvolvimento dessa modalidade de ensino:

6.3 Objetivos e Metas: 1. A União deverá estabelecer, dentro de um ano, normas para credenciamento das instituições que ministram cursos a distância .2. Estabelecer, dentro de 2 anos, em cooperação da União com os Estados e Municípios, padrões éticos e estéticos mediante os quais será feita a avaliação da produção de programas de educação a distância. 4. Garantir a integração de ações dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações para o desenvolvimento da educação a distância no País, pela ampliação da infra-estrutura tecnológica e pela redução de custos dos serviços de comunicação e informação, criando, em dois anos, um programa que assegure essa colaboração. 11. Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica. 13. Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação a distância. 14. Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de educação a distância.

Mais uma política a ser citada para confirmar o valor que a EaD tem recebido é a criação do Sistema UAB, considerado como uma política pública de fomento ao ensino superior, que tem sua origem a partir de um programa da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) e atualmente está integrado institucionalmente à Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e corresponde à principal ação da Diretoria de Educação a Distância (DED).

Desse modo, cada uma das temáticas eleitas será discutida mais profundamente nos subtópicos que seguem e, assim, discutidas as categorias que emergem delas.

### **3.2 Políticas de Educação a Distância e Formação de Professores**

No conjunto dos 24 trabalhos selecionados, foram encontrados 10 que se enquadram na temática Políticas de Educação a Distância e Formação de Professores: 5 dissertações, 3 artigos de periódico, 1 tese e 1 trabalho do GT 11da ANPEd. Nesses trabalhos, os descritores apontam principalmente para os seguintes temas:

- Formação de professores em serviço/formação continuada
- Formação de professores na graduação;
- Formação/capacitação de professores em EaD
- Formação de professores e uso das TIC

As pesquisas selecionados que servem de base para a análise da temática **Formação de professores em serviço/formação continuada** são quatro: Barros (2003), Vasconcelos (2006), Gatti (2008) e Pinheiro (2009).

Barros (2003), em sua dissertação, analisa a formação dos professores do ensino fundamental no Estado de Ceará, destacando o Curso de Formação de Professores em Caucaia, na modalidade Educação a Distância (EAD), ministrado pelo Núcleo de Educação à Distância (NECAD), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A dissertação de Vasconcelos (2006) investiga a inserção da Universidade Federal de Uberlândia/UFU em programas de capacitação e formação de professores em exercício na modalidade à distância, dentro do quadro das políticas mineiras de reforma educacional implementadas a partir dos anos 1990. Gatti (2008), em seu artigo, discute a questão da educação continuada nos estudos educacionais, apontando que muitos dos cursos oferecidos associam-se a processos de educação a distância, que vão do formato totalmente virtual, via internet, até o semipresencial com materiais impressos. Já a dissertação de Pinheiro (2009) aborda, na perspectiva do aluno professor, como os conceitos matemáticos são desenvolvidos através da interação com os espaços coletivos e individuais do ambiente de aprendizagem “Moodle” e as possibilidades do ambiente virtual para formação dos professores de matemática.

Em relação à temática **Formação de professores na graduação**, foram selecionadas duas pesquisas: Bittencourt (2008) e Oliveira (2009). Em sua tese, Bittencourt

(2008) pesquisou a formação de professores em nível da Graduação na modalidade Educação a Distância realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no curso de Pedagogia. O trabalho de Oliveira (2009), apresentado no GT 11 da ANPEd, teve como objetivo analisar a Educação a Distância na condição de uma estratégia política privilegiada para a expansão da educação superior, em especial para a formação dos professores, e também como um mercado extremamente promissor, especialmente se for levada em conta sua apropriação para baratear a oferta de cursos.

Ao analisar a questão da formação de professores na graduação, Saraiva (2010) pontua que o governo federal tem se preocupado, na atualidade, com a formação de professores para atuar na educação básica, visto que o número de professores diplomados em cursos de licenciatura tem diminuído nos últimos anos e, conforme projeções, haverá uma diminuição considerável no número de professores nos próximos anos. Outro fato que tem chamado a atenção do governo é a falta de formação compatível dos docentes que estão atuando nas salas de aula. Muitos deles não possuem formação compatível com o exercício de sua função, ora por não possuírem diploma em nível superior, ora por estarem ministrando disciplinas diferentes de sua área de formação. Com base nessas preocupações, o governo tem investido na elaboração de políticas públicas com vistas a incentivar o ingresso nos cursos de licenciaturas.

Saraiva (2010) cita, em seu estudo, algumas ações desenvolvidas que privilegiam a formação ou atualização de docentes tais como o Plano Nacional de Professores da Educação Básica e o investimento de grande envergadura realizado pelo governo por intermédio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas iniciativas, para a autora, mostram a importância que o governo tem conferido à formação inicial e continuada de professores, utilizando a educação a distância.

No que diz respeito à **formação e capacitação de professores para a EaD** destacam-se dois artigos: Silva Júnior (2003) e Barreto (2010). O artigo de Silva Júnior (2003) pontua os processos de reformas que ocorreram principalmente na década de 1990 no Brasil, especialmente as do Estado e as da educação e, conseqüentemente, na Educação a Distância. O artigo de Barreto (2010) analisa as estratégias de regulação para a expansão da formação de professores, focalizando os modos pelos quais as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido recontextualizadas nas políticas educacionais.

Bossu (2012), quando analisa a formação e capacitação de professores para a EaD, destaca que a sua rápida expansão no Brasil trouxe a necessidade de preparar os professores para atuarem nessa modalidade. De acordo com a autora, com o Decreto nº 5.622,

cap I, art. 12, em 2005, há a exigência de que as instituições que oferecem ou pretendem oferecer programas na modalidade a distância devem ter um corpo docente qualificado adequadamente e os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância desenvolvidos pelo MEC e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), em 2007,

[...] promovem o desenvolvimento profissional contínuo do corpo docente e fornecem um conjunto de orientações sobre as habilidades que devem ser desenvolvidas tanto pelos professores, como pelos tutores, técnicos e pelo pessoal administrativo para se trabalhar com EAD adequadamente (MEC/Seed, 2007). É importante notar que os referenciais também motivam a avaliação do desempenho dos docentes e a autoavaliação (MEC/Seed, 2007).

A autora defende que o desenvolvimento profissional contínuo para EaD desenvolvido principalmente pelos professores universitários é o elemento-chave para o sucesso dessa modalidade no Brasil.

Em relação à **Formação de professores e uso das TICs**, um único trabalho, a dissertação de Guimarães (2007), teve como objetivo, com base na elaboração de um estado do conhecimento sobre Formação de Professores, analisar teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, no período 2003-2004, que discutem a educação a distância e o uso das novas tecnologias na prática docente.

O que se pode inferir, com base na análise das temáticas trazidas até aqui, é que os termos que se sobressaem apontam para a primeira contradição no campo da EaD, que pode ser definida pelo binômio **qualidade x flexibilidade**. Em um primeiro momento, dos trabalhos analisados emergem os termos: competência, eficiência, melhoria de produtividade, elevação de qualidade, entre outros – nessa mesma linha de exigências – tendo sempre em vista a formação de um professor que seja adequado ao que exige o mercado de trabalho dentro das determinações do modelo neoliberal.

Nesse sentido, retomam-se as contribuições de Shiroma, Moraes e Evangelista (2004), ao advertirem que a nova pedagogia que se impõe aos profissionais da educação encontra-se voltada a atender a dois princípios básicos: a formação continuada, rompendo as fronteiras de tempo e de espaço. Por conseguinte, e relacionados a isso surgem os temas que apontam a procura de um sistema de ensino que propicie um ensino flexível como forma de redução do insucesso, modernizando o sistema do ensino superior.

Com base nesses pressupostos, pode-se perceber que a busca por formação de professores tem um lugar representativo na área educacional, uma vez que os conceitos de competência, eficiência, produtividade e competitividade vêm sendo estimulados pelas

reformas educacionais implantadas no Brasil a partir da década de 1990. Segundo Camargo e Hage (2004), as reformas educacionais implantadas no país, desde a citada data, obedecem à orientação dos organismos internacionais que propõem:

[...] a adequação dos sistemas educacionais às políticas de ajuste econômico, à busca da produtividade e competitividade no mundo globalizado. Essas reformas educativas estão sendo implementadas a partir dos anos 90, de forma gradativa e difusa, porém com rapidez surpreendente e uma mesma orientação, em que prevalecem os conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência importados das teorias administrativas (Oliveira, 2000). (CAMARGO; HAGE, 2004, p. 263-264).

Para os autores, o que tem ocorrido com a implementação dessas reformas educacionais é um processo de “naturalização” do espaço universitário como campo de formação profissional. Nesse sentido, a ideologia vigente, guiada pela Teoria do Capital Humano<sup>30</sup>, orienta que só terão espaço para atender as demandas do mercado de trabalho os profissionais dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças que ocorrem nesse mercado.

Ainda segundo os autores, a LDB destinou um título específico em relação aos profissionais da educação no sentido de sua capacitação. No entanto, esse fato, que poderia significar um avanço por atender as reivindicações de educadores do país que se mobilizaram para tal, mostra que o resultado do capítulo destinado à formação docente na referida Lei:

Introduz processos de capacitação aligeirados e em serviço, ao indicar um novo lócus para a formação, tanto no aspecto organizacional (os Institutos Superiores de Educação), quanto no aspecto pedagógico (o Curso Normal Superior), fora das universidades, contemplando programas de formação pedagógica para portadores de diploma de educação superior, que pretendam se dedicar à educação básica, relativizando a importância dos cursos específicos de licenciatura plena. (CAMARGO; HAGE, 2004, p. 265).

Silva e Castro (2008), ao discutirem as tendências da formação continuada de professores, indicam que, nas últimas décadas, o campo educacional e a questão da formação de professores despontam como condição para renovação e elevação da qualidade da

---

<sup>30</sup> Teoria formulada em meados dos anos 1950 por Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago. Schultz concebe “[...] o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, como um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a idéia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria ‘valorizando’ a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital.” (MINTO s/d, s/p) Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teorias\\_20do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_20do_capital_humano.htm)

educação básica, e estão presentes nas discussões nacionais e internacionais a fim de que estes sirvam de estratégias para a superação dos déficits educacionais das nações.

As autoras apontam ainda que a formação continuada tem sido considerada a grande prioridade das políticas de formação de professores, uma vez que serve como instrumento de reforma da educação e de capacitação de professores que estão atuando nos sistemas escolares. De acordo com as autoras, para o desenvolvimento desse tipo de formação, os organismos internacionais indicam a utilização da modalidade da educação a distância, como também a formação em serviço e na escola, tidas como fundamentais para a formação permanente dos professores.

Delimitam também a intensificação dessas discussões a partir da década de 1990, já que as reformas educacionais empreendidas no período

[...] deram uma nova configuração à formação continuada redimensionando o seu conceito para adaptá-la às novas exigências do mundo produtivo. Os discursos oficiais, tendo como referência as diretrizes dos organismos internacionais, defendem que a formação continuada deve ser pensada em novos termos, para atender a um maior número de professores a um menor custo. (SILVA; CASTRO, 2008, p. 187).

Outra contribuição citada pelas autoras diz respeito ao desenvolvimento das novas tecnologias como o computador e a internet, assim como a adoção do ideário neoliberal que defende a redução da participação do Estado nas políticas sociais da atualidade. Dessa forma, as autoras, com base nos estudos de Meneses (2003) apontam o entendimento da formação continuada em dois grande eixos: o primeiro diz respeito às propostas que “[...] valorizam o produto, os resultados, e desconhecem os professores com sujeitos capazes de construir seus próprios conhecimentos nas diversas situações interativas e com base em suas reais necessidades.” (SILVA; CASTRO, 2008, p.187). Esse tipo de formação se expressa por meio de cursos de curta duração e sem periodicidade definida.

O segundo eixo analisado refere-se à formação continuada como um processo que acontece ao longo da vida dos docentes, “[...] balizado pela pesquisa em educação e pelos compromissos institucionais educacionais desses profissionais. Nesse eixo, inserem-se propostas, mais orgânicas, que se propõem a superar a fragmentação e garantir certa continuidade a essa formação.” (SILVA; CASTRO, 2008, p.187).

Esse segundo eixo está centrado nas novas exigências feitas ao profissional que deve atuar nas diversas formas de produção exigidas pelo capitalismo, atendendo aos

princípios de flexibilização, uma vez que se exige do profissional o desenvolvimento de habilidades que lhe permitem

[...] elaborar novos conhecimentos, analisar, criar, pensar, organizar estratégias, saber transmitir saberes e interagir. Desse modo aumentam as exigências em relação ao trabalho do professor, pois hoje se exige que, além de dominar o conteúdo que leciona o professor seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz e organizador do trabalho em grupo. (SILVA; CASTRO, 2008, p.188).

Um ponto importante a ser ressaltado em relação ao que foi exposto é que, para atender a esse tipo de formação, é oferecido, na maioria das vezes valendo-se da Educação a Distância, uma vez que ela favorece a formação do professor em serviço. Porém, a defesa feita pelas autoras é que os cursos oferecidos nessa modalidade não têm contribuído para uma formação sólida dos professores, nem para sua profissionalização, deixando transparecer que o processo de flexibilização constitui uma contradição no que diz respeito às exigências em relação à qualidade.

Com base no exposto, percebe-se que a EaD é vista como uma saída para as crises e fracassos econômicos e sociais, uma vez que, por ser uma modalidade flexível, viabiliza processos de formação mais baratos, “modernos” e eficientes pela lógica dos “novos tempos”, em que a palavra de ordem é “qualificação para obtenção de salários melhores”. Porém, a contradição que surge é que a flexibilização presente nesses processos nem sempre tem mostrado resultados que comprovem a obtenção desse ideal de qualidade tão propagada.

### **3.3 Políticas de Educação a Distância e Expansão da Educação Superior**

A temática Política da Educação a Distância e Expansão da Educação Superior foi composta por 5 trabalhos: 1 dissertação, 1 tese, 2 artigos de periódicos e um trabalho apresentado no GT11 da ANPEd. Nessa categoria foram agrupados os trabalhos que têm como objeto a expansão do ensino superior propiciada pela Educação a Distância.

Foram identificadas as seguintes temáticas:

- O processo expansionista da Educação a Distância
- A Expansão e o uso das tecnologias

As pesquisas relacionadas à temática sobre **O processo de expansão da EaD no Brasil** são três: Dourado (2008), Giolo (2008) e Guioti (2007). Como já foi feito no capítulo I, recorreremos à discussão de Dourado (2008) que relaciona as questões que favorecem o avanço da EaD a questões expansionistas do mercantilismo educacional dos anos 1990. O

autor atribui essa expansão ao fato de que, a partir dessa década, o Brasil passa por profundas transformações em diversos campos (econômico, político social), com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e da implementação das políticas neoliberais, que tiveram grande influência no campo educacional, principalmente, no que se refere ao financiamento da educação, da relação entre as esferas (municipal, estadual e federal) envolvidas neste processo.

Portanto, seu artigo problematiza as políticas e gestão atuais para educação básica e superior, enfoca os novos marcos regulatórios do processo expansionista e analisa as políticas direcionadas à formação de professores, principalmente no que diz respeito à educação a distância no setor público. Com base na análise do contexto da globalização ou mundialização afirma que este se encontra marcado por paradoxos e contradições capazes de retratar o caráter difuso e articulado desta nova fase de acumulação capitalista.

Na mesma direção, o artigo de Giolo (2008), aborda a EaD no Brasil sob três ângulos distintos: a apresentação sintética da legislação; o panorama da educação superior a distância (graduação); sua breve história e sua performance atual, enfocando a expansão da educação superior, pós LDB, impulsionada pela oferta, gerando a concorrência e a busca por formas alternativas de educação, visando a atração de alunos. Nessa direção o termo flexibilização surge como palavra de ordem, ocasionando diversidade de currículos enxutos, o surgimento de novos cursos mais breves, baratos e que se moldam as necessidades imediatas e locais da clientela.

Guioti (2007) também pretendeu com sua pesquisa analisar as tendências atuais no desenvolvimento de EaD no ensino superior no contexto brasileiro, porém de maneira diferente de Dourado (2008) e Giolo (2008). Sua intenção foi fazer um estudo comparativo entre as tendências atuais no desenvolvimento de EaD no ensino superior no contexto brasileiro contrapondo-o ao contexto espanhol, mais especialmente em Barcelona.

Para abordar a temática sobre **A expansão e o uso das tecnologias**, utilizam-se dois estudos: o trabalho de Garcia (2008) e a dissertação de Saad (2010).

Garcia (2008) inicia pontuando a influência das agências multilaterais, principalmente a Organização Mundial do Comércio (OMC), na implementação de reformas sociais no Brasil, principalmente as ocorridas a partir da década 1990, estabelecendo uma nova ordem embasada em princípios da competitividade, do individualismo e tendo a perspectiva do mercado como força regulatória das relações sociais. Trata também sobre a noção de competências na educação como uma maneira de substituir uma escola subsidiada

pela reprodução de conhecimentos, presencial, por uma escola que seja criativa e propícia para a possibilidade da construção do conhecimento pelo aluno.

Saad (2010), em sua dissertação, defende que a Educação a Distância, graças à constante evolução e barateamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), poderia exercer um papel potencializador para a democratização do acesso à Educação Superior (inicial e continuada) no Brasil em curto e médio prazos.

Ao se observarem essas considerações, pode-se perceber que, na discussão dessa temática surge outra contradição que se estabelece no binômio: **público x privado**. Pela análise das temáticas presentes nas pesquisas, chega-se ao entendimento de que o neoliberalismo e o processo de globalização têm imposto um modelo de sociedade em que a educação tem sido reduzida a mais um bem de consumo, enfraquecendo o Estado, com o objetivo de que o mercado seja o principal mecanismo de regulação social existente. Na lógica dessa ideologia, as formas de mercantilização do sistema educacional tornam-se possíveis quando a educação é vista como via de acesso à modernidade e, para isso defende-se, como meio de atingir essa modernidade, os discursos de privatização, descentralização e o favorecimento de cadastramento de instituições.

Ao analisar os estudos relativos a essa temática, recorre-se a Sguissardi (2004), quando discute o modelo “novo” de universidade que surgiu a partir de meados dos anos 90, definido como “[...] um modelo de universidade (educação superior) – “público” e privado – neoprofissional, heterônimo e competitivo.” (SGUISSARDI, 2004, p. 44). Para o autor, o crescimento das IES privadas, principalmente as com fins lucrativos, começou a aumentar muito mais que as públicas a partir de 1994 e, conseqüentemente, o número de ofertas de vagas no setor privado serve para ilustrar, entre outros fatores, o potencial de competição que há dentro desse setor por uma clientela que não tem condições de arcar com o preço das mensalidades. Em contrapartida, segundo o autor, o que pode ser observado entre os anos de 1994 a 2001, foi uma redução dos recursos para a manutenção das IES federais, relegando-as a uma situação muito precária. Segundo o autor:

Ao lado das restrições financeiras, do movimento de retirada gradativa do Estado da manutenção e expansão do setor público federal, do incentivo à criação de fundações privadas nos *campi* do setor público, são criadas facilidades para a abertura e expansão das instituições privadas, em especial privadas *stricto sensu* ou particulares (empresas comerciais), que se concentram [...] no Sudeste por claras razões de *clientela*, renda e lucro. (SGUISSARDI, 2004, p. 46, grifo do autor)

Nesse sentido, o autor defende a ideia de que há o crescimento cada dia maior do “modelo neoprofissional” das universidades, centrado na heteronímia, ou seja, um modelo em que os setores externos, principalmente o Estado e a indústria colocam-se como agentes das definições da missão, da agenda e dos produtos das universidades. Como consequência disso observa-se:

O fortalecimento da competitividade econômica, que implicaria “inovação de produtos e processos, ênfase em currículos ligados às necessidades do mercado, melhor preparação dos estudantes para o mundo do trabalho a um custo *per capita* menor e efetiva e eficiente gerência do trabalho institucional e docente” (Schuguresnky, 2002, p. 109) (SGUISSARDI, 2004, p. 48, grifos do autor).

Se forem retomados os números que indicam a expansão da EaD no Brasil, percebe-se com clareza que essa modalidade de ensino tem sido utilizada como uma das alternativas do setor educacional para atrair alunos, uma vez que é capaz de oferecer cursos mais breves e mais baratos, com currículos diversificados e enxutos (GIOLO, 2008), e que atendem perfeitamente as necessidades imediatas dos alunos/clientes, e essas questões trazem novamente à tona o termo flexibilização como forma de modernização do sistema educacional.

O que se pode perceber também é que as reformas no campo da educação sugeridas pelos organismos internacionais estão voltadas em ajustar os sistemas educacionais em função dos benefícios econômicos, dessa forma, os benefícios sociais não encontram espaço para se desenvolver, portanto, a educação pública fica relegada ao segundo plano.

Assim, o modelo neoliberal induz a associação de eficácia e modernidade como característica do setor privado, o qual é estimulado a responsabilizar-se pelo oferecimento de serviços e produtos de qualidade. Em contrapartida, o Estado é apontado como incapaz de resolver os assuntos relacionados a uma sociedade que necessita de justiça social e democracia e o Estado-de-Bem-Estar, uma conquista tão cara, é visto como algo ultrapassado.

### **3.4 Políticas de Educação a Distância e Legislação para EaD**

Os trabalhos que compõem a tematica Política de Educação a Distância e Legislação para EaD são 9: 5 dissertações, 1 tese, 1 artigo de periódico e 2 trabalhos apresentados no GT11 da ANPEd. Os descritores fornecem os seguintes temas:

- Análise da legislação para EaD
- O sistema Universidade Aberta do Brasil
- Industrialização do Ensino

Antes de se apresentarem as análises acerca da legislação para a Educação a Distância, convém que se volte a considerar que o crescimento da EaD no Brasil é estimulado por políticas públicas estabelecidas pelo MEC e demais órgãos reguladores do ensino e que, com a LDB/96, a EaD vem sendo apontada como uma modalidade de ensino capaz de oferecer maiores possibilidades de acesso à educação com vistas à democratização do ensino.

Conforme Gomes (2009), A LDB/96 foi responsável por conferir à EaD uma condição de status, uma vez que, antes dela, essa modalidade era tida como clandestina ou excepcional. Para o autor, a EaD

[...] nasceu fora dos muros da educação formal e convencional, utilizando desde a correspondência até as novas TICs. Atendendo a educandos situados a longa distância social e geográfica, sem um perfil muito claro, utilizando tecnologias pouco credíveis inicialmente, os nichos por ela encontrados foram os dos chamados cursos livres, na legislação brasileira. (GOMES, 2009, p. 21)

Portanto, esse status considerado pelo autor teve início mesmo antes da LDB/96 por intermédio das leis orgânicas do ensino e pela primeira LDB (nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e pela lei nº 5.692, de agosto de 1971. Gomes (2009) adverte que:

Essas duas últimas abriram porta estreita, construída para a exceção e não para a regra: a primeira, pelo artigo 104, permitiu a organização de cursos ou escolas experimentais, dependendo de autorização caso a caso do CEE, ao se tratar dos cursos primários e médios, e do CFE, quando superiores. A lei nº 5.692 não só manteve em vigor o dispositivo, como também dispôs que os conselhos de educação pudessem autorizar experiências pedagógicas com regimes diversos. Mais ainda, determinava que os cursos supletivos fossem ministrados também por meio do rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitissem “alcançar o maior número de alunos” (GOMES, 2009, p. 21)

Com base nessas informações e considerando que a legislação – leis, decretos, portarias, etc – acerca da EaD é relativamente nova, a temática sobre a **Análise da legislação para a EaD** conta com um número maior de trabalhos nessa categoria. Foram selecionados os estudos de Segenreich (2003), Segenreich (2006), Mendes (2005), Almeida (2008), Guasti (2009).

Segenreich (2003), em seu artigo, apresenta uma reflexão sobre dois aspectos ligados à EaD: a formação de professores e as TICs. Para isso analisou textos para, primeiramente discutir a utilização das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTIC) na Educação a Distância. A seguir analisou o relatório sobre proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta da Educação a Distância no nível Superior organizado por especialistas e representantes do MEC em 2002. E, por fim, com base na Portaria 2253/2001,

aponta algumas mudanças seguiram a tendência do MEC de manter a EAD como um sistema paralelo ao sistema presencial, com credenciamento institucional específico mesmo para universidades consolidadas.

Em outro artigo, Segenreich (2006) analisou as políticas públicas para a Educação Superior, tendo em vista que uma nova regulamentação da Educação a Distância foi aprovada em 2005. Para refletir sobre as melhores estratégias para lidar com a realidade da inserção da EaD no país, a autora apresentou alguns fatores da expansão dessa modalidade, nos últimos três anos, apresentou os desafios da regulamentação sobre EaD e discutiu cinco pontos, a saber: a manutenção do credenciamento específico para a modalidade de EaD; a abertura do leque de oferta de cursos e de novos tipos de instituições credenciáveis; a definição da territorialidade geográfica e institucional dos cursos; a manutenção dos momentos presenciais; e a oferta de 20% de disciplinas na modalidade semipresencial nos cursos existentes.

Mendes (2005) investigou os critérios que estão estabelecidos para a EaD a partir de 1996, com o governo FHC, com o objetivo de estabelecer a situação da EaD nesse cenário; os critérios político-filosóficos que permeiam a EaD na atual LDB e como a atual legislação para a EaD aborda a questão da cidadania e a questão da qualidade. Com isso, a autora propôs a desvelar a racionalidade subjacente às leis para a EaD no Brasil no período entre 1988 e 1996 pois, apesar do ceticismo e desânimo que se tem no Brasil com relação às leis, elas se configuram em uma importante conquista social.

Almeida (2008), em sua dissertação, discute as políticas públicas para a Educação no Brasil, de 1996 a 2007, em especial aquelas voltadas para a Educação a Distância (EaD). Analisa o papel do Estado em um contexto de crise do capital, de reestruturação das Instituições de Educação Superior (IES) e as influências dos Organismos Internacionais (OI) nesse processo. Sua análise se estende também ao contexto histórico a EaD, questionando a partir de quando essa modalidade passa a ser prioridade nas estratégias do governo para a educação e qual o impacto no seio das IES públicas e como os seus atores reagem a essas mudanças. Dessa forma, analisou a legislação para a EaD, os documentos e estatísticas do Ministério da Educação (MEC) e referenciais teóricos de diversos autores que discutem o tema.

A dissertação de Guasti (2009) expõe, por meio de uma pesquisa bibliográfica e análise de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as diferenças e/ou continuidades das políticas públicas de EaD no Brasil, entre os anos de 1995 a 2006. A autora apresentou uma análise histórica da educação superior no

Brasil, tratando das políticas educacionais e, principalmente, a política do ensino superior a distância, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e no primeiro mandato de Lula (2003-2006), remetendo às influências e às intervenções do Banco Mundial nas políticas educacionais.

Outro aspecto relevante nesta categoria é a abordagem que alguns autores fazem em relação ao **Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)**, fato apontado por Mill (2012) como um entre vários acontecimentos que contribuíram para a construção de um cenário favorável para EaD. Para o autor:

A UAB nasceu como um projeto e rapidamente tornou-se um robusto programa de formação; um sistema de formação em nível superior, fruto de uma parceria entre Ministério da Educação (MEC), instituições de ensino superior (IES) e governos locais (municípios e estados mantenedores de polos de apoio presencial).[...] o objetivo do Sistema UAB é expandir e interiorizar oferta de cursos e programas de educação superior pública no país, ampliar seu acesso e estimular a criação de centros de formação por meio de polos de apoio presencial. (MILL, 2012, p. 280).

Dessa forma, para o autor, o sistema UAB, como política pública representa a oportunidade de formação gratuita a brasileiros que se encontram impossibilitados de arcar com os custos de formação inicial ou continuada, especialmente por questões de exclusão sociocultural e de segregação financeira ou geopolítica.

As pesquisas de Freitas (2007), Cruz (2007) e Costa (2010) destinam-se a examinar as políticas públicas relativas à UAB. O artigo de Freitas (2007) examina as políticas e programas no campo da formação do atual governo, identificando linhas de uma política marcada por ações de formação focalizadas, de cursos a distância, pela Universidade Aberta do Brasil. Em sua análise, enfoca as relações existentes entre essa formação e a transformação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em agência reguladora da formação de professores. Tomando por referência a base comum nacional, indica as condições para uma política global de formação e profissionalização dos profissionais da educação, nos termos defendidos pela área da Educação, em especial Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Em sua dissertação, Cruz (2007) analisa a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que pretende: a ampliação do acesso à universidade pública, a formação e atualização de professores da educação básica, a interiorização da educação superior pública. Expõe o ideário oriundo de um Fórum de Estatais pela Educação, as articulações decorrentes até o desencadeamento da política pública em si, além dos

desafios e as dificuldades da expansão da universidade pública num modelo não tradicional, por meio de redes de universidades públicas consorciadas na modalidade da EaD. Focaliza ainda as influências e os aspectos do sistema de financiamento da UAB via consórcio de estatais financiadoras e conclui que a UAB depende economicamente de empresas estatais e não de previsão orçamentária do MEC para sua subsistência.

A dissertação de Costa (2010) considerou as políticas públicas para o Ensino Superior a distância (EaD) e a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Partindo da discussão da oficialização dessa modalidade de ensino por meio da atual LDB/96, o foco do estudo foram as ações desenvolvidas no estado do Paraná para a oferta de cursos superiores a distância em trinta e sete polos selecionados por dois editais publicados pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) em 2005 e 2006.

A última temática a ser explorada volta para a discussão acerca da **Industrialização do Ensino**, isto é, a abordagem da educação como indústria respaldada pelo estudo de Belloni (2009), a qual afirma que:

[...] o desenvolvimento econômico do período capitalista pós-guerra caracteriza-se pela crescente penetração dos modelos teóricos e das práticas da economia sobre outros campos da vida social. Naquele período de grande expansão do capitalismo, o paradigma industrial – o industrialismo, uma das quatro dimensões da modernidade, segundo Giddens – inspirava as ações do estado-providência fazendo com que os serviços públicos (saúde, educação, transporte, habitação etc.) fossem também organizados em bases fordistas, ou seja, de modo racionalizado e planejado, em larga escala, de massa (GIDDENS, 1994). No campo da educação, esta lógica de “massa” vai evidenciar-se na expansão da oferta de educação (universalização do ensino fundamental e depois do ensino secundário) e nas estratégias implementadas (grandes unidades, planejamento centralizado, otimização de recursos, uso de tecnologias). (BELLONI, 2009, p. 13).

Nessa direção, a tese de Costa (2008) focaliza a EaD como uma forma caracterizada pelo modelo de produção industrial, defendida pelo discurso dominante em torno da política nacional de Educação a Distância. O autor, a fim de defender sua tese, examina dez textos e documentos que tratam da política de EaD e aponta que o discurso da industrialização do ensino predomina entre as práticas discursivas que se debatem em torno da política dessa modalidade. Indica ainda que a prática discursiva influencia as práticas não discursivas refletidas em tal política. Conclui que o discurso da industrialização do ensino governa a prática discursiva que norteia a política nacional de Educação a Distância.

Com base nas análises dos estudos selecionados nessa terceira temática infere-se que os pesquisadores que enfocam a legislação relativa à EaD têm como objetivo analisar os

documentos relativos a essa modalidade de ensino e dessas análises emergem diferentes temáticas, tais como: as normas e diretrizes que tratam dos processos de regulamentação, expansão, credenciamento, oferta de cursos, critérios políticos-filosóficos da EaD na atual LDB, entre outros.

Depreende-se pela análise das temáticas que o principal foco dos pesquisadores é analisar os documentos oficiais que regulamentam a oferta da EaD no nível superior e a progressão e a continuidade das políticas públicas para essa modalidade de ensino.

Surge, então, a compreensão de que as políticas que foram se firmando no sistema educacional relativas à EaD têm como objetivo maior o foco na ampliação da oportunidade de acesso daqueles que buscam por um curso de graduação e formação continuada, especialmente, para os que, segundo Mill (2012), sofrem “exclusão sociocultural e de segregação financeira ou geopolítica”. Nesse sentido emerge, da análise, a terceira contradição sobre a produção científica selecionada, que se refere ao binômio **democratização do ensino x financiamento** na educação superior.

Oliveira et al. (2008), quando discutem a democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil, consideram que esse tema é considerado emergente, complexo e fundamental se forem levados em conta o cenário de construção da chamada sociedade do conhecimento e as mudanças no mundo do trabalho e o processo de mundialização do capital e também as alterações ocorridas em relação ao papel do Estado a partir dos anos 1980.

Os autores, entre outras considerações, afirmam que nos anos 1990 as alterações que aconteceram no campo educação superior dizem respeito às mudanças na organização acadêmica, nos processos de avaliação, nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, sobretudo a partir de 1995, com o intuito de “[...] promover a diversidade, a diferenciação e a rápida aceleração da oferta de educação superior – o que veio a ocorrer, em especial, por meio do crescimento significativo do setor privado.” (OLIVEIRA et al., 2008, p. 74).

O objetivo do estudo em questão é discutir as políticas e as ações governamentais, como também a legislação decorrente e suas contribuições ou não para a maior democratização do acesso, permanência e aumento do percentual de concluintes na educação superior (OLIVEIRA et al., 2008, p. 74), levando em consideração que o fato de se ampliar o acesso à educação não é garantia de qualidade da educação para todos nem de permanência dos envolvidos nesse processo.

Iniciando a análise com base nas considerações acerca da diversificação de instituições e de cursos, os referidos autores advertem, com base nos estudos de Sguissardi (2006), que no Brasil, a taxa de escolarização líquida para a faixa etária entre 18 a 24 anos

ainda é umas das mais baixas da América Latina. Utilizando dados do Censo da Educação Superior (INEP 2003/2004), chegam a conclusão de que a massificação da universidade pública no Brasil, encetada a partir dos anos 1990, está distante de ser alcançada, uma vez que

Teve um viés mercadorizante, via oferta de ensino superior pago, e visou atingir, majoritariamente, o trabalhador-estudante (ou estudante-trabalhador) que, em tempos de flexibilidade no mundo do trabalho e de incentivo à soluções individuais, buscou sua formação em nível superior na iniciativa privada. (OLIVEIRA et. al., 2008, p. 77).

Quando se trata da análise da reforma da educação superior proposta no governo Lula, os autores ressaltam os empreendimentos nesse governo no que diz respeito aos benefícios dispensados aos estudantes provenientes das escolas públicas, às cotas para negros e índios e aos jovens pertencentes às camadas sociais mais empobrecidas, porém as iniciativas para favorecer esse tipo de atores sociais, como o ProUni, que acabou sendo absorvido pela esfera privada, a qual, em troca do oferecimento das vagas ociosas em suas instituições, acabam conquistando renúncia fiscal.

Na análise dos autores consta ainda a interferência dos Organismos Internacionais e seu posicionamento favorável ao pagamento de mensalidades, mediante a justificativa de que as instituições particulares oferecem maior assistência aos estudantes do que as universidades públicas, como também ao incentivo da melhoria ao acesso por intermédio da diversificação da oferta e da educação a distância.

Se forem considerados os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2012), pode-se perceber que a realidade apresentada no estudo de Oliveira et al (2008) ainda permanece. No ano de 2010, foi registrado que o número de matrículas nas IES que oferecem cursos de graduação totalizavam 6.379.299, sendo que 4.736.001 pertenciam ao setor privado e 1.643.298 ao público e na EaD totalizavam 930.179 distribuídas em 748.577 no setor privado e 181.602 no setor público.

No que diz respeito a interferência nos organismos internacionais, pelo que já foi exposto anteriormente, o que se pode depreender é que estes revelam uma postura utilitarista em relação à educação, uma vez que induzem reformas que fortalecem a ideologia neoliberal para a qual todos os direitos sociais são melhor administrados se convertidos à lógica dos mercado, ou seja, se forem encarados como bens que podem ser comercializados especialmente pela iniciativa privada, apontada nessa ideologia como a mais bem preparada para assumi-los.

Comprova-se mais uma contradição no campo da educação superior, mais especificamente no que diz respeito às políticas para a EaD: enquanto essa modalidade de ensino é encarada como uma modalidade capaz de fornecer um maior acesso à educação superior, principalmente para aqueles que dependem de um ensino gratuito e flexível, o que se percebe é uma enorme carência de investimentos da União e dos Estados para que esse acesso se concretize.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A exposição das temáticas que serviram de base para a análise das categorias trazidas até aqui tiveram como objetivo responder à problemática proposta no início desta Dissertação, ou seja: quais as temáticas desenvolvidas na produção científica sobre as políticas públicas de Educação Superior no Brasil na modalidade a distância no período de 2003 a 2010? Para isso levantou-se como objetivo geral analisar os temas recorrentes presentes nos trabalhos acerca da produção científica sobre a política de educação a distância no Brasil, no período delimitado e, para atingir esse objetivo, houve por bem que fossem primeiramente contextualizadas as políticas de EaD no âmbito das políticas de educação superior no Brasil e, posteriormente, fossem identificadas as principais temáticas presentes na produção científica que trata dessas políticas no período selecionado e, finalmente, foi possível investigar a característica dessa produção para que fosse possível levantar uma análise por meio de categorias que emergiram a partir do material obtido.

Os estudos analisados referentes à produção científica no Brasil, no período de 2003 a 2010, voltados às políticas públicas para a Educação a Distância, apontam três temáticas principais: a formação de professores, a expansão da Educação Superior e a legislação para a EaD.

No que diz respeito ao primeiro grupo, evidenciado como a temática mais recorrente, observa-se que, nas análises dos autores, a busca por formação por parte dos docentes procura atender as exigências impostas pelas reformas educacionais implantadas no país a partir da década de 1990, período que condiz com a implementação da LDB/96, que

destinou um capítulo específico para a EaD. Esse período marca uma constante preocupação dos sistemas educacionais em se adaptarem às políticas de ajuste econômico e, por isso, perseguirem os ideais de competência, eficiência produtividade e competitividade, características próprias do mundo globalizado.

Porém, por meio das análises dos autores das pesquisas selecionadas para essa temática, observa-se um posicionamento crítico indicando que, embora as políticas públicas destinadas à formação de professores por intermédio da EaD pretendam promover maior facilidade e acesso aos professores no que diz respeito à sua formação, o que se apresenta é uma série de limitações para os que buscam formação por intermédio dessa modalidade, tais como: formação aligeirada, esvaziamento e precarização do trabalho do professor e qualidade contestável de alguns cursos.

Com base nessas temáticas, foi possível perceber três contradições existentes no campo da EaD: a primeira foi denominada de **qualidade x flexibilidade**. No que se refere ao termo qualidade, ficaram evidenciados nos trabalhos os temas competência, eficiência, melhoria de produtividade, elevação de qualidade, entre outros, a fim de direcionar a formação de um professor que seja adequado ao que exige o mercado de trabalho dentro das determinações do modelo neoliberal. Quanto à flexibilidade, emergiram das pesquisas os termos processos de formação mais rápidos, baratos e diversificados, inviabilizando, muitas vezes a tão propagada formação com qualidade.

Em relação à temática expansão da Educação Superior, as características pontuadas permitem inferir que o avanço da EaD tem sido determinado por questões mercantilistas dentro do setor educacional, favorecidas pela implementação das políticas de orientação neoliberais que fomentam, principalmente, o princípio de flexibilização, o qual tem sido responsável por currículos breves e diversificados, que buscam atender as necessidades da “clientela”. Nesse sentido, fica evidente que no contexto globalizado a “mercadoria educação” não pode ser expandida de maneira equivalente, já que temos um país com distribuição de renda díspar e, portanto, para que a EaD possa ser apontada como potencializadora do acesso à Educação Superior, faz-se necessário a articulação de políticas públicas voltadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino no país.

Da análise dessa temática a questão mercantilista da educação superior foi possível definir a segunda contradição: o **público x privado**. Essa categoria fica evidente a partir do momento em que as pesquisas revelam o enfraquecimento do Estado em nome de um domínio das políticas econômicas que impõem que o mercado seja o principal mecanismo de regulação social existente, impondo que sistema educacional, em nome do processo de

modernização, seja dominado pelo setor privado, o qual, como reposta a essa modernização se torna cada vez mais diversificado no que diz respeito ao surgimento de variados tipos de IES e de oferta de cursos, como também no aspecto de cadastramento de instituições.

As tendências que se referem à legislação para a EaD analisam o conjunto de normas que regulamentam essa modalidade de ensino no país e que são consideradas bastantes novas. Os autores discutem os desafios de sua regulamentação, o aspecto marginal da modalidade, a falta de preocupação da LDB no que diz respeito à qualidade do ensino a distância, a intervenção dos Organismos Internacionais nas políticas educacionais brasileiras e as influências do modelo de produção industrial no campo da educação. O sistema UAB é mencionado como responsável pela ampliação do acesso à universidade pública, pela formação e atualização de professores da educação básica.

Emerge dessa temática a última contradição analisada: **democratização do ensino x financiamento** na educação superior. A relação democratização pelo acesso a educação superior aparece expressa nos documentos legais, porém, as políticas destinadas a promover esse acesso, como no caso do ProUni, acabam sendo absorvidas pelo setor privado, o qual, favorecido pelas interferências dos Organismos Internacionais é responsabilizado pela administração dos direitos sociais em detrimento à participação do Estado, inviabilizando que o tão propalado acesso ocorra.

Pela exposição do material analisado, percebe-se que a produção científica sobre as políticas públicas de Educação Superior no Brasil na modalidade a distância no período de 2003 a 2010 deixa transparecer, por meio de suas temáticas, um campo marcado por práticas condizentes a atender um modelo de educação superior que obedece às determinações de uma política que nega o acesso aos direitos sociais para dar lugar a ascensão de instituições que oferecem a educação superior sob a lógica mercadológica.

## REFERÊNCIAS

ABBAD, Gardênia; ZERBINI, Thaís; SOUZA, Daniela Borges Lima. Panorama das pesquisas em Educação a Distância no Brasil. **Estudos de Psicologia** (UFRN), v. 15, p. 291-298, 2010.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, ano XXII, n. 75, p. 15-32, ago 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>> Acesso em 01 de jul de 2013.

ALMEIDA, Marcos Pires de. **Educação a Distância e Autonomia Universitária**: políticas públicas e aspectos legais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2008. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=ALMEIDA%2C+Marcos+Pires+de&tipoPesqAutor=T&assunto=&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase=>>. Acesso em: 30 de jul. 2012.

BARRETO, Raquel Goulart. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out.-dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/13.pdf>>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

BARROS, Francisco Sylvio de Oliveira. **Educação, qualificação e formação docente**: estudo da política de formação de professores em serviço. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, 2003. Disponível em: < <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do;jsessionid=C45A3F264693B0AB21F73996CC92E9F9?autor=Francisco+Sylvio+de+Oliveira+Barros&tipoPesqAutor=T&assunto=&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase=>>. Acesso em: 30 de jul. 2012.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BITTAR, Mariluce; MACIEL, Carina Elisabeth. Políticas de inclusão na educação superior no governo de Luiz Inácio L da Silva – o enfoque nas relações etnicorraciais. In: SISS, Ahyas; MONTEIRO, Aloísio Jorge de Jesus. (Org.). **Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações**. Rio de Janeiro: Quartet: Leafro, 2011.

BITTENCOURT, Ricardo Luiz de. **Formação de professores em nível de graduação na modalidade EAD: o caso da pedagogia da UDESC - pólo de Criciúma-SC**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14840>>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto 2494 de 10 de Fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 fev. 1998a.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 2.561 de 17 de Abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 28 abr. 1998b.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 301, de 07 de abril de 1998. Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância. **Diário Oficial da União**. Brasília, 07 de abril de 1998c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de janeiro de 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2005a.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.493, de 18 de julho de 2005. Regulamenta o disposto na Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de julho de 2005b.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 de maio de 2006a.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 de junho de 2006b.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2008-2011**: projeto de lei/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007.

BOHADANA, E; VALLE, L. O quem da Educação a Distância. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol.14, n.42, p. 551-564, set./dez. 2009.

BOSSU, Carina. Educação continuada e a EaD. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte, v. 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

CAMARGO, A. M. M de.; HAGE, S. M. A política de formação de professores e a reforma da educação. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

CAPARRÓZ, Adriana dos Santos. **Educação a distancia: um olhar sobre a profissionalidade docente na educação online**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, 2009. Disponível em: <<http://www3.ucdb.br/mestrados/arquivos/dissert/609.pdf>>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. As Políticas de gestão e de avaliação acadêmica no contexto Da reforma da educação superior In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

CHAVES, Vera Lucia Jacob; LIMA, Rosangela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas da educação superior brasileira. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, Cortez, 2001.

COSTA , Antonio Roberto Faustino da . **O Discurso da industrialização do ensino na política nacional de educação a distância**. Universidade Federal da Paraíba, 2008. Disponível em: <[http://www.ce.ufpb.br/ppge/index.php?option=com\\_content&task=view&id=238&Itemid=57](http://www.ce.ufpb.br/ppge/index.php?option=com_content&task=view&id=238&Itemid=57)>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

COSTA , Maria Luisa Furlan. **Políticas públicas para o ensino superior a distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná**.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Araraquara, 2010. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=COSTA+%2C+Maria+Luisa+Furlan&tipoPesqAutor=T&assunto=&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase=>>>. Acesso em: 30 de jul. 2012.

CRUZ, Telma Maria da. **Universidade aberta do Brasil: implementação e previsões.** Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3360/1/2007\\_TelmaMariadaCruz.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3360/1/2007_TelmaMariadaCruz.pdf)>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 29, n. 104 – Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a1229104>>. Acesso em 13 jul. 2012.

ENS, Romilda; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, n. 19, set.-dez., 2006, p. 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, Brasil. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=189116275004>>. Acesso em: 20 de jun. 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **O GT de política de educação superior: anotações para um debate.** 1998. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/historia.htm>>. Acesso em: 20 de jun. 2012.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2012.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out 2007. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2628100.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. Educação a distancia, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades. **31ª Reunião Anual da ANPED**, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT11-4074--Int.pdf>>. Acesso em: 30 de jul. 2012.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd, v. 13, n. 37, Abr., 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782008000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782008000100006)>.  
Acesso em: 1 de ago. 2011.

GIOLO, Jaime. A Educação a Distância e a Formação de Professores. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n.105, p. 1211-1234, set./dez. 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13> >. Acesso em: 15 de mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out./dez. 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/12.pdf>>. Acesso em: 03 de ago. 2011.

GOMES, Cândido Alberto da Costa. A legislação que trata da EaD. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte, v. 1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

GUASTI, Susana Pitol. **As políticas públicas da educação superior**: a educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná. 2009. Disponível em: <[http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=92151&url=http://tede.utp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=294](http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=92151&url=http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=294)>. Acesso em: 20 de jun. 2012.

GUIMARÃES, Gustavo Pires. **Estado do conhecimento sobre formação de professores (2003-2004)**: a educação a distância e o uso de tic democratizam o saber? . Universidade Católica de Goiás, 2007. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=355](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=355)>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

GUIOTI, Ednilson Aparecido. **Educação a distância**: tendências predominantes na sua expansão, Brasil e Espanha. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5234](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5234)>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

INEP. Censo da Educação Superior: 2010 – Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2012.

\_\_\_\_\_. Censo da Educação Superior: 2011 – Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2013.

LAPA, Andrea Lapa; PRETTO, Nelson de Luca A. Educação a Distância e Precarização do Trabalho Docente. **Revista em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p.79 - 97, nov. 2010. Disponível em:< [emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/.../1355](http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/.../1355)>. Acesso em: 15 de mar. 2011.

MAIA, C; MATTAR, J. **ABC DA EaD**. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2007.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e Educação. In: SILVA Jr., C. A et al. **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/neoeducacao1.html>>. Acesso em 11.07.2012.

MENDES, Andréa Maria. **A Educação a Distância nos meandros da Legislação Brasileira**: 1988 – 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2005. Disponível em:<<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=Mendes%2C+Andr%E9a+Maria&ti>

poPesqAutor=T&assunto=&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase= >. Acesso em: 1 de ago. 2011.

MILL, Daniel. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**, v. 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MINTO, Lalo Watanabe. **Teoria do Capital Humano**. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teorias\\_20do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_20do_capital_humano.htm)

MIRANDA, Marília G. et al. **Temáticas e enfoques teóricos da psicologia para a educação: uma aproximação entre teoria e prática pedagógica**. Disponível em: [http://www.ceped.ueg.br/anais/Iedipe/Gt11/1-tematicas\\_enfoques\\_teoricos.htm](http://www.ceped.ueg.br/anais/Iedipe/Gt11/1-tematicas_enfoques_teoricos.htm). Acesso em: 15 nov. de 2011.

MORAN, J. M. **Fundamentos, Políticas e Legislação em EaD**. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. Educação superior e transnacionalização: avaliação/qualidade/acreditação. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Daniela Motta de. Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil. **32ª Reunião Anual da ANPEd**, 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5485--Int.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 348 p. (Coleção INEP 70 anos, 2). Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/educacao-superior-brasil-10-anos.pdf>

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. O debate sobre avaliação da educação superior: regulação ou democratização? In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINHEIRO, Gerusa Soares. **Políticas Públicas e EaD: transposição de conceitos matemáticos na formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=Pinheiro%2C+Gerusa+Soares&tipoPesqAutor=T&assunto=&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase=>>>. Acesso em: 1 de ago. 2011.

RISTOFF, D. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 348 p. (Coleção INEP 70 anos, 2). Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/educacao-superior-brasil-10-anos.pdf>

ROSEMBERG, F. Uma introdução ao estudo das organizações multilaterais. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. (Org.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI**; reformas em debate. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

SAAD, Pedro Fernandes. **O estudo do papel potencializador da educação a distância na democratização do acesso à educação superior no Brasil**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=12246](http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12246)>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempo de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Cleber Nauber dos. **Políticas de educação superior a distância para o ensino superior: o foco no aluno do sistema UAB/UFAL**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, 2011. Disponível em: <[http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=91786&url=http://bdtd.ufal.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=925](http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=91786&url=http://bdtd.ufal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=925)>. Acesso em: 15 de abr. 2011.

SARAIVA, Karla. **Formação de professores nas tramas da rede: uma prática de governabilidade neoliberal**. Revista em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 123-137, nov. 2010. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1794/1357>>. Acesso em: 10 de mar. 2011.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. Educação Superior à Distância: políticas públicas e realidades institucionais. **26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/stellaceciliaduartesegenreich.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Desafios da educação a distância ao sistema de educação superior: o triplo papel da avaliação. **29ª Reunião Anual da ANPEd, 2006**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2012--Int.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2011.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, v. 29, n.105, p.991-1022, set./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.;EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Adriana Rocha da; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Formação continuada de professores: uma nova configuração a partir da lógica do mercado. **Questio**: revista de estudo de educação. v. 10, n. 1/2, maio/nov. 2008. Sorocaba, SP: Uniso, 2008. p. 183-208.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. **Revista Brasileira de Educação**, Set /Out /Nov /Dez, 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 03 de ago. 2011.

SOUZA, Kátia Regina de. Reforma da educação superior do governo Lula e educação à distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?. In: 27ª. Reunião Anual da ANPEd Sociedade, democracia e educação: qual universidade?, 2004, Caxambu, MG. **Anais da 27ª Reunião Anual da ANPEd**, 2004.

VASCONCELOS, Juliene Silva. **Educação a distância e formação de professores**: um olhar sobre a inserção institucional da Universidade Federal de Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: < [http://www.btdt.ufu.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1688](http://www.btdt.ufu.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1688)>. Acesso em: 03 de ago. 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de Transição (1985-1995)**. Brasília: Plano, 2000.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1 – Resumos da produção científica selecionada**

### **A) GT 11 - ANPEd**

#### **1. Desafios da educação a distância ao sistema de educação superior: o triplo papel da avaliação**

Stella Cecilia Duarte Segenreich, 2006.

**NÃO TEM RESUMO**

#### **2. Educação superior à distância: políticas públicas e realidades institucionais**

Stella Cecilia Duarte Segenreich, 2003.

**NÃO TEM RESUMO**

#### **3. Educação a distância, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades**

Dirce Maria Falcone Garcia, 2008.

Este texto expõe desdobramentos de apropriações conceituais ambivalentes e algumas decorrências deste processo, no que tange à política de expansão do ensino superior, em curso no Brasil. Focaliza a articulação de três aspectos que subjazem a esse processo: o currículo por competências, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a educação a distância (EAD). Para haver a compreensão das mudanças no cenário da educação tomamos por base as transformações na própria sociedade e as contradições entre o discurso oficial sobre a expansão do ensino superior e o modo como são implementadas as ações. Destacamos as relações entre EAD, TIC e competências, e destas com a lógica instrumental e o princípio da flexibilidade que embasam as políticas públicas de educação. Apontamos algumas fragilidades dessas políticas a partir de pesquisas realizadas. Os estudos reforçam ser esta uma política compensatória de acesso à educação para os segmentos mais pobres da sociedade, pouco inclusiva. Sugere mudanças na formação e trabalho docentes no sentido de sua precarização.

Palavras-chave: expansão do ensino superior; EAD; TIC; competências.

#### **4. Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil**

Daniela Motta de Oliveira, 2009.

Este trabalho, objetiva, a partir da análise da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Nova Capes, compreender a Educação a Distância enquanto estratégia política privilegiada para a expansão da educação superior, em especial para a formação dos professores, e enquanto um mercado extremamente promissor, especialmente se consideramos a apropriação da EaD para baratear a oferta de cursos. A EaD, nesse contexto, tornou-se um importante veículo para a difusão de uma nova sociabilidade, um novo modo de ser, pensar e agir.

Palavras-chave: formação de professores; educação a distância; nova sociabilidade.

### **B) BDTD**

#### **1. Educação a distância e formação de professores: um olhar sobre a inserção institucional da Universidade Federal de Uberlândia**

Juliane Silva Vasconcelos, 2006.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a inserção da Universidade Federal de Uberlândia/UFU em programas de capacitação e formação de professores em exercício na modalidade à distância, dentro do quadro das políticas mineiras de reformar educacional implementadas a partir dos anos 90. Na pesquisa buscamos identificar teoricamente: (1) o sentido da reforma educacional e a relação entre a reforma e reorganização atual do Estado – Popkewitz (1997;1998), Sacristán (1996) e Silva Jr. (2002); (2) as tendências internacionais e nacionais para a educação – Lima (2004), Marques (2002), e Tommasi (1998); (3) as mudanças na Educação Superior e a formação de professores no Brasil – Georgen (2002), Ristoff (1999), Santos (1994;2004) e Sobrinho (2004); (4) as características das ações de formação em geral e de formação/capacitação de professores na modalidade à distância no Brasil, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDB (Lei nº 9394/96) — Pretto (1999), Saraiva (1996) e Silva Jr. (2003); (5) as características das ações de formação/capacitação de professores na modalidade à distância em Minas Gerais com destaque para o Programa de Capacitação de Professores – PROCAP fase Escola Sagarana, e o projeto VEREDAS – Formação Superior de Professores – Marques (2000;2001) e Mattos & Perez (2001); (6) as percepções dos gestores da Universidade Federal de Uberlândia relacionados a esses programas de capacitação/formação de professores, quanto às políticas, as ações institucionais e as perspectivas da UFU em relação à educação a distância.

A análise documental abrangeu documentos legais e dos programas no sentido de verificar as suas diretrizes políticas e sua relação com a instituição universitária.

O trabalho de campo foi realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas, como metodologia de coleta de dados, com os gestores envolvidos tanto no Programa de Capacitação de Professores de Professores – PROCAP fase Escola Sagarana, como no curso VEREDAS – Formação Superior de Professores: o Reitor, dois Pró-Reitores de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, uma Diretora de Extensão e três Coordenadores Acadêmicos todos da UFU

A guisa de conclusão, destacamos três aspectos claramente evidenciados pelos entrevistados: a Universidade vem fazendo esforços para participar dos programas, apesar das críticas de alguns gestores. Discutem sobre o locus institucional da gestão dos programas e sobre a autonomia da universidade em relação a projetos dessa natureza.

Assim sendo, entendemos que há na Instituição paradoxos e desafios e relação a EaD na formação de professores, o que sugere ampliação de espaços institucionais para debates, estudos e pesquisas que envolvam todos os segmentos da universidade.

em relação a EaD na formação de professores, o que sugere ampliação de espaços

Palavras-chave: Educação a Distância. Formação de Professores. Inserção Institucional.

## **2. Educação a distância: tendências predominantes na sua expansão, Brasil e Espanha**

Ednilson Aparecido Guioti, 2007.

Pretendeu-se com esta pesquisa analisar as tendências atuais no desenvolvimento de EAD no ensino superior no contexto brasileiro e, de forma complementar, tendo como contra-ponto, a situação no contexto espanhol, mais especialmente em Barcelona.

O estudo partiu da discussão e análise do conceito de Educação a Distância tomando por base definições de vários autores, com o objetivo de se chegar a uma concepção consensual, o que se mostrou razoavelmente difícil.

O interesse inicial pela formação do professor-tutor na educação a distância foi minimizado na medida em que se compreendeu a necessidade de ter uma visão de conjunto da realidade em termos das práticas desenvolvidas em EAD e do seu processo de desenvolvimento especialmente no Brasil.

A questão de pesquisa foi definida nos seguintes termos:

Qual a situação atual e as tendências predominantes do ensino a distância no Brasil e na Espanha?

Como instituições de ensino superior estão trabalhando a EAD no contexto universitário, inclusive a formação desses profissionais que atuam nos respectivos contextos?

Procedeu-se, então ao levantamento de dados tanto da situação brasileira quanto espanhola na busca de informações que permitissem dimensionar a presença de EAD nas IES, e os seus limites e possibilidades.

Os dados estatísticos foram relevantes para informar que existem muitas similaridades entre os dois contextos pesquisados e, em alguns casos, observamos que no contexto espanhol já existem algumas novas tendências que em breve poderão ser reproduzidas aqui no Brasil. Por esse motivo, é necessário e urgente uma atenção maior por parte dos responsáveis pelas políticas de EAD para não reproduzirmos aqui os mesmos erros cometidos em outras realidades.

Palavras-chave: Educação a Distância, Tendências em Educação a Distância, EAD no Ensino Superior, Formação de Agentes de Aprendizagem e EAD contexto brasileiro e espanhol.

### **3. Estado do conhecimento sobre formação de professores (2003-2004): a educação a distância e o uso de TIC democratizam o saber?**

Gustavo Pires Guimarães, 2007.

Esta pesquisa é teórico-bibliográfica, com análise de conteúdo.

O objetivo proposto foi a realização do Estado do Conhecimento sobre Formação de Professores, com análise de teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, no período 2003-2004.

Dessa produção discente definiu-se como amostra os trabalhos sobre educação a distância e o uso das novas tecnologias na prática docente.

O problema na investigação foi assim enunciado: a formação de professores na modalidade a distância e o uso das tecnologias de informação e comunicação contribuem para a democratização do saber?

A análise de conteúdo foi realizada com base em Bardin (2004) e Franco (2005). O referencial teórico abordou o histórico da educação a distância, as políticas atinentes ao tema e a base legal com foco na formação de professores.

As idéias sustentadoras do arcabouço teórico foram revistas em Moraes (1997), Brzezinski (1999, 2004, 2006), Litwin (2001), Belloni (2003), Fragalle Filho (2003), Oliveira (2003), Toschi (2005), Faria (2006), dentre outros.

Do primeiro capítulo consta uma visão geral da história da Educação a Distância (EAD), ao mesmo tempo em que são apresentadas prescrições e diplomas legais que instituem a EAD como modalidade de ensino no Brasil.

São também estudadas as concepções de EAD e o uso das tecnologias inovadoras como recursos didáticos do trabalho docente.

As concepções da EAD e da formação dos professores, as exigências para essa formação, o papel do professor, com destaque à importância dos conhecimentos acerca da EAD, fazem parte do segundo capítulo. O terceiro capítulo é composto pelo Estado do Conhecimento desenvolvido em cinco etapas: a) Levantamento documental; b) Leitura integral da produção discente que compõe a amostra (21 trabalhos); c) Elaboração dos recursos analíticos no Modelo REDUC; d) Mapeamento dos dados em matriz analítica e configuração de categorias de análise e descritores; e) análise do conteúdo.

Resultaram desta investigação indicativos de que a democratização do saber no campo de formação de professores se realiza por meio da EAD de boa qualidade e do uso das novas tecnologias na prática docente, como estratégia de apoio às atividades que se desenvolvem na sala de aula, nos ambientes virtuais educativos e no âmbito da instituição escolar.

Palavras-chave: Formação de Professores; Políticas Educacionais; Educação a Distância; Tecnologias da Informação e Comunicação; Estado do Conhecimento; Análise de Conteúdo.

### **4. Universidade aberta do Brasil: implementação e previsões**

Telma Maria da Cruz, 2007.

Esse trabalho procura mostrar as facetas da implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB que pretende: a ampliação do acesso à universidade pública, a formação de professores da educação básica, a interiorização da educação superior pública, ou seja, até a esfera municipal, e ainda a inclusão social concomitantemente. O ideário oriundo de um Fórum de Estatais pela Educação, as articulações decorrentes até o desencadeamento

da política pública em si são explorados, além dos desafios e as dificuldades da expansão da universidade pública num modelo não tradicional, por meio de redes de universidades públicas consorciadas na modalidade EAD.

No estudo, leva-se em conta também as influências e aspectos do sistemas de financiamento da UAB via consórcio de estatais financiadoras. As ações pró-implementação do Sistema UAB, ou seja, o Edital 001/2005-SEED/MEC e o Projeto Piloto do Curso de Administração de Empresas são demonstradas, bem como os reflexos na cultura institucional universitária. Os objetivos geral e específicos nos conduziram à análise da implementação da política pública da UAB: sua aceitação, o papel do Fórum da Estatais pela Educação e as expectativas de seus membros, e também, o papel da Andifes e da Unirede nesse processo, além da expectativa de algumas universidades públicas engajadas ao Sistema UAB, permeada pela prospecção das possibilidades e entraves decorrentes.

A metodologia dedutiva-popperiana permitiu propor previsões, a partir dos dados coletados na aplicação das entrevistas semi-estruturadas. Eis alguns dos resultados obtidos: a interiorização e inclusão social ou incentivo aos Estados mais pobres da Federação, das regiões Norte e Nordeste não puderam, maciçamente, ser verificados dentre os participantes do Projeto Piloto ou como resultado Edital n° 0.

As regiões sul e sudeste ficaram com mais de 50% das vagas propostas em resposta ao primeiro Edital, sendo essas regiões consideradas mais ricas que as demais. Mas, a conclusão mais importante destava o fato de a UAB depender economicamente de empresas estatais e não de previsão orçamentária do MEC para sua subsistência, um risco. A universidade pública, entre adesões e expectativas, deve temer essa fragilidade de cunho econômico que, além de dissidências internas, pode promover a queda da qualidade de seu ensino, nessa nova modalidade. Os reflexos disso podem chegar ao descrédito da própria EAD como um todo, além da própria capacidade da universidade pública trabalhar com novos modelos processuais no ensino de graduação.

Isso nos leva à seguinte previsão geral à la Popper: Se a implantação do Sistema da UAB tiver garantida sua sustentabilidade estrutural ( econômica e de recursos humanos) ela terá efetividade ( lei universal), então, isso implicará o planejamento de demandas, etapas programadas de implementação e a previsão orçamentária governamental e regulamentação das participação financeira das estatais, adequadas a essa política pública educacional, além da capacitação e atualização dos profissionais de educação das universidades públicas em gestão e disseminação do ensino superior na modalidade EAD ( condições iniciais). Deduz-se que, teoricamente, o Sistema da UAB terá sustentabilidade (enunciado singular).

Palavras-chave: Ampliação do acesso à universidade pública. Universidade Aberta do Brasil (UAB). Municipalização da educação superior pública.

## **5. Formação de professores em nível de graduação na modalidade EAD: o caso da pedagogia da UDESC - pólo de Criciúma-SC.**

Ricardo Luiz de Bittencourt, 2008.

Esta tese decorre de uma pesquisa sobre a formação de professores em nível da graduação na modalidade Educação a Distância – EAD realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Trata-se de um estudo de caso que analisou como se dá o processo de formação de professores no curso de Pedagogia, na modalidade EAD, no pólo situado no município de Criciúma a partir dos tutores e estudantes. Analisa-se as percepções sobre a

formação de professores, a expansão da educação superiores na modalidade EAD, o projeto pedagógico do curso e o processo de constituição da tutoria.

A abordagem da pesquisa foi predominantemente qualitativa.

Os sujeitos da pesquisa são os tutores e estudantes do curso investigado.

As técnicas de coleta de dados foram a entrevista semi-estruturada com 14 tutores, a aplicação do questionário com 194 estudantes e a análise documental.

Os dados coletados foram sistematizados a partir dos princípios da análise de conteúdo. Para aprofundar a compreensão do objeto de estudo foi necessário buscar o entendimento das políticas de educação, em especial, aquelas destinadas à formação de professores inspiradas nas recomendações de organismos internacionais e levadas a cabo pelo Estado brasileiro a partir da década de 90 do século XX.

De modo complementar buscou-se o estudo de diferentes autores que tratam da formação de professores e suas relações com as perspectivas de formação materializadas na modalidade EAD. Os estudos de Tardiff (2003), Tardiff - Lessard (2006) Tardiff - Lessard - Gauthier (s/d), Popkewitz (1997 ; 2000), Moraes (2003), Contreras (2002) , Laval (2004) foram fundamentais para compreender e analisar teoricamente as percepções de tutores e estudantes acerca da formação de professores realizada na modalidade EAD. Este estudo mostrou como nas políticas educacionais brasileiras os professores passam a ser protagonistas de reformas educacionais na medida em que precisam ser formados para formar os sujeitos para o mundo do trabalho. Na percepção dos tutores entrevistados, aprender a ser professor não é apenas estudar os cadernos pedagógicos, significa também ter acesso à ambiência universitária onde os estudantes terão contato com diferentes professores e participação nas diversas oportunidades de aprendizagem oferecidas em uma universidade.

A pesquisa demonstrou as dificuldades dos tutores de diferenciar na prática as funções de tutor e professor, principalmente nos momentos onde há intensificação do seu trabalho. A busca desses estudantes pela graduação na modalidade EAD deu-se pela flexibilidade de tempo e pela gratuidade, uma vez que a baixa renda salarial dos mesmos os impedia de fazer curso superior presencial em universidades que cobram mensalidades.

Para os estudantes e os tutores, a melhoria do curso requereria investimento na estrutura física, ampliação dos tempos presenciais para estudo, acesso às tecnologias e a construção de práticas de planejamento coletivo.

Tanto os estudantes quanto os tutores avaliaram de forma positiva a formação de professores realizada na modalidade EAD, apesar de perceberem as limitações desse processo.

Palavras chave: Políticas de formação de professores. Educação a distância. Relações de poder. Tutoria

## **6. As políticas públicas da educação superior : a educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006)**

Susana Pitol Guasti, 2009.

Este trabalho apresenta as diferenças e/ou continuidades das políticas públicas em relação à educação a distância (EAD) no Brasil, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, durante o período compreendido entre 1995 a 2006. Analisa com as contribuições dos intelectuais ligados à Teoria Crítica, as políticas educacionais do ensino superior a distância no Brasil no referido período, bem como reflete, à luz da Teoria Crítica, o uso que faz da tecnologia no conteúdo da sociedade capitalista e, em especial, da educação.

Apresenta por meio de pesquisa bibliográfica e análise de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP), a educação superior brasileira e a inserção da EAD no

processo de expansão do ensino superior, sob a ótica das políticas públicas e do discurso de sua democratização.

Para isso, fez-se necessário compreender o direcionamento dado às políticas educacionais no país, com base na influência das recomendações de órgãos externos, como o Banco Mundial. A interpretação dos resultados da sua expansão, obtidos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, permitiu identificar que a ideologia neoliberal esteve presente nas reformas de educação superior, e que a produção de conhecimentos na chamada “sociedade do conhecimento” tomou corpo por meio dessas políticas.

As políticas científicas da década de 1990 consolidam a hegemonia de uma concepção educacional privada. O referencial teórico que deu suporte às análises efetuadas partiu das concepções da Escola de Frankfurt. A conclusão do trabalho evidencia que apesar de haver continuidade nas políticas públicas em educação a distância para o ensino superior do governo Lula em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso. FHC buscou a massificação do ensino superior, enquanto Lula levou estas políticas do ensino privado para o público, como ferramenta de “democratização” deste ensino, e construiu um processo avaliativo no ensino a distância nos moldes daquele implantado pelo governo anterior para o ensino presencial.

Palavras-chave: educação a distância, educação superior, políticas públicas, neoliberalismo e sociedade do conhecimento.

## **7. O estudo do papel potencializador da educação a distância na democratização do acesso à educação superior no Brasil**

Pedro Fernandes Saad, 2010.

A necessidade de democratização do acesso à educação superior (ES) resulta de diversos fatores que compõem os desafios da ES no século XXI frente à sociedade do conhecimento.

A hipótese levantada foi a de que a educação a distância (EaD), graças à constante evolução e barateamento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), poderia exercer um papel potencializador para a democratização do acesso à ES (inicial e continuada) no Brasil a curto e médios prazos. Para validar esta hipótese, primeiramente foram analisadas as diretrizes resultantes de conferências e fóruns de ES internacionais e nacionais (CMES 1998 e 2009, CRES 2008 e FNES 2009), mostrando que a EaD e as TICs são constantemente apontadas entre as principais alternativas que podem e devem ser exploradas para viabilizar a expansão da ES. Em seguida, foi constatado nos resultados do Educacenso 2008, que a ES está crescendo no Brasil, porém num ritmo insuficiente para acompanhar o crescimento da demanda.

O próximo passo foi apresentar o panorama atual da EAD no Brasil, analisando as iniciativas dos setores público e privado nessa área, com foco em ES, bem como os referenciais de qualidade do MEC para EAD. Por fim, investigou-se o papel das TICs para a EAD, abordando o panorama atual no Brasil, a questão da inclusão digital, e os principais programas em andamento, com destaque para o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e a TV Digital, e as perspectivas futuras. O que se pode concluir é que a EAD atualmente integra diretrizes internacionais, regionais e nacionais de ES, bem como políticas públicas brasileiras de ES e de inclusão digital.

Além disso, já se observam diversos resultados positivos de sua aplicação no Brasil, decorrentes, de iniciativas e privadas. Toda essa conjuntura, aliada às perspectivas futuras das TICs, deixaram claro que a EAD pode, de fato, potencializar a democratização do acesso à ES

(inicial e continuada) no Brasil já a curto e médios prazos, colaborando para conferir à sociedade do conhecimento um caráter aberto e inclusivo.

Palavras-chave: Educação Superior. Democratização do Acesso. Educação a Distância. TICs. Inclusão Digital.

## **C) PERIÓDICOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO – A1 E A2**

### **1. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas**

João dos Reis Silva Júnior – Revista Brasileira de Educação, 2003.

#### **NÃO TEM RESUMO**

### **2. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**

Helena Costa Lopes De Freitas – Educação e Sociedade, 2007.

O texto examina as políticas e programas no campo da formação do atual governo, identificando linhas de uma política marcada por ações de formação focalizadas, de cursos a distância, pela Universidade Aberta do Brasil. Analisa suas relações com a transformação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em agência reguladora da formação de professores. Tomando por referência a base comum nacional, indica as condições para uma política global de formação e profissionalização dos profissionais da educação, nos termos defendidos pela área da educação e pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Palavras-chave: Formação de professores. Política nacional de formação. Universidade Aberta do Brasil. Educação a distância.

### **3. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios?**

Luiz Fernandes Dourado – Educação e Sociedade, 2007.

Ao problematizar as políticas e gestão atuais para a educação básica e superior, o artigo enfoca os novos marcos regulatórios do processo expansionista e analisa as políticas direcionadas à formação de professores, com especial realce para a educação a distância no setor público. Nessa direção, apresenta e analisa alguns indicadores educacionais e busca apreender, no campo das políticas propostas pelo MEC, o papel da “Nova CAPES” como espaço de regulação das políticas de formação de professores, enfatizando a expansão pública, na modalidade EaD, por meio dos desafios da consolidação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Palavras-chave: Educação superior a distância. Expansão pública. Regulação.

#### **4. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**

Bernardete A. Gatti – Revista Brasileira de Educação, 2008.

#### **NÃO TEM RESUMO**

#### **5. A educação a distância e a formação de professores**

Jaime Giolo – Educação e Sociedade, 2008.

O texto aborda a educação a distância (EaD) no Brasil sob três ângulos distintos: começa pela apresentação sintética da legislação; em seguida, descreve o panorama da educação superior a distância (graduação): sua breve história e sua performance atual; finalmente, aponta os problemas que a EaD está criando para a atividade de formação docente, especialmente para o curso de Pedagogia. É defendida a tese de que a formação de professores deve ser realizada em sala de aula, lócus que condensa a cultura do ensinar e do aprender e é constituído por relações humanas indispensáveis para a prática docente.

*Palavras-chave:* Educação a distância. Educação superior. Formação de professores. Política educacional.

#### **6. Educação a distância: tensões entre o público e o privado**

Jaime Giolo – Educação e Sociedade, 2010.

O presente texto aborda a educação a distância (EaD) brasileira no contexto da expansão da educação superior, verificada depois da LDB/1996. O foco da análise são as ações avaliativas e regulatórias do Estado e o contraponto político da iniciativa privada, donde derivam três grandes tensionamentos, a saber: a prevalência do privado sobre o público; o problema da qualidade o binômio educação presencial *versus* educação a distância; e, finalmente, as controvérsias a respeito do modelo de EaD a ser assumido (ou não) pelo Brasil.

*Palavras-chave:* Educação a distância. Educação superior. Política educacional.

#### **7. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior\***

Raquel Goulart Barreto - Educação e Sociedade, 2010.

Este artigo visa analisar estratégias de regulação para a expansão da formação de professores, focalizando os modos pelos quais as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido recontextualizadas nas políticas educacionais. Para tanto, inclui: (1) os pressupostos, que tendem a não ser objeto de questionamento sistemático; (2) discursos e condições de possibilidade, enfatizando as mudanças contextuais para a sua articulação; (3) marcos regulatórios identificados nos documentos oficiais e nos movimentos para a sua operacionalização; (4) a educação a distância (EaD) como motor da expansão nos setores

privado e público; e (5) a substituição tecnológica como chave para compreender o núcleo das políticas atuais.

*Palavras-chave:* Políticas educacionais. Formação de professores. Tecnologias da informação e da comunicação. Condições de possibilidade. Substituição tecnológica.

## CAPES

### Dissertações

#### **1. Educação, qualificação e formação docente: estudo da política de formação de professores em serviço.**

Francisco Sylvio de Oliveira Barros, 2003

O presente trabalho apresenta uma análise acerca da formação dos professores do ensino fundamental no Estado de Ceará, destacando o Curso de Formação de Professores em Caucaia, na modalidade Educação à Distância (EAD), ministrado pelo Núcleo de Educação à Distância (NECAD), da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Contextualiza a formação no âmbito das políticas educacionais, interferindo na formação do educador em serviço. Avalia os desdobramentos advindos dessas políticas de formação e suas influências, no que tange à qualidade, no perfil de educador formado pela universidade pública. Outrossim, levanta questionamentos sobre a modalidade de ensino à distância e suas implicações no mundo atual.

#### **2. A Educação a Distância nos meandros da Legislação Brasileira: 1988 – 1996.**

Andréa Maria Mendes, 2005.

Diante da denúncia (Saviani e Cunha) do golpe que sofreu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 com a aprovação do Substitutivo Darcy Ribeiro no Congresso Nacional, restaram as seguintes perguntas: 1- O que tínhamos? Uma LDB cuja construção estava sendo, a partir de 1988, a mais democrática da história da legislação educacional brasileira (Saviani, 2004). 2- O que temos agora? A partir de 1996, com o governo FHC, uma LDB de orientação neoliberal (Severino, 2003 e Saviani, 2004). Como está a EaD neste novo cenário? Quais critérios político-filosóficos permeiam a EaD na atual LDB? Como a atual legislação para a EaD aborda a questão da cidadania e a questão da qualidade? A partir destas questões, a presente pesquisa se propôs a desvelar a racionalidade subjacente às leis para a EaD no Brasil no período entre 1988 e 1996 pois apesar do ceticismo e desânimo que, no Brasil alimentamos com relação às leis, elas se configuram em uma importante conquista social. O paradigma metodológico adotado é o marxismo histórico dialético na ótica da teoria crítica, uma vez que nele está implícita a análise das condições de regulação social, desigualdade e poder e, a ênfase no papel da intencionalidade da ciência na transformação da sociedade (Alvez-Mazzoti, 1999). A pesquisa é descritiva e tem como característica central a análise documental das leis brasileiras que regulamentam a EaD no país. Constituição Brasileira, LDB da Educação Nacional compreendendo sua trajetória no Congresso Nacional (Câmara e Senado), entre 1988 e 1996. Por fim, concluímos a pesquisa assinalando que o texto final da LDB que versa sobre a EaD está impregnado pela orientação neoliberal que recebeu no Senado não apresentando preocupação com a questão da cidadania e da qualidade.

Apontamos também para a necessidade de uma redefinição política para as lideranças que governam o país no sentido de um maior comprometimento com as necessidades e direitos dos cidadãos por uma educação de qualidade, pública, gratuita, obrigatória, laica, cidadã, com inclusão tecnológica e digital.

### **3. Universidade Aberta do Brasil: implementação e previsões**

Telma Maria da Cruz, 2007.

Esse trabalho procura mostrar as facetas da implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB que pretende: a ampliação do acesso à universidade pública, a formação e atualização de professores da educação básica, a interiorização da educação superior pública, ou seja, até a esfera municipal, e ainda, a inclusão social, concomitantemente. O ideário oriundo de um Fórum de Estatais pela Educação, as articulações decorrentes até o desencadeamento da política pública em si são explorados, além dos desafios e as dificuldades da expansão da universidade pública num modelo não tradicional, por meio de redes de universidades públicas consorciadas na modalidade da EaD. No estudo, leva-se em conta também as influências e aspectos do sistema de financiamento da UAB via consórcio de estatais financiadoras. As ações pró-implementação do Sistema UAB, ou seja, o Edital 001/2005-SEED/MEC e o Projeto Piloto do Curso de Administração de Empresas são demonstradas, bem como os reflexos na cultura institucional universitária. Os objetivos geral e específicos nos conduziram à análise da implementação da política pública da UAB: sua aceitação, o papel do Fórum da Estatais pela Educação e as expectativas de seus membros, e também, o papel da Andifes e da Unirede nesse processo, além da expectativa de algumas universidades públicas engajadas ao Sistema UAB, permeada pela prospecção das possibilidades e entraves decorrentes. A metodologia dedutiva-popperiana permitiu propor previsões, a partir dos dados coletados na aplicação das entrevistas semi-estruturadas. Eis alguns dos resultados obtidos: a interiorização e inclusão social ou incentivo aos Estados mais pobres da Federação, das regiões Norte e Nordeste não puderam, maciçamente, ser verificados dentre os participantes do Projeto Piloto ou como resultado Edital n 01. As regiões sul e sudeste ficaram com mais de 50% das vagas propostas em resposta ao primeiro Edital, sendo essas regiões consideradas mais ricas que as demais. Mas, a conclusão mais importante destaca o fato de a UAB depender economicamente de empresas estatais e não de previsão orçamentária do MEC para sua subsistência, um risco. A universidade pública, entre adesões e expectativas, deve temer essa fragilidade de cunho econômico que, além de dissidências internas, pode promover a queda da qualidade de seu ensino, nessa nova modalidade. Os reflexos disso podem chegar ao descrédito da própria EaD como um todo, além, da própria capacidade da universidade pública trabalhar com novos modelos processuais no ensino de graduação. Isso nos leva à seguinte previsão geral à la Popper: Se a implantação do Sistema da UAB tiver garantida sua sustentabilidade estrutural (econômica e de recursos humanos) ela terá efetividade (lei universal), então, isso implicará o planejamento de demandas, etapas programadas de implementação e a previsão orçamentária governamental e regulamentação da participação financeira das estatais, adequadas a essa política pública educacional, além da capacitação e atualização dos profissionais de educação das universidades públicas em gestão e disseminação do ensino superior na modalidade EaD (condições iniciais). Deduz-se que, teoricamente, o Sistema da UAB terá sustentabilidade (enunciado singular).

Palavras-chave: Ampliação do acesso à universidade pública. Universidade Aberta do Brasil (UAB). Municipalização da educação superior pública.

#### **4. Educação a Distância e Autonomia Universitária: políticas públicas e aspectos legais**

Marcos Pires de Almeida, 2008.

Este trabalho discute as políticas públicas para a Educação no Brasil de 1996 a 2007, em especial aquelas voltadas para a Educação a Distância (EAD). Partindo do pressuposto de que a Educação é expressão da forma como os homens, através do trabalho, se organizam e constroem historicamente suas relações, objetivou-se analisar e compreender o papel do Estado em um contexto de crise do capital, de reestruturação das Instituições de Ensino Superior (IES) e as influências dos Organismos Internacionais (OI) nesse processo. Buscou-se entender ainda em que contexto histórico a EAD passa a ser prioridade nas estratégias do governo para a educação e qual o impacto no seio das IES públicas e como os seus atores reagem a essas mudanças. Com base na análise da legislação para a EAD, documentos e estatísticas do Ministério da Educação (MEC) e referenciais teóricos de diversos autores que discutem o tema, conclui-se que a EAD se apresenta como um meio viável para a expansão da oferta educacional, o que estatisticamente tem se dado. Essa proposta é legitimada com a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC e pela regulamentação da modalidade, passando a figurar como estratégia prioritária do governo para a educação. As IES públicas têm aderido à modalidade de forma expressiva e não ficou evidenciado que estas têm sua autonomia violada, pelo menos do ponto de vista legal, pois não há obrigação de oferta de EAD pelas mesmas. Porém, há uma resistência à EAD no seio dessas instituições, o que indica a necessidade de uma ampla discussão sobre seus limites e possibilidades, sob pena de marginalização de alguns setores e profissionais que trabalham com a modalidade.

#### **5. Políticas Públicas e EaD: transposição de conceitos matemáticos na formação de professores.**

Gerusa Soares Pinheiro, 2009.

A presente pesquisa faz um estudo sobre a ressignificação de conceitos matemáticos no ambiente virtual de aprendizagem, para tanto não serão tratados conteúdos matemáticos e/ou conceitos científicos transmitidos em situações tradicionais de ensino aprendizagem. Serão enfatizados os conceitos que nos remete à discussão das relações entre pensamentos e linguagem. Este trabalho tem como objetivo geral investigar, na perspectiva do aluno professor, como os conceitos matemáticos são desenvolvidos através da interação com os espaços coletivos e individuais do ambiente de aprendizagem “Moodle”, ademais para que esta pesquisa atinja seu objetivo, iremos analisar e observar as possibilidades do ambiente virtual para formação dos professores de matemática, ressignificando o conceito de professor tutor como também observar, acompanhar e identificar as estratégias dos alunos professores quando do desenvolvimento dos conceitos matemáticos no AVA. Para tanto, serão discutidos as metodologias utilizadas nos cursos de EaD online, bem como as políticas públicas que regem a formação, implantação e execução desses projetos educacionais. Para traçar os caminhos dessa pesquisa utilizaremos a abordagem qualitativa e a técnica da pesquisa participante.

## Teses

### **1. O Discurso da industrialização do ensino na política nacional de educação a distância**

Antonio Roberto Faustino da Costa, 2008.

Analisa como a industrialização do ensino constitui-se em formação discursiva dominante do discurso em torno da política nacional de educação a distância. Adota como referencial a “Teoria da Industrialização do Ensino” que concebe a EAD como uma forma caracterizada pelo modelo de produção industrial. À luz do arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso de orientação francesa, examina a política de EAD como uma prática discursiva regida pela FD dominante. Constitui como corpus discursivo dez textos, envolvendo documentos e publicações, produzidos por órgãos vinculados ao Governo Federal, no período que compreende as décadas de 1950 e 2000. Evidencia que o discurso da industrialização do ensino predomina entre as práticas discursivas que se debatem em torno da política de EAD. Aponta que a prática discursiva influencia as práticas não discursivas refletidas em tal política. Conclui que o discurso da industrialização do ensino governa a prática discursiva que norteia a política nacional de educação a distância.

Palavras-chave: EAD. Industrialização do ensino. Política nacional de educação a distância. Análise de Discurso.

### **2. Políticas públicas para o ensino superior a distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná.**

Maria Luisa Furlan Costa, 2010.

Este trabalho tem como objeto de análise as políticas públicas para o Ensino Superior a distância (EAD) e a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), tomando-se como ponto de partida a oficialização dessa modalidade de ensino na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.334/96). O foco central são as ações desenvolvidas no Estado do Paraná para a oferta de cursos superiores a distância em trinta e sete polos selecionados por dois editais publicados pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) em 2005 e 2006. Neste sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar os procedimentos adotados para viabilizar a implementação de cursos superiores ofertados em uma modalidade distinta do ensino presencial, no âmbito do Sistema UAB. A metodologia adotada para a aquisição dos dados desta pesquisa envolveu a leitura e a análise do arcabouço legal que institui o Sistema UAB, o que caracteriza este estudo como uma pesquisa documental. Além disto, foram aplicados questionários aos coordenadores de polos, os quais acompanham cotidianamente as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) responsáveis pela oferta dos cursos. O resultado da pesquisa vem reforçar a premissa básica de que a expansão da oferta de cursos superiores a distância por meio da modalidade a distância é um fato incontestável. Mais do que isto, verifica-se que a abertura de vagas por instituições públicas devidamente credenciadas para a modalidade a distância confere credibilidade ao Sistema UAB e reforça o discurso em defesa da universidade pública e gratuita. A pesquisa demonstra que é preciso estabelecer regras e condições mais precisas para que os polos de apoio presencial localizados no Estado do Paraná tenham a estrutura física adequada para a oferta de cursos superiores que possuam o selo de qualidade das Instituições de Ensino Superior que integram o sistema UAB.

**ANEXO 2 - Dissertações disponíveis no Banco de teses e dissertações da Capes de 2003 a 2010, a partir da busca com as palavras-chave: EaD + políticas públicas**

<b>Autor/a</b>	<b>Título</b>	<b>Descritores</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>
Simone Medeiros	TV/vídeo na formação continuada de professores, por meio da educação a distância: limites e possibilidades	Educação a distância; Unirede; TICs	Universidade de Brasília	2003
Francisco Sylvio de Oliveira Barros	Educação, qualificação e formação docente: estudo da política de formação de professores em serviço	Formação dos professores; formação do educador em serviço	Universidade Estadual do Ceará	2003
Andréa Maria Mendes	A Educação a Distância nos meandros da Legislação Brasileira: 1988 – 1996	Educação a distância; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Universidade de Brasília	2005
Sônia Maria Fonseca Pereira	Impactos da Abertura Comercial sobre o Crescimento da Economia de Cabo Verde	Cabo Verde; Integração; Abertura Comercial	Universidade Federal de Pernambuco	2005
Suzi Mesquita Vargas	Programa de Formação de Professores em Serviço e a Distância: um estudo do projeto veredas	Formação de professores em exercício; gestão educacional	Universidade de Brasília	2005
Erlinda Martins Batista	O papel do Fórum on-line em um curso de Pós-Graduação Lato Sensu a distância: um estudo de caso	Fórum on-line, interação, educação a distância	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2006
João Flávio de Castro Moreira	Os Telecurso da Rede Globo: a mídia televisiva no sistema de educação a distância (1978-1998).	Telecurso, EAD, políticas públicas para a escolarização	Universidade de Brasília	2006
Josiberti Flávio Aparecido Monteiro da Silva	Educação inclusiva em cursos de licenciatura: um estudo sobre possibilidades e limitações da Educação a Distância (EaD) para a formação de professores	Educação especial, formação de professores, inclusão	UNESP /Araraquara	2006
Luiz Roberto Rodrigues Martins	Educação a distância na Universidade de Brasília. Uma trajetória de janeiro de 1979 a junho de 2006	Mudança institucional, educação a distância,	Universidade de Brasília	2006
Willian Beline	Contradições emergentes entre proposta e implementação da informática na educação: análise das falas dos assessores pedagógicos envolvidos no processo	Tecnologias de Informação e Comunicação, Formação de professores	Universidade Estadual de Londrina	2006
Aristóteles da Silva Oliveira	Inclusão digital do professor do ensino superior para atuar na EAD online	Inclusão Digital, Formação de professores, TIC	Universidade Federal de Alagoas	2007
Telma Maria da Cruz	Universidade Aberta do Brasil: implementação e previsões	Ampliação do acesso à universidade pública; Universidade Aberta do Brasil	Universidade de Brasília	2007
Alice Virgínia Brito de Oliveira	Contribuição da tutoria no ensino-aprendizagem dos professores cursistas do proformação	Educação a Distância, Proformação, Formação de Professores	Universidade Federal de Alagoas	2008
Marcos	A educação a distância e a	Ensino a distancia;	Universidade	2008

Munhoz da Costa	formação do sujeito: estudo realizado sobre o professor tutor nos cursos de graduação, na modalidade a distância da UMESP, sob a ótica da multirreferencialidade	professor tutor; tutoria;	Metodista de São Paulo	
Marcos Pires de Almeida	Educação a Distância e Autonomia Universitária: políticas públicas e aspectos legais	Educação; Educação a Distância; Políticas Públicas	Universidade Estadual de Maringá	2008
Maria das Gracas Goncalves Machado Sales	Educação superior a distância na formação de professores: entre fios e desafios, uma experiência formativa?	Educação a distância; universidade; formação de professores	Universidade Federal Fluminense	2008
Maria Salete Bruschi da Silva	Políticas públicas de formação de professores a distância: licenciatura plena da UFMT como ponto de partida	Educação pública. Educação a distância. Políticas nacionais	Universidade Estadual de Maringá	2008
Paulo Marinho Gomes	Integração de mídias no piloto do programa de formação continuada de professores em mídias na educação	Formação de professores em TIC, mídias na educação	Universidade Federal de Alagoas	2008
Rodney Batista dos Santos	Educação física escolar nas séries iniciais do ensino fundamental: considerações sobre a formação dos professores	Formação de professores; educação física; séries iniciais	Universidade Metodista de São Paulo	2008
Silvana Bueno Teixeira Rett	Formação continuada de professores por meio da educação a distância (ead): influências do curso tv na escola e os desafios de hoje	Formação de Professores, Educação à Distância e Prática Pedagógica	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	2008
Adilson Gomes dos Santos	Vivenciando a EAD: múltiplos olhares dos aprendentes	Educação a Distância. Políticas Públicas. Docencia	Universidade do Estado da Bahia	2009
Conceição Aparecida Nascimento de Souza	Um estudo sobre as principais causas da evasão na educação a distância	Educação, EAD, evasão	Fundação Getúlio Vargas/RJ	2009
Danielle Cláudia Mata F. Zárate	Formação de professores em serviço e a distância: Um estudo de caso do pró-licenciatura - MEC – UFMG	Formação de professores, EAD, Políticas Públicas	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	2009
Gerusa Soares Pinheiro	Políticas Públicas e Ead: transposição de conceitos matemáticos na formação de professores	Ambiente virtual de aprendizagem, conceitos matemáticos	Universidade do Estado da Bahia	2009
Luzia Áurea Bezerra Albano Barbosa	Políticas e programas em educação a distância: o curso de licenciatura plena em Ciências Biológicas na universidade aberta do Piauí	EAD, Ciências Biológicas, Universidade Aberta	Universidade Luterana do Brasil	2009
Neiva dos Santos Pereira	A crise de autoridade na educação e o discurso (neo)liberal	Discurso, Crise de autoridade, (Neo)liberalismo, Pragmatismo	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2009
Rafaella Lunardi Comarella	Educação superior a distância: evasão discente	Educação Superior a Distância. Evasão discente	Universidade Federal de Santa Catarina	2009

Rosana Zanoni M. Ribeiro	Avaliação Institucional na Educação a Distância: Rompendo Fronteiras para a Democratização da Educação com Qualidade	Avaliação Institucional, Referências de Qualidade, Ed. a Dista	Universidade Tuiuti do Paraná	2009
Silene Brandão Figueiredo	Formação de Professores a Distância: análise crítica a partir de um Curso de Pedagogia	Formação de professores; Educação a Distância; Concepções	Universidade Federal de Sergipe	2009
Susana Pitol Guasti	As Políticas Públicas da Educação Superior: A Educação a distância nos Governos FHC e Lula (1995-2006)	Educação a distância, educação superior, políticas públicas	Universidade Tuiuti do Paraná	2009
Ana Paula de Sousa Rocha	Análise da importância dos Polos no modelo semipresencial de EAD a partir da trajetória do Polo de Três Rios CEDERJ/UAB.	Educação à distância, Polo de Apoio Presencial, CEDERJ	Universidade Católica de Petrópolis	2010
Cláudia Cristina Müller	Matriz de capacitação modelada por competências para atuar em programas de educação a distância: uma proposta para as escolas de governo	Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, servidores públicos, Rede Nacional de Escolas de Governo	Universidade Federal do Paraná	2010
Fernanda Schweitzer	Produção científica em área de construção interdisciplinar: educação a distância no Brasil	EaD; Multidisciplinaridade	Universidade Federal de Santa Catarina	2010
Jéssica Mara Rodrigues de Siqueira Lima	A distância transacional na educação superior a distância: uma análise do curso de Pedagogia da UNIRIO	Educação a distância, educação superior	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2010
Márcia Cristina P. Spíndola	Docência em Educação a Distância: o professor por um fio	Trabalho Docente, Educação a distância	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2010
Marco Aurélio Pereira Vasconcelos	Do quadro de giz à tela do computador! Navegando pela formação de professores: o que está em jogo? A formação do professor do futuro ou o futuro da formação do professor?	Formação de professores	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2010
Maria Aparecida de Lima Souza	Práticas pedagógicas de egressos do curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso	Egressos de cursos a distância.	Universidade Federal de Mato Grosso	2010
Pedro Fernandes Saad	O estudo do papel potencializador da educação a distância na democratização do acesso à educação superior no Brasil	educação superior e distância, democratização do acesso e TICs	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2010
Rosana Lima Zaidan	O Estudo de Competências para Acesso e Uso da Informação Através dos Sistemas de Educação a Distância	Sistemas de educação a distância. Competências digitais. Competências informacionais. Uso de tecnologias.	Universidade Federal da Bahia	2010

Fonte: Capes

Organização: Bianconi, 2012

### ANEXO 3 – LISTA DOS ARTIGOS DA REVISTA BRASILEIRA DE APRENDIZAGEM ABERTA E A DISTÂNCIA (ABED)

- 2003

Título: As linguagens de interação pedagógica: Reflexões sobre “Design” – gráfico e instrucional – como agentes do "diálogo".

Autor: Eduardo J. Stefanelli.

Título: Ajuda de Trabalho: conceito, uso, design

Autor: Alexander J. Romiszowski.

Título: Aplicación de Herramienta de Educación a Distancia como Soporte Didáctico a la Enseñanza en Ingeniería Química

Autoras: Katia Tannous e Sueli Rodrigues

Título: Aspectos Institucionais em E-learning

Autor: Badrul H. Khan

Título: Buscando democratizar experiências e ambientes de aprendizagem

Autora: Maria Isabel Rodriguez

Título: COMA: conceitos, mapas e autoria de material instrucional em hipertexto

Autores: Joni A. AMORIM, Carlos MACHADO, Mauro S. MISKULIN e Rosana G. S. MISKULIN

Título: Computer-Mediated Communication (CMC)<sup>3</sup>: state of the art

Autores: Peter J. Murray and Robin Mason

Título: Comunicação Estrutural: Uma Introdução.

Autor: Alexander Romiszowski

Título: Comunidades em rede de computadores: abordagem para a Educação a Distância - EAD acessível a todos

Autor: Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Título: Design e Desenvolvimento Instrucional: Por que projetos fracassam.

Autor: Alexander Romiszowski

Título: Design e Desenvolvimento Instrucional: Um modelo sistêmico em quatro níveis.

Autor: Alexander J. Romiszowski.

Título: Didática do Ensino a Distância Experiências e estágio da discussão numa visão internacional

Autor: Wilson Azevedo

Título: Distance education public policy and practice in the higher education: The Case of Indonesia.

Autora: Paulina Pannen, PhD.

Título: Distance education public policy and practice in the higher education: The Case of Malasya.

Autores: Mokhtar Hj Nawawi, Azizan Asmuni, PhD, Alexander Romiszowski, PhD

Título: Distance education public policy and practice in the higher education: The Case of Malasya.(Part II)

Autores: Mokhtar Hj Nawawi, Azizan Asmuni, PhD, Alexander Romiszowski.

Título: Educação a Distância e o Ensino Superior no Brasil

Autora: Marta de Campos Maia

Título: Educação à Distância em Moçambique

Autor: Wim Neeleman, Arnaldo Nhavoto

Título: Educação a Distancia no Brasil: O que está acontecendo nas empresas e escolas.

Autor: Marcos Formiga

Título: Educação à Distância: Algumas Considerações

Autora: Laura Maria Coutinho

Título: Educação a distância: o design como agente do "diálogo" mediado pelas interfaces computacionais

Autora: Cristina Portugal

Título: La Educación a Distancia en Venezuela

Autor: Carlos Villalba

Título: Mídia Educativa, Treinamento e Educação a Distância: Quase um manifesto

Autor: Samuel Pfromm Netto

Título: Modelo para Estruturar e Gerenciar a Comunicação de Aprendizes durante as atividades de resolução de problemas em Ambientes de Aprendizagem "on-line".

Autores: Robinson Vida Noronha e Clovis Torres Fernandes

Título: Novas Tecnologias no E-learning: Desafios e Oportunidades para o Design

Autor: Beto Lucena

Título: O futuro de e-learning como inovação educacional: fatores influenciando o sucesso ou fracasso de projetos

Autor: Alexander Romiszowski

Título: O Virtual que marca Presença

Autor: Romero Tori

Título: O Virtual que Marca Presença (continuação)

Autor: Romero Tori

Título: Para tratar EaD com o devido respeito

Autora: Maria Isabel Rodriguez

Título: Perspectivas da Educação a Distância no Brasil: Três Cenários a Ponderar [1997-2002]

Autor: Fredric Michael Litto

Título: Questionário de Análise e Avaliação de Aspectos Institucionais em E-learning

Autor: Badrul H. Khan

Título: Redes de Comunicação e Educação: Mudanças no Paradigma

Autor: Iolanda B. C. Cortelazzo

Título: Relato de uma experiência de Sistema Híbrido no Ensino Fundamental: Projeto Aulativa

Autores: Laura Maria Coutinho Lopes, Carlos Klimick, Marco Antonio Casanova

Título: Sala de Aula Interactiva.

Autora: Laura Coutinho

Título: Sala de Aula Interativa

Autora: Laura Coutinho

Título: Sala de aula interativa (Interactive Classroom).

Autor: Laura Coutinho

Título: Security management training takes to the web.

Autores: Clifton L Smith and Peter J Hosie - Edith Cowan University, Australia

Título: The future of E-learning as an educational innovation: Factors influencing project success and failure.

Autor: Alexander Romiszowski

Título: The Global Virtual University

Autor: Alexander Romiszowski.

Título: Time, Efficacy and Cost Considerations of e-Collaboration in Online University Courses

Autores: Philip L. Doughty, J. Michael Spector and Barbara A. Yonai

Título: Time, Efficacy and Cost Considerations of e-Collaboration in Online University Courses (part II)

Autores: Philip L. Doughty, J. Michael Spector and Barbara A. Yonai

Título: Time, Efficacy and Cost Considerations of e-Collaboration in Online University Courses (part III)

Autor: Philip L. Doughty, J. Michael Spector and Barbara A. Yonai

Título: Time, Efficacy and Cost Considerations of e-Collaboration in Online University Courses (part IV)

Autor: Philip L. Doughty, J. Michael Spector and Barbara A. Yonai

Título: Um pequeno "Atlas" de "Mapas" sobre "Mapeamento de Informações"

Autor: Alexander J. Romiszowski, PhD.

Título: Web-Based Instruction (1997) e Web-Based Training (2001)

Autora: Hermelina Pastor Romiszowski

- **2004**

Título: Avaliação no Design Instrucional e Qualidade da Educação a Distância: qual a relação?

Autora: Hermelina Pastor Romiszowski

Título: Distance Education - Public Policy and Practice in Higher Education: The Case of Türkiye.

Autor: Aytaç Simsek

Título: Inclusão Digital e Educação On-line em Prol da Cidadania: pontos para reflexão

Autor: Marcelo Cabeda

Título: Structural Communication and Web Based Instruction

Autor: Carlos Villalba

Título: The Future University in the Knowledge Society

Autora: Lalita Rajasingham

- **2005**

Título: A caráter em cada ocasião - Design Instrucional Contextualizado

Autora: Maria Isabel Rodriguez

Título: A Taxonomy for Learning, Teaching and Assessing:

Autor: Donald Wheeler

Título: Hipertexto como instrumento para apresentação de informações em ambiente de aprendizado mediado pela internet.

Autora: Cristina Portugal

Título: Por qué no soy Constructivista

Autor: Clifton Chadwick

Título: Retrospectiva e Perspectivas do Design Instrucional e Educação a Distância: Análise da Literatura

Autores: Alexander Romiszowski e Lina Romiszowski.

Título: Teoria x EaD x Tempos Velozes

Autora: Isabel Rodriguez

Título: Uso do Teleduc como um recurso complementar no ensino presencial

Autores: Joni A. Amorim, Vinícius A. Armentano, Mauro S. Miskulin e Rosana G. S. Miskulin

**2006**

Título: Arkansas Statewide Interactive Video Service: Education as an Anchor Tenant

Autor: Max C. Kolstad

Título: Creative Wings in Distance Education Technologies  
Autor: Prem Sharan Sah

Título: Enhancing learning support system through the use of information and communication technology a case at Universitas Terbuka  
Autor: Atwi Suparman

Título: Estratégia de comunicação on-line: um estudo no contexto de falantes da língua portuguesa de Portugal  
Autora: Querte Mehlecke *et al.*

Título: Evaluating quality in fully online  
Autora: Susan C. Aldridge; Mark L. Parker

Título: Gibrincar  
Autora: Letícia Pinto Figueiredo *et al.*

Título: Short Circuit: How an orkut-based environment is improving the communication between the different levels of a Higher Education Institution  
Autores: João Augusto Mattar Neto; Carmem Silva Rodrigues Maia

Título: Multimedia Supporting Tools for the CEDERJ Distance Learning Initiative applied to the Computer Systems Course  
Autor: Edmundo de Souza e Silva *et al.*

Título: Quality, enhancement and on-line distance education courses and programmes  
Autor: Peter Knight

Título: The Missing Link in Promoting Quality Education: Exploring the role of pedagogical design in promoting quality in teaching and learning  
Autor: Som Naidu

Título: The use of LMS potentialized by the integration of customizable tools: the development of building blocks  
Autores: Érico Galdino Almeida; Silvia Fernanda Corrêa e Teresa Cristina Jordão

## **2007**

Título: A afetividade nas inter-relações professores e alunos no ambiente digital  
Autoras: Maria Cristina L. Paniago Lopes (Orientadora); Selma Lúcia da Costa Xavier (acadêmica)

Título: Arquitetura para Desenvolvimento de Experimentos Remotos com Aplicações em EAD  
Autores: Marco Túlio Chella; Elnatan Chagas Ferreira

Título: As variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem em cursos on-line  
Autora: Tania Mikaela Garcia

Título: Conceitos, fundamentos e ferramentas para o Design comprometido com o tema Educação a Distância Concepts, basis and tools for Design to the subject distance learning  
Autoras: Cristina Portugal e Rita Couto

Título: Distance Education and its Different Forms of Learning – New Learners?  
Autores: Adriana dos Santos Caparróz Carvalho; Maria Cristina Lima Paniago Lopes; Rosimeire Martins Régis dos Santos

Título: EaD: o professor e a inovação tecnológica  
Autor: Mônica Alves de Faria ; Regina Coeli da Silveira e Silva, Ph.D.

Título: Educação Online: um caminho para inclusão de Pessoas com Deficiência na sociedade  
Autores: Janae Gonçalves Martins; Andréa Miranda; Fernando José Spanhol

Título: Estratégias para o desenvolvimento de um ambiente virtual de aprendizagem: um estudo de caso realizado na Unisul Virtual  
Autoras: Dafne Fonseca Arbex; Dênia Falcão de Bittencourt

Título: From the printed material to the digital age - From the invention of spellbook to the cyberspace  
Autoras: Solange Ap<sup>a</sup> de O. Collares; Laurete Maria Ruaro

Título: Learning Styles: From History to Future Reasearch Implications for Distance Learning  
Autora: Heloisa Moura

Título: Teleduc - Workshop of Philosophy at Dom Jose Public School  
Autor: Gentil Gonçales Filho

Título: The practice of distance education orientation on TCCs  
Autora: Lane Primo

Título: Um curso de Metodologia Científica no modelo e-learning: Relato de caso  
Autores: Marly M. Dias; Thalita de Joseane S. da Silva Dias; Celso de Ávila Ramos; Alexandre M. Dias; Nebert O. Oliveira; Flávio C. Rondinelli

## **2008**

Título: A Divulgação de Cursos na Modalidade a Distância: Uma Análise da Literatura e do Cenário Brasileiro  
Autoras: Cláudia Mara Scudelari de Macedo, Valdenise Schmitt e Vânia Ribas Ulbricht

Título: Cursos online de dependência: A experiência do CEFET Campos  
Autores: Maria Lúcia Moreira Gomes, Nelma Villaça Paes Barreto e Jonas Defante Terra

Título: Desenvolvimento de um sistema on-line para criação, participação e administração de cursos a distância para a Faculdade do Sul de Mato Grosso  
Autor: Marckson Oliveira da Silva

Título: Expectativas profesionales del asesor académico, centro local Lara, com los fundamentos teóricos sobre el rol de um asesor a distancia. Caso específico: Universidade Nacional Abierta (UNA) Venezuela

Autora: Yamileth Pastora Lucena López

Título: Implantação de um software detector de plágio para análise das questões dissertativas do ambiente virtual de aprendizagem TelEduc

Autores: Lucia R. H. R. Franco, José Renato Castro Milanez e Flávia Aparecida Oliveira Santos

Título: Inclusão Digital: A visão de estudantes incluídos e excluídos digitalmente sobre a educação a distância

Autora: Susan Carla Lavarini dos Santos

Título: Os motivos de desistência alegados num curso a distância via internet

Autor: Ivana Almeida

Título: Primeiras impressões dos alunos sobre o curso de Letras na UNIVALI Autoras: Kátia Aparecida de Mello Souza e Eliana Moreira Utzig

Título: Proposta para a implantação de EaD em cursos presenciais

Autor: Leandra Mendes do Vale

Título: Tutoria em EaD on-line

Autor: Gina Mattei e Rosalva Ieda Vasconcelos Guimarães de Castro

Título: Uma perspectiva histórica do ensino de línguas mediado pelo computador no Brasil

Autora: Daniervelin Renata Marques Pereira

Título: Aprendizagem colaborativa no ensino a distância

Autores: Antônio Eduardo Martins e Felipa Lopes dos Reis

Título: O ambiente EaD como possibilidade de complexificação da aprendizagem de língua inglesa

Autora: Dulci Marlise Boettcher

Título: O EJA e a EAD Educação de Jovens e Adultos e a Educação a Distância

Autor: Eduardo Augusto Nunes Alves

Título: O professor/tutor e as relações de ensino/aprendizagem na educação a distância

Autoras: Ana Maria Soek e Sônia Maria Chaves Haracemiv

Título: Os universitários brasileiros de EaD frente à realidade tríade: inclusão digital, cidadania e democratização

Autoras: Carolina Costa Cavalcanti e Gina Strozzi

Título: Projeto EUREK@KIDS cenário pedagógicos em contexto escolar e hospitalar

Autora: Elisete L. M. Matos

## 2009

Título: A Importância do Tutor Presencial na Educação a Distância  
 Autora: Francisléia Giacobbo dos Santos

Título: Amadeus: Novo Modelo de Sistema de Gestão de Aprendizagem

Autores: Alex Sandro Gomes, Rosângela Saraiva Carvalho, Ivanildo José de Melo Filho, Ana Luiza de Souza Rolim, Bruno de Sousa Monteiro e Gleibson Rodrigo Silva de Oliveira

Título: “Didática” no contexto da Educação a Distância: quais os desafios?

Autoras: Renilze de B. A. dos S. Ferreira e Ivanda Maria Martins Silva

Título: Do ensino presencial ao Ensino A Distância no contexto universitário na Península Ibérica

Autora: Felipa Lopes dos Reis

Título: Educação a Distância: (In)Definições, Tecnologias e Modelos

Autora: Gabriele Gregersen

Título:Fórum Eletrônico: Ambiente de Aprendizagem para Formação Continuada de Professores

Autores: Jussara Pampado Cavedal e José Florêncio Rodrigues Junior

Título: Metodologia da Pesquisa e do Ensino de Ciências e Biologia em Cursos a Distância: questões Teóricas

Autor: Jaílson Santos de Novais

## **2010**

Título: A Prática Docente a partir da Interatividade nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Autor: Roberto Carlos da Fonseca

Título: Concepções de Professores sobre a Escola na Perspectiva da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), na Modalidade a Distância Utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

Autores: Isabel C. da Cunha, Lucimara C. Santos, Lidiane Goedert, Luciana Alvarenga, Moacir Serralvo Faria e Mário Freitas

Título: Desenvolvimento de um Sistema Complementar de Educação a Distância em Dentística Operatória

Autores: Luciana Cardoso Espejo-Trung, Michel Nicolau Youssef e Maria Aparecida Alves de Cerqueira Luz

Título: Escola e Inclusão Digital: Desafios na Formação de Redes de Saberes e Fazeres

Autora: Helenice Maria Barcellos Bergmann

Título: Formação Permanente de profissionais da Saúde - Limites e Possibilidades da Educação a Distância

Autoras: Maria Theresa Cerávolo Laguna-Abreu e Maria do Rosário Cerávolo Laguna

Título: Inovação e Práticas Pedagógicas na Formação Docente: a Experiência Colaborativa e Interinstitucional na Organização Didático-Pedagógica de uma disciplina na Modalidade de Educação a Distância no Ensino Superior

Autores: Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias, Patricia Jantsch Fiuza, Graziela Fátima Giacomazzo e Elisa Netto Zanette

Título: Os Reflexos da Legislação de Educação a Distância no Brasil

Autora: Shara Christina Ferreira Lessa

Título: Utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVAS: A Busca por uma Aprendizagem Significativa

Autora: Wilmara Cruz Messa